



Universidade de Brasília
Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Ciências da
Informação e Documentação
Departamento de Administração

JOSÉ FARIAS BERNARDES

COMÉRCIO INFORMAL NA ÁREA CENTRAL DE MANAUS: de ambulantes a
camelôs, de camelôs a empreendedores autônomos

Manaus – AM

2011

JOSÉ FARIAS BERNARDES

COMÉRCIO INFORMAL NA ÁREA CENTRAL DE MANAUS: de ambulantes a camelôs, de camelôs a empreendedores autônomos

Trabalho monográfico apresentado ao Departamento de Administração como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Administração, na modalidade à distância, pela Universidade de Brasília (UnB), sob a orientação do Professor Orientador Gabriel de Araújo Spezia.

Professor Supervisor: Mac Amaral Cartaxo

Professor Tutor: Gabriel de Araújo Spezia

Manaus – AM

2011

Bernardes, José Farias.

COMÉRCIO INFORMAL NA ÁREA CENTRAL DE MANAUS: de ambulantes a camelôs, de camelôs a empreendedores autônomos / José Farias Bernardes – Manaus, 2011.

116 f. : il.

Monografia (bacharelado) – Universidade de Brasília, Departamento de Administração - EaD, 2011.

Orientador: Prof. Esp. Gabriel Spezia, Departamento de Administração

1. Comércio Informal. 2. Camelôs, ambulantes e informalidade. 3. Problema do Comércio na área central de Manaus. I. Título.

JOSÉ FARIAS BERNARDES

COMÉRCIO INFORMAL NA ÁREA CENTRAL DE MANAUS: de ambulantes a camelôs, de camelôs a empreendedores autônomos

A Comissão Examinadora, abaixo identificada, aprova o Trabalho de Conclusão do Curso de Administração da Universidade de Brasília do acadêmico

José Farias Bernardes

Prof. Esp. Gabriel Spezia
Professor-Orientador

Prof. Mestre Gilberto França,
Professor-Examinador

Brasília, 03 de dezembro de 2011

*Dedico este trabalho a todas as pessoas que contribuíram para seu
êxito, em especial:*

A Deus, ser Maior,

A minha esposa Ana e minha filha Annah Ribqah (05 anos hoje),

*Aos meus familiares: Francisco Pereira (meu pai), Julia Farias (minha
mãe), meus irmãos Maria Olinda, Antonio e Juliana Bernardes.*

Agradeço,

A Universidade de Brasília que a pouco mais de quatro anos acreditou que no Amazonas se podia fazer ensino à distância.

E, com saudações de sucesso e saudades futuras a Gabriel Spezia um ser entusiasta, que me ensinou ser sempre potencial, procurar a efetividade necessária de um pesquisador.

Aos colegas administradores dessa jornada. Com tristeza dos que não chegaram até aqui. E, em especial a Doranéry e Márcio Bergara colegas especiais de um grupo que nunca se extinguirá...

Mário Vieira de Oliveira, 30, nasceu no município de Itacoatiara (a 170 quilômetros de Manaus), onde estudou apenas até a quarta série do ensino fundamental. Depois que veio para a capital, passou a trabalhar como carpinteiro, uma profissão que, segundo ele “está quase para ser extinta”. Para garantir o sustento da família, Mário procurou a se dedicar, então, a outro ofício: o de serralheiro, como é conhecido o artífice que fabrica ou conserta objetos de ferro.

(<http://www.acritica.com.br/>).

Segundo estimativa da Federação das Associações de Micro e Pequenas Empresas do Estado do Amazonas (Fampeam), cerca de 80% dos pequenos negócios que integram o universo empresarial do Estado, funcionam na informalidade. Mesmo sem gozar da condição de “empresa registrada”, esses pequenos negócios e seus comandantes, conseguem ter um papel importante na engrenagem que faz girar a economia, respondendo, ainda que de forma meio improvisada, pela geração de ocupação e renda.

(<http://negocios.amazonia.org.br/?fuseaction=noticialImprimir&id=61676>).

O governo não pode ser uma empresa mas pode se tornar mais empresarial.

Gerald Caiden

RESUMO

O trabalho a seguir apresentado é resultante de pesquisa teórico-prática cujo campo investigativo dimensiona o comércio informal no Bairro Centro do Município de Manaus, contudo enfoque vem direcionar a relação governo municipal e as implantações de políticas públicas e os comerciantes (in)formais que atribuem-se desta atividade no referido local. Com base na premissa os objetivos pré-estabelecem direções onde possam dar respostas às reais motivações que levaram o aumento da informalidade no Centro de Manaus. Esse fenômeno ocorrido nas últimas duas décadas exigiu técnicas metodológicas qualitativas como observação e entrevistas, e na indução o método necessário a interpretação do problema proposto. A indução direcionou a análise e os resultados levantados na pesquisa de campo, demonstrando alguns condicionantes que promovem a informalidade na área central de Manaus, gerando desordenamento do uso do espaço público. Assim, destaca-se neste trabalho monográfico que o Governo Municipal necessita com certa urgência implantar programas de emprego e renda, e ampliação de políticas públicas que promovam a participação da sociedade.

Palavras-chave: Comércio Informal em Manaus. Camelôs e informalidade. Políticas Públicas e Informalidade.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura nº 01 – Disposição do problema.....	19
Figura nº 02 – Evolução populacional no pós-SUFRAMA (1970-2010).....	21

LISTA DE TABELAS

Tabela nº 01 – Disposição dos dados coletados em entrevista	111
---	-----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CDL – Manaus – Comissão dos Dirigentes Lojistas de Manaus

DECIN – Departamento de Comércio Informal

FAPEAM – Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado do Amazonas

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IMPLURB – Instituto Municipal de Planejamento Urbano

LOMAN – Lei Orgânica do Município de Manaus

PIM – Parque Industrial de Manaus

PREALC – Programa Regional de Emprego para a América Latina e Caribe

PROMANAUS – Projeto Reconstruindo o Centro de Manaus

SEBRAE – Serviço de Apoio a Empresas

SEMPAB – Secretaria Municipal de Produção e Abastecimento

SUFRAMA – Superintendência da Zona Franca de Manaus

ZFM – Zona Franca de Manaus

Sumário

1	INTRODUÇÃO	133
1.1	Contextualização	14
1.2	Formulação do problema	15
1.3	Objetivos: geral e específicos	16
1.4	Justificativa	16
2	REFERENCIAL TEÓRICO.....	17
3	MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA	39
3.1	Caracterização da organização	41
3.2	População e amostra da pesquisa.....	43
3.3	Caracterização dos instrumentos de pesquisa	44
3.4	Método de Pesquisa, Procedimentos e análise de dados	45
3.4.1	Método de Pesquisa.....	45
3.4.2	Procedimentos e análise de dados	46
3.4.3	Análise de dados.....	47
4	RESULTADOS E DISCUSSÃO	48
5	CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	Erro! Indicador não definido.
	REFERÊNCIAS.....	62
	APÊNDICES.....	67
	Apêndice A – Entrevista nº 01 (Pré-teste)	68
	Apêndice B – Relatório de pré-teste de entrevista	69
	Apêndice C – Guia de entrevistas	71
	Apêndice D – Descrição das entrevistas	72
	Apêndice D – Tabela nº 01 – Disposição dos dados coletados em entrevista	111

1 INTRODUÇÃO

O trabalho monográfico fortalece a formação acadêmica, se configura num texto dissertativo de caráter científico onde se desenvolveu o controle de um problema, esse formato demonstra a expertise acadêmica no trato de informações, de forma concisa, clara e fundamentada o pesquisador desenvolverá exposições ou argumentações de um encadeamento lógico-racional de uma problemática de suma relevância cientificista e societárias.

É importante frisar aos futuros profissionais que dominar possibilidades propicia sua inserção no mercado de trabalho, saber prognosticar e sistematizar esta ação faz com que o futuro profissional se debruce em investigações teóricas ou pragmáticas, aflorando seu processo acadêmico entendendo eficientemente o ambiente onde irá atuar.

O presente trabalho apresenta o resultado de uma proposta de pesquisa onde o cunho da investigação voltou-se ao aumento significativo da atividade informal, este formato direcionado ao comércio teve como consequência o sub-uso do solo urbano. O governo local implantando políticas efêmeras de organização do espaço público no Município demonstra que incoerências na condução de políticas de ocupação do solo, emprego e renda contribuíram substancialmente para alavancar o problema nestas ultimas duas décadas.

A proposta deste trabalho será desenvolvida em três momentos substanciais e um quarto, de suma importância no posicionamento do investigador assim sintetizado: Primeiro momento, contextualização, problematização e objetivos textos breves e concisos explicitando um pouco a prévia da pesquisa; no segundo momento, o referencial teórico onde é discutido o confronto da problemática e os objetivos preestabelecidos e a literatura que fundamentará a proposta do trabalho. O terceiro momento constitui a análise do estudo, é o item prático, discorre-se sobre parte de pesquisa de campo, desenvolvido as coletas de dados por meio de observações e aplicação de instrumentos de pesquisa. No terceiro momento, configuram-se os possíveis resultados e as recomendações, é um item desenvolvido também na posição do investigador. Abre precedência para questionamentos do método empregado e a técnica utilizada ao objeto estudado, que propôs dimensionar a população amostral observada, produzindo historicamente uma leitura

analítica da realidade no futuro. E, por conseguinte, coerentemente, podendo chegar de forma verídica a uma possível solução ao problema investigado.

1.1 Contextualização

O presente trabalho tem no problema do comércio informal ponto inicial para compreender o atual desordenamento do espaço público, que cresceu ascendentemente no Município de Manaus, posteriormente a implantação de uma zona de livre comércio. A crise fiscal e financeira ocorrida a partir de 1990, seguida da abertura da economia nacional e o atraso tecnológico local, que oferecia unicamente à suplementação de impostos as empresas internacionais. O mercado e o município viram uma crescente informalidade que mesmo criando órgãos exclusivos ao ordenamento do problema, a questão do mercado informal em Manaus é quase irreversível.

No Município de Manaus a derrocada de uma cidade planejada no período “áureo da borracha” parecia demonstrar nas atitudes a princípio que a grande preocupação hoje seria repensar e/ou planejar o futuro local. Grande engano, no atual contexto nativo e estrangeiro está mergulhado em décadas de descaso de políticas públicas inerentes ao problema hoje. Padecendo de funcionalidade urbana, principalmente, em referência a degradação do espaço público e a caótica ocupação do solo urbano, que na premissa desta investigação tem seu bojo direcionado ao comércio informal no Bairro Centro do Município de Manaus, focando algumas particularidades na relação público-urbana e governo.

A força centrípeta causada por oportunidades que surgiam no período Zona Franca fez crescer a imigração local, regional e internacional, para um município sem programas de urbanização em curto prazo. Essa força causada pela desterritorização que vive as relações societárias se configura num cenário refletido pelo mercado local, onde a informalidade age como resposta necessária a sobrevivência. Por outro lado, as políticas públicas seguem a desconexão da realidade sem uma proposta viável.

1.2 Formulação do problema

O problema esteve formulado abrangendo a relação do governo local e o comércio informal, predispondo a motivação de políticas públicas para resolver aspectos da informalidade apresentados como um problema que aumentou bastante nas últimas duas décadas. Com base nesta tese o problema ficou assim formulado: **Que proposta de política pública do Governo Municipal de Manaus vem aplicando para diminuir o comércio informal no Bairro Centro do Município de Manaus?** Ao sugerir esta direção à pesquisa propôs desenvolveria um corpo investigativo-dissertativo onde fosse construindo respostas simultaneamente de aspectos do poder governamental, como também na dimensão onde acontece o comércio informal.

Assim sendo, mesmo a pesquisa voltada ao comércio informal, o âmago do estudo estaria voltado ao governo municipal e a sua função de governabilidade de lhe dá com o comércio não-formal no Bairro Centro do Município de Manaus.

1.3 Objetivos: geral e específicos

Os objetivos foram propostos dentro duma possibilidade de respostas, não constitui tarefa deste trabalho unicamente encontrar o erro, mas demonstrá-lo e prognosticar soluções possíveis – de gerenciamento – ao problema da informalidade. A intenção foi trazer à tona concepções fundamentais do contexto atual. A gestão do espaço público aliado as políticas de gerenciamento de estado podem ser uma alternativa de mudança, propondo esse entendimento os objetivos geral e específicos tiveram as seguintes abordagens:

Objetivo geral: Proporcionar um estudo diferenciado onde possa ser analisado o processo administrativo envolvendo o comércio no Bairro Centro do Município de Manaus e o Governo local, e sua política de minimização da informalidade.

Objetivos específicos: 1) Identificar problemas de planificação estatal que produzem agentes do comércio informal; 2) Levantar fatores causadores do

problema que são determinantes para o planejamento de políticas públicas voltadas ao comércio informal, sendo úteis na executoriedade das mesmas naquele local; 3) Caracterizar o perfil sócio-econômico do agente informal e sua propensão susceptibilidade à prática; e 4) Refletir acerca da política implementada pelo Governo local inerente a informalidade e suas conseqüências necessárias no âmbito do problema.

1.4 Justificativa

O presente trabalho nasceu do intrincamento persistente acerca do comércio informal no Município de Manaus ocorrido principalmente no pós Zona Franca e o livre comércio de produtos importados vindos de países do leste asiático, em detrimento de acordos bilaterais de importação e exportação de componentes eletrônicos. A proliferação de pequenos estabelecimentos de produtos e serviços na área central de Manaus vem prejudicando o ordenamento público, causando de certa forma choque de ordem por parte do governo, demonstrando a ineficiência de administração que, historicamente, contribuiu para o atual quadro. Fato este ocorrido principalmente após a derrocada da Zona Franca de Manaus no início da década de 1990.

No Amazonas, especificamente, no Município de Manaus as políticas administrativas e gerenciais possibilitaram no decorrer desses últimos trinta anos uma morosidade social e a atratividade de enviesar a legalidade instituída. Então, se tornou comum o indivíduo apoderar-se de áreas públicas, “arrendando-as” em benefício próprio, instalava de início “boxes” móveis, biombos e pequenos quiosques, delimitando sua área comercial. Essa prática se tornou nos dias atuais uma atitude cultural, qualquer indivíduo que possa pagar pelo espaço naquele local pode implantar sua “vendinha” e contribuir para o atual contexto.

Atualmente, conforme dados disponibilizados por órgãos ligados ao comércio e o fomento de investimento do Poder Público (SEBRAE, FAPEAM, CDLM), em Manaus 80% de pequenos negócios são informais. Seja pela carga tributária aplicada pelo governo ao setor industrial e autônomo, ou até mesmo pela limitação de escolaridade que motiva o indivíduo a informalidade de seus negócios,

reconfiguram numa visão *a priori* empiricista, desdenha causal pelo aumento da informalidade no Município de Manaus.

Portanto, a proposta desse estudo se propõe em demonstrar uma análise da realidade atual e possibilite novas reflexões e releituras do problema supracitado, assim também argumentar premissas na corroboração de novas políticas, necessárias, a superação do problema.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A constante mudança ocorrida no Pós-guerra Fria veio abalar toda estrutura mercadológica que até então se limitava a centralização comercial seja no monopólio ou em oligopólios mantidos ora pelo Estado, ora pelo setor privado. No entanto, a abertura de novos mercados principalmente emergidos na América Latina, Leste Europeu e na Ásia, aliado ao avanço tecnológico e novas concepções de mundo e sociedade proporcionam nova reconfiguração nas relações pessoais e sociais, mas, novamente, seria o mercado que ditaria a lógica e as estruturas convencionais.

O *on* e o *off* já tinham dado espaço para o *power*, hoje o *online* diminui a distância e deixa um sentimento de flexibilidade uniformizador, o conceito de territorialidade praticamente não existe mais, as concepções de temporalidade e espacialidade precisaram ser adequadas para assimilarem as novas necessidade mercadológica.

O homem (re)desenvolve o nomadismo ancestral, contudo esse “novo” aspecto cria o paradigma da centripetação dos centros urbanos, desenvolvendo hábitos e anseios por uma mundialização da necessidade individual. É, um processo sociológico de adaptabilidade ao meio, surgindo de acordo com as mudanças societárias – tendo por base a acumulação intelectual histórica – seus elementos como tecnologia, linguagem e relações interpessoais estão ligadas a vida social transcendente a cognição.

Quando novos obstáculos se apresentam, exigindo a busca de diferentes formas de pensar o mundo, o conhecimento evita que se parta do zero para buscar novas fórmulas a serem aplicadas aos problemas, permitindo, assim,

a elaboração de propostas mais adequadas e úteis às soluções das dificuldades enfrentadas. (COSTA, 2005, p. 15).

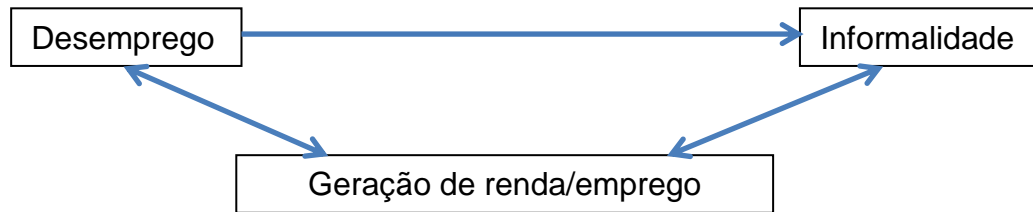
A proporcionalidade de garantia de uma vida melhor tem levado homens e mulheres sujeitarem-se a progressiva marginalidade do trabalho que, nas últimas três décadas passaram a ser um *continuum* da cultura de determinadas fragmentações populares, nos centros industriais se tornou comum à migração de pessoas de um local para o outro (de centro urbano para centro urbano). Desta forma, negros pobre, asiáticos, latinos e africanos principalmente, começaram a transitar de municípios, estados e regiões procurando os centros mais urbanizados e (sub)desenvolvidos. A residência desses indivíduos não atendia mais a carência de bem-estar social e humano dos mesmos.

Por conseguinte, esses centros urbanos também não conseguiram suprir a carência por bens e serviços necessários ao mínimo de sobrevivência. No caso dos centros industrializados do Brasil, as políticas de urbanização atendiam apenas a uma parcela pequena da sociedade, afinal financeiramente o Estado disponibiliza bens e serviços somente às pessoas que podem pagar por eles.

O grande problema na verdade trata-se ao processo de governabilidade aplicado no município, o qual deixou de lado a significância de sociedade civil organizada, como se verá no período de 1970 ao final da primeira década deste milênio aumentou consideravelmente à demografia local, mesmo havendo certa miscigenação e pluralidade cultural, a predominância de individualismo é frequente nas relações societárias. Esse egocentrismo prejudica a participação nas decisões de assuntos de interesse coletivo, principalmente, quando se refere ao ordenamento público.

Na concepção de Gramsci (CARNOY Apud SANSON, 2009, p 12) *a sociedade civil é representada pelo “complexo das relações ideológicas e culturais, a vida espiritual e intelectual, e a expressão política dessas relações”*. Contudo, um dos questionamentos está tangido no problema da informalidade ser uma reação a causa do desequilíbrio social, remetendo ao princípio de sobrevivência.

Figura nº 01. Disposição do problema



Elaborada pelo autor

Entretanto, gerar renda, emprego e dar condições de sobrevivência humana são questões relevantes exigente de respostas coerentes e abordagens que permeiem essa problemática, no tocante a essência do problema, afinal resolver a parcialidade do problema evidencia recaímos no individualismo, ficando o coletivismo em segundo plano. Questões que envolvam a participação de uma determinada classe popular, dificilmente serão resolvidas departamentalizada do local onde acontece o problema. Mas, caso esse determinado grupo proponha organizar-se constituindo representatividade exclusiva de competência legal (associação, cooperativa, sindicatos etc.) sendo suporte de poder decisório, tendo o princípio de bem-estar social, como pauta de essencialidade no respaldo da participação configurada em ação popular proporcionará a este fragmento social a legitimidade necessária a sua consolidação.

O destaque apresentado a uma sociedade civil organizada é demonstrado na possibilidade de cobrar sua participação em decisões públicas que envolvem política, legitimidade e democracia, ampliando leques determinantes principalmente porque Sociedade Civil e Estado se aproximam na resolução de seus problemas mais primordiais, desmistificando atual descrédito nos sistemas de representação política.

Bem ou mal entendemos que o Estado não mais pode ser concebido como uma entidade monolítica – ou neutral – a serviço de um projeto político invariável, mas deve ser visualizado como um sistema em permanente fluxo, internamente diferenciado, sobre o qual repercutem também, diferencialmente, demandas e contradições da sociedade civil e do mercado. (LEAL, 2006, p, 13-14).

O Autor confirma que a tendência do Estado vislumbra a regulamentação, tecnicamente gestada na burocratização das decisões, e caberá à sociedade civil

(pública e privada) legitimar suas ações, e uma forma viável é a participação na construção de uma sociedade política menos excludente.

2.1 Antecedentes históricos que contribuíram para o atual contexto informal

Num panorama local, por outro lado, a sensação de *desenraizamento* teve sua essência a partir da implantação e vigência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA, de cognome Parque Industrial de Manaus – PIM. O parque industrial local teve sua configuração na década de 1960, em pleno período ditatorial. A gestão da SUFRAMA constituía uma zona de livre comércio criada pelo Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, com a finalidade princípio beneficiar a indústria e o comércio da Região Norte, exclusivamente de Manaus onde seria instalada – diminuindo a carga fiscal do comércio de importação e exportação agregando incentivos de competitividades as indústrias e fábricas que quisessem instalar-se no município.

De acordo com Lippi (1996, 117) o Estado do Amazonas teve seu início desenvolvimentista a partir da implantação da Zona Franca de Manaus, beneficiando primeiramente o município a qual seria instalada, sendo posteriormente alavancada a toda Amazônia Ocidental.

Criada pelo Governo Federal, em busca de alternativas de desenvolvimento para a região, que, desde o declínio da borracha, passava por uma estagnação econômica.

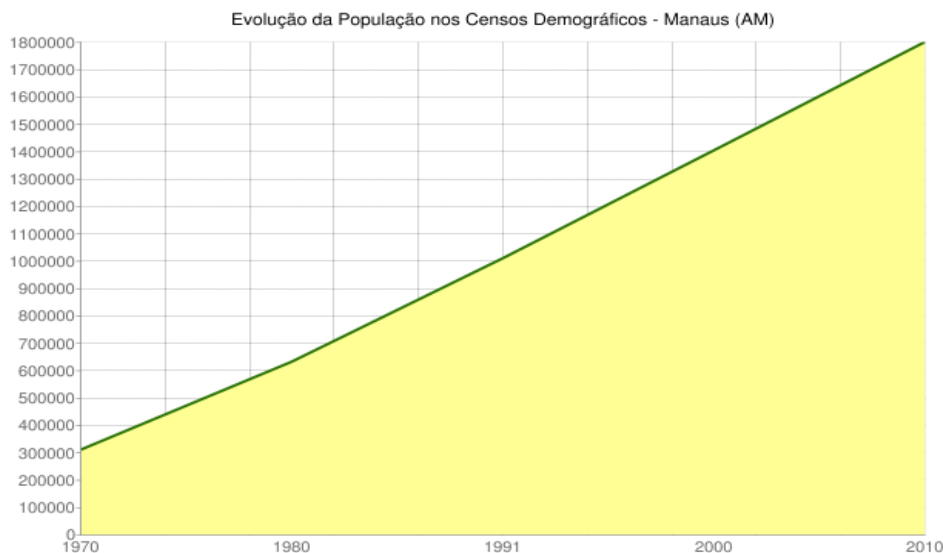
A partir de então, surgiram indústrias beneficiadora de produtos regionais, indústrias montadoras de aparelhos eletrônicos [...] e indústrias menores.

Após a implantação da zona de livre comércio houve constantes deslocamentos humanos, afinal o município passou a ser visto como fonte de riqueza rápida e fácil (o “novo eldorado”), e a força centrípeta causada pela necessidade de mão-de-obra a baixo custo incentivou a migração de um aglomerado multicultural de pessoas para o município.

Em estudos demográficos (Censo, IBGE, 1970 a 2010) demonstram que a população de Manaus aumentou aproximadamente 70% nesses últimos quarenta anos. Na contramão do fenômeno foi percebido o descaso com a estruturação do município e a urbanização do solo. Em Manaus, todos os igarapés que existem

estão praticamente poluídos, e alguns deles em situação irreversível, exigindo praticamente (ou até mais tempo) que os quarenta anos de degradação para torná-los novamente saudáveis.

Figura nº 01 – Evolução populacional no pós-SUFRAMA (1970-2010)



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

É possível perceber no gráfico o aumento absoluto da população no Município de Manaus, esse inchaço acometido, no município absorveu o êxodo causado pelo caboclo interiorano e por nordestino proveniente do período da borracha, mais recentemente fora das estatísticas estão os imigrantes andinos, contrário de japoneses, libaneses, sírios e judeus.

Na ascensão do primeiro presidente pós-ditadura eleito pelo voto direto e a reestruturação do país para a nova ordem mundial que emergia, onde a formalidade deveria prevalecer sobre a ilegalidade, e seguindo os acordos com os bancos internacionais, o país sucumbe ao formato gerencialista de administrar a *res publica*, o que levou remodelar a máquina administrativa.

2.2 A nova concepção de gestão e o modelo tradicional de administração pública

A ruptura do conservadorismo de gerir o bem público ocorreu em nível mundial a partir de 1970, originado na Inglaterra, onde descendia da escola Austríaca e de Chicago, decorrente da releitura do endividamento dos Estados no

pós-guerra. O Estado de *Welfare State*, pautado na concepção keynesiana, consolidou no Brasil o sistema patrimonialista, ou seja, o Estado resulta do poder governante de administrar seu patrimônio. Esse formato de governabilidade não proveu as crises de 73 e 79 provocadas pela especulação petrolífera. Neste, o modelo weberiano de controle, burocratizava o processo de administração do bem público, dando suporte ao Estado de bem-estar social, pois centralizava e monopolizava os principais setores mercado e da própria sociedade.

Uma das particularidades essenciais que pode definir governança (ou uma possibilidade dela) nas sociedades puras pré-gerencialistas e pré-democráticas (totalitárias) retratava a privatização do Estado, *ou a confusão do patrimônio público e do privado*. O Estado Patrimonialista de acordo com Bresser (2001, p. 10) *significa a incapacidade ou a relutância de o príncipe distinguir entre o patrimônio público e seus bens privados*, ou seja, a administração do sistema weberiano (tradicional e conservador, de direita) era também um Estado patrimonialista, que conotou no decorrer desses cem anos uma despersonalização do vulto do Estado.

Com a superação deste estágio, seguido de releitura analítica do capitalismo (num paradigma neoliberalista e globalizante) e da redemocratização de algumas nações (inclusive o Brasil), *se estabelecer uma distinção clara entre res publica e bens privados*, ocorreu um redirecionamento da produção de bens e serviços deslocando-os a privatização e/ou terceirização, ou assimilação pelo terceiro setor (OSCIP, ONGs). Nessa vertente, a minimização do Estado e a figura regulamentadora do Governo se tornam mais evidente, direcionando, novamente, ao capital as diretrizes de controle do mercado.

Por conseguinte, o aumento da dívida interna e externa provocada pelo caráter tradicional do Estado de prover o progresso social e econômico, considerando (apenas) o setor privado e a sociedade civil sócios no desenvolvimento da nação considerando, causa e efeito, de promover políticas sociais cabia inteiramente ao Governo, afinal a população em processo de garantias do direito coletivo (cidadania) exigia tal fim estatal. Mas, a reviravolta acontecendo nos países totalitários e comunistas viria fazer repensar a postura do Brasil frente a esse momento. As concepções weberianas não atendiam mais o estado keinesiano, pois o Brasil deixou de país apenas exportar manufaturado, para produtos de valor agregado, mudando a dialógica comercial.

O deslocamento agrário para industrial propôs investimentos específicos, técnicos e a máquina estatal estava atrasada no mínimo um século. E, sem garantias na cessão da nova burguesia, o Estado pós-neoliberal tendência a política do compartilhamento gerencialista, direcionando suas ações a prestação de serviço, a vitalidade da mão-de-obra. Introduzindo essa nova perspectiva afirma Newcomer (APUD PARRISH e FRISBY, 2000, p. 10):

No futuro, o governo (local) ver-se-á como um negócio de prestação de serviços, e gastará mais recursos em explicar a seus clientes/donos o que faz e porque o faz. Os gerentes de governos locais darão poderes a seu pessoal e a cidadãos para compartilhar os problemas e as escolhas, porque esta será a maneira mais eficaz de tomar as decisões difíceis sobre que serviços o governo deverá prestar. Levantamentos de opinião sobre atitudes e grupos de foco deverão tornar-se cada vez mais um lugar comum, e a política de marketing há de ser contínua.

No Brasil esse novo formato teve aderência na redemocratização a partir de 1985 e o fim de duas décadas de golpe militar, necessariamente, onde foi preciso rever sua organização e poder de governabilidade, exigindo desse outro país, novas configurações recíprocas da sociedade. A sociedade civil tinha ido as ruas cobrar a retomada da democracia, reiniciando sua participação na restauração da igualdade, liberdade e defesa da propriedade: determinando o Estado Social-democrático.

A este cenário Bresser-Pereira (1997) afirmava que a nova direita neoliberal postulava reformas a economia brasileira tendo fim no automático desenvolvimento do mercado e a pequenez do Estado, ou seja, a simetria do mercado ficaria a cargo da classe emergente: a empresarial. As características principais dessa concepção foram assim organizadas:

Em decorrência era necessário privatizar, liberalizar, desregular, flexibilizar os mercados de trabalho, mas fazê-lo de forma radical, já que para o neoliberal o Estado deve limitar-se a garantir a propriedade e os contratos, devendo, portanto, desvencilhar-se de todas as suas funções de intervenção no plano econômico e social. (BRESSER-PEREIRA, 1997, p. 15).

Contudo, um país ainda desorientado queria a curto prazo sair de um país deficitário ao superávit, terceiomundista ao desenvolvido. Então, o Brasil percebeu na estrutura do *gerencialismo* (ou *public management*) a saída para seus problemas econômico, social e administrativo, nesse modelo o descarte de políticas públicas é primordial para sua eficácia, direcionando na tentativa de reduzir os gastos públicos.

Entretanto, a realidade brasileira demonstrava mazelas seculares que estavam por suturar, por outro lado o país encontrava-se imergido numa imensurável dívida monetária e social.

Esse novo paradigma previa além das características já implantadas no modelo weberiano o próprio desenvolvimento daquela – nada novo, mas melhorado. Em síntese esse formato diz respeito a uma estratégia de gerência onde o indivíduo social participe diretamente do processo, é o *empowership* societário, entretanto há uma discordância em Bresser-Pereira (2001, p. 14) *Na verdade, esta abordagem é apenas uma tentativa de modernizar o velho modelo burocrático, não é uma alternativa gerencial. A idéia de opor a orientação para o consumidor (gerencialismo puro), à orientação para o cidadão (gerencialismo reformado), não faz sentido algum.*

Para constituir o modelo foi necessário reformar a máquina administrativa (ou Reforma do Estado) onde ficaram evidentes algumas particularidades do sistema de gerenciamento puro: estado mínimo; papel estratégico das políticas públicas; limitação das funções na produção de bens e serviços e Estado como mero regulador.

Entretanto, Caiden (1991) e Pollitt (1990) entendem que encontrar uma saída unicamente no gerenciamento puro, não serve de parâmetro para as novas exigências da sociedade, as reformas que viriam no advento globalizador deveriam *melhorar a performance do setor público de acordo com objetivos públicos, ou seja, politicamente definidos* para o público, e não apenas transpor o gerenciamento privado para o público. (BRESSER-PEREIRA (APUD CAIDEN, 2001, P. 19).

Transpondo a contextualização do problema, destaca-se a premissa de Martins (1997), onde ficava evidente a desvinculação da política local em não compreender analiticamente esse novo paradigma, uma vez que organizar o gerenciamento do problema em suas facetas: administrativa, quando exige a legalidade, mas relaxa na proliferação da informalidade (questão legal); outra política, porque vê no problema uma forma de controle e promoção eletiva:

A desintegração entre política e administração verifica-se, primeiro, porque a prática da política burocrática não repousa exclusivamente nos atributos estruturais da mecânica democrático-representativa, senão da crescente predominância decisória da burocracia inserida neste contexto. (MARTINS Apud LINDBLOOM, 1997, p. 6).

Portanto, mesmo bastante difundido, o *public management* encontra dificuldades de implantação na gestão pública no Município de Manaus, o enraizamento ao sistema burocrático weberiano ainda é muito fortificado pelas escolhas de gestores públicos e sua manutenção em cargos que exigem confiabilidade exclusiva. A figura representativo-simbólica do gestor atrelado as decisões superiores infringe uma possível tomada de decisão autônoma, demonstrando que o processo de descentralização defendida no gerencialismo, não passava de uma desconcentração setorializada, ficando o ato normativo e decisório do gestor maior no pilar hierárquico.

2.3 Plano Diretor e LOMAN na organização do espaço público no Município de Manaus

A compreensão da (des)organização do solo urbano e/ou espaço público do município deveras ser bastante importante para governabilidade local. Contudo, mesmo os principais instrumentos normativos contemplando o ordenamento sistemático, na prática ocorrem uma verdadeira grilagem do solo urbano. Um *vale tudo* por alguns metros quadrados que valem muito para a sobrevivência de alguns deles, mas não justifica o ambiente desordenador reflexo do descontrole de constantes políticas populistas principalmente após a redemocratização do Estado e a crise financeira de 1990, no Polo Industrial de Manaus, na abertura da economia por meio do *Plano Collor*. Assim, a Lei Orgânica e o Plano Diretor constituem as diretrizes normativas do Município de Manaus no trato da administração urbanística.

A lei orgânica do município é conjunto de diretrizes legais, que se equivale a Constituição Federal, entretanto aquela se referindo ao Município, ela determina a instrumentalização do direito público local. A lógica da gestão pública municipal é acéfala sem sua lei orgânica. Mesmo assim, atualmente nos municípios foram criadas regimentos para organização e chamamento da população no processo decisório local. O instrumento normatizador, também, tem seu caráter no respeito à função social da propriedade urbana, se constituindo em *instrumentos urbanísticos previstos pelo Estatuto da Cidade, norma federal que determina que toda propriedade urbana deva cumprir com sua função social, especialmente por força de seu caráter sancionatório*. (Anais do V Congresso Brasileiro de Direito Urbanístico 2008 – Manaus 2008, Porto Alegre, 2009, p. 141).

Na praticidade se estrutura como mais um elemento instituído por lei federal na função de solidificação do plano diretivo do município, o Estatuto da Cidade norteará o planejamento local, devendo constar finalidades para evitar colapsos urbanos, como o que ocorre em Manaus. Neste caso, a referência delimita-se ao comércio informal. O Estatuto das Cidades prioriza a qualidade de vida, ou seja, questões básicas da sociedade, fato implícito na constituição local.

a ausência de planejamento nos centros urbanos ocasiona o colapso da qualidade de vida. Os instrumentos urbanísticos, quando implementados, objetivam proporcionar aos cidadãos o direito de ir e vir, a acessibilidade, a mobilidade, a moradia, o lazer e a cultura, enfim, o planejar a cidade para o amanhã.

Grande parte dos municípios brasileiros está passando por um processo de implementação dos planos diretores, que devem compatibilizar com as normas de uso e ocupação do solo. Eis a grande dificuldade encontrada pelos técnicos e gestores municipais, dada a falta de estrutura e articulação entre os órgãos de gerenciamento urbano e os órgãos de planejamento, como também pela ausência de alguns instrumentos fundamentais prévios: o levantamento aerofotogramétrico do município, o sistema integrado de informação – SIG, e os dados do perfil socioeconômicos da cidade.

A falta de inter-relação setorial funcional será entendida um pouco mais a frente ao ser discutido no atual contexto, a relação entre a informalidade e o governo e o órgão responsável pela formalidade e reestruturação do comércio local.

Na Lei Orgânica do Município de Manaus – LOMAN já em seu artigo 1º demonstra sua integridade territorial, de *autonomia política, administrativa e financeira*, amparada nas Cartas Constituintes do Estadual e Federal, entretanto ficaria mais explícita se utilizasse a expressão **social**, em sua dissertação doutra prioridade à participação democrática no processo decisório. No entanto, essa carência tenta-se justificar no art. 7º:

Art. 7º - O Município de Manaus, nos limites de sua competência, assegura a todos, indistintamente, no território de sua jurisdição, a inviolabilidade dos direitos e garantias fundamentais declarados na Constituição da República, na Constituição do Estado e nesta Lei. (ART. 7º, LOMAN, 1990).

Ressalta-se, a partir deste ponto no referido trabalho que, no Município de Manaus o comércio nômade é reconhecido como ambulante aquele sem ponto fixo e muitas vezes desrespeitando a norma vigente de ordenamento do solo. Ao se referir ao tema referenciara a provisão da LOMAN (1990), em seu art. 428, Parágrafo

Único, *Considera-se comércio ambulante aquele que é exercido por pessoa autônoma, em vias, logradouros públicos ou de porta em porta.*

De acordo com a LOMAN (*op. cit.*) o comércio ambulante esta regularizado no município desde que previamente autorizado por órgão competente da Prefeitura. Assim, desde daqueles pequenos “quitutes” fritos livremente, como frutas e suvenires, objetos importados e produção ilegal (piratas), deverá possuir alvará ou licença prévia para permissão da utilização do solo. Entretanto, ressalvada algumas premissas, na dinâmica funcional do município, a parte legal é coisa da *res publica para inglês vê*; pois, conforme afirmado em seu Art. 428, ratificando a essencialidade legal: *O exercício do comércio ambulante, em vias e logradouros públicos, no limite do Município de Manaus, dependerá sempre de licença do Poder Executivo, competindo-lhe disciplinar e regulamentar essa atividade.*

No entanto, tem-se também na referida lei algumas vedações na utilização do espaço como o Centro Histórico, cruzamentos e locais contemplados pelo art. 432, Parágrafo 2º, incisos: I a V, configurando um quadrante setorial:

I - as praças Oswaldo Cruz e 15 de Novembro, o trecho da Av. Eduardo Ribeiro entre a Rua Marquês de Santa Cruz e a Av. Sete de Setembro e a parte final da Rua Barão de São Domingos, destinados a pontos fixos de vendas, através da instalação de equipamentos urbanos para acomodação de camelôs e comercialização de refeições rápidas;

II - as praças Tenreiro Aranha e Torquato Tapajós, para o exercício do comércio ambulante e a instalação de pontos fixos de vendas de comidas e bebidas típicas.

Entretanto, mesmo legalmente constituído não é isso que acontece, fato este percebido em noticiário do sítio *Brasil Legal* (2007), quando relata sobre a pirataria no Centro e Zona Leste do Município de Manaus:

Pirataria impera no comércio de Manaus

O esquema foi revelado por ambulantes de três dos cinco pontos centrais do comércio informal da cidade e conta, segundo eles, com a deferência de fiscais e do organismo policial.

Os maiores fluxos do comércio informal de Manaus ocorrem nas ruas Eduardo Ribeiro, Marechal Deodoro, Marcílio Dias e Dr. Moreira, no Centro, além da Grande Circular (zona leste), conforme constatou a reportagem do *Jornal do Comercio*, nos últimos três meses. (<http://www.institutobrasillegal.org.br/noticias.asp?id=422>).

Na observação citada percebe-se que as vias pertencem ao quadrante onde é vedado o comércio ambulante no município, contudo a prática irregular ocorre constantemente. Por conseguinte, a conotação prejudica bastante a imagem local, no que se refere ao trato da atividade: *o esquema foi revelado...* Sabendo que pirataria é ilegal, mas ao se referir a esquema a fonte jornalística evidencia a atividade comercial praticada por estas pessoas: em sua maioria na informalidade. A falta de um instrumento de planejamento administrativo e de políticos responsáveis constitui algumas considerações fadadas à coerência local, mesmo tendo um instrumento planificador. No tocante, o Plano Diretor do Município de Manaus revelará o seguinte.

O Plano Diretor dum município é uma lei local democrática onde sua elaboração deverá contar impreterivelmente com participação da sociedade. Ele organiza o crescimento e o funcionamento do município. No Plano Diretor é um instrumento de gestão estratégica que auxilia o governo municipal na realização de projetos visando um município adequado a população. Por se tratar de planejamento, ele prevê como podemos melhorar a dinâmica urbana para conseqüências num futuro próximo.

O Plano Diretor pode ser considerado um instrumento normativo, deve conter ações e metas para as necessidades da sociedade local, por exemplo, reordenamento do espaço público. O direcionamento desse estudo para o item é um dos focos desse trabalho, pois uma das metas é a retirada ou o deslocamento de camelôs e ambulantes do Bairro Centro do Município de Manaus.

A Lei nº 671, de 04 de novembro de 2002, institui o Plano Diretor do Município de Manaus, abrangendo áreas urbanas e rurais.

Não há linhas retas no plano de desenvolvimento de uma cidade. Os contornos criados pela natureza limitam os avanços do homem, na ânsia de domínio territorial pelo império dos sonhos de uma vida cada vez melhor, mas que só são contidos por leis e regulamentos que oferecem o sentido coletivo de uma comunidade.

Este documento, o Plano Diretor de Manaus, resultado de estudos e debates da Câmara Municipal de Manaus e da revisão técnica do IMPLURB, gerenciador de sua execução, abre o mapa dos direitos e obrigações do cidadão diante da construção desta cidade que todos desejam hoje e cada vez melhor do futuro.

[...]

O Plano Diretor de Manaus é o documento que respalda todas as atividades inerentes ao desenvolvimento da cidade com o foco no sentido social da comunidade que têm direitos a serem respeitados e obrigações a serem

cumpridas. (PLANO DIRETOR DE MANAUS, 2008, p. 6 – E ATUALIZAÇÕES).

O plano diretor municipal deve normatizar e direcionar o gestor público na racionalização da utilização e ocupação do espaço urbano e rural, visando à qualidade e o bem estar da população local. De acordo com o Plano Diretor de Manaus atualizado em 2008:

Art. 24 - A Estratégia de Uso e Ocupação do Solo Urbano tem como objetivo geral ordenar e regulamentar o uso e a ocupação do solo para garantir a qualidade de vida da população, incluindo a reconfiguração da paisagem urbana e a valorização das paisagens não urbanas.

Então, por que comumente existe ordenamento caótico pela informalidade do comércio no Centro de Manaus? No instrumento normativo é bastante explícita quanto à racionalização do espaço público principalmente a constituição de programas para uso do solo urbano (art. 25, inciso I):

Programa de Revitalização da Área Central, contemplando a integração de ações dos órgãos públicos envolvidos, nas distintas esferas públicas; fomentando a parceria da iniciativa privada e participação comunitária, abrangendo projetos de qualificação urbana de logradouros públicos, estímulo ao uso e ocupação residencial e à implantação de atividades culturais, comerciais e de serviços voltadas para o turismo e à valorização de interesse histórico-cultural. (Plano Diretor de Manaus, 2008, p. 16).

Este artigo teve grande repercussão nos últimos dois anos devido os eventos desportivos que ocorrerão no Brasil em 2014 e 2016. Esses eventos mobilizaram órgãos executivos que até o momento somente configuravam no organograma do Poder Executivo do Município, ou seja, apenas executores da finança de programas projetados ora pela Casa Civil, ora pela Secretaria de Planejamento – SEMPLAD. Os órgãos diretamente responsáveis pelo ordenamento do solo urbano e pela fiscalização do comércio no município – IMPLURB e SEMPAB – segundo suas normatizações trabalharam com afinco na elaboração de projetos e programas para evitar o caos urbano.

Entretanto, neste trabalho será dada maior ênfase a Secretaria Municipal de Produção Abastecimento – SEMPAB, devido sua importância estratégica na construção de políticas públicas diretamente relevantes ao problema.

Além de um instrumento gestão pública e planejamento, o Plano Diretor deve permear a democracia estimulando a participação da sociedade em questões referentes a ela, deve contemplar as várias realidades e vocações no âmbito do território municipal, e não mais tão-somente no urbano. Com isso o Plano Diretor se revela um instrumento preventivo da política urbana, tendo como atribuição prever a ocupação adequada da propriedade urbana, garantindo assim o cumprimento de sua função social. (Anais do V Congresso Brasileiro de Direito Urbanístico 2008 – Manaus 2008, Porto Alegre, 2009, p. 141-142).

É importante salientar a sinonímia criada entre ambulante, camelô e informalidade no meio empírico onde ocorre o problema, entretanto o primeiro e o último são os termos necessários de compreensão nesse estudo. O primeiro está amparado no art. 492, Parágrafo Único da Lei Orgânica Local, enquanto a informalidade constitui objeto de abordagem deste trabalho.

2.4 O Governo do Município de Manaus e a informalidade

A Lei Orgânica do Município de Manaus não discorre acerca da informalidade, porque a norma em geral já prevê uma sociedade caótica, e como a *mão invisível* de Adam Smith, as imperfeições são corrigidas pelo vulto legal do Estado de Direito. Este institui o fato social sem o devido controle do direito, assim a informalidade é tratada como ilegal e a formalidade concessiva pelo governo (art. 8º, inciso XXIV, alínea c, LOMAN, 2008), resguardando os (pré)requisitos, qualquer pessoa amputável legalmente pode solicitar a licença. Então, por que ocorre a informalidade? E por que o Estado não consegue formalizar?

Numa visão mecânica mercadológica do meio competitivo, de economia e mercado, essa estrutura apresenta desvantagens importantes em relação ao próprio mercado de trabalho, especialmente em análises do comércio informal podendo perceber algumas variáveis. Na primeira, a deficiência escolar, principalmente técnica, prejudica a (re)entrada do indivíduo em condições iguais de oferta e demanda por trabalho, devido à competitividade em determinados setores, afetando diretamente as decisões de firmas e trabalhadores, por causa da escolarização os potenciais trabalhadores procuram sempre as mesmas funções empregatícias;

Outro ponto importante, principalmente, no campo onde a investigação acontece resplandece quanto à ineficiência do governo ao prover o problema,

preferindo políticas populistas, que escamoteiam o problema ao invés de construir políticas expressivas.

Uma terceira questão, mesmo instituindo pastas contingenciadas exclusivamente para “montar” políticas públicas ao comércio informal do município, a tendência é um aumento constante, mais pessoas tomam conta do espaço público, ora com respaldo legal, ora por conta própria – autônomo. Totalmente, avesso à obrigatoriedade constante na lei orgânica. Os órgãos responsáveis IMPLURB – Instituto Municipal de Planejamento Urbano e SEMPAB – Secretaria Municipal de Produção e Abastecimento não apresentam a curto prazo (dois anos) projetos, programa ou planos de gestão que priorizem o ordenamento público ou a formalidade dos ambulantes ilegais no município.

No Município de Manaus a informalidade formada por ambulantes vem se tornando uma “cultura do empreendedorismo”, esse comércio funciona como alternativa econômica para a limitada oferta de trabalho e a dependência de um polo industrial cada vez mais exigente de mão de obra qualificada e escolarizada.

Esse fato, somado a urbanização e ao crescimento desordenado da população manauara, cria uma expectativa de crescimento do setor ainda maior, pois essa atividade funciona como alternativa de sobrevivência, principalmente para aqueles que não têm qualificação profissional. (II Congresso de Pesquisa e Inovação da Rede Norte Nordeste de Educação Tecnológica. II CONNEPI 2007).

Para o PREALC – Programa Regional de Emprego para a América Latina e Caribe, é possível encontrar justificativas concretas e reais para o fato da informalidade:

O setor informal é composto por pequenas atividades urbanas, geradoras de renda, que se desenvolvem fora do âmbito normativo oficial, em mercados desregulamentados e competitivos, em que é difícil distinguir as diferenças entre capital e trabalho. Essas atividades se utilizam de pouco capital, técnicas rudimentares e mão de obra pouco qualificada, que proporcionam empregos instáveis de reduzida produtividade e baixa renda. (KITAMURA Org. Apud SINGER e POCCHMAM, 2009, p. 3-4).

2.5 Os órgãos executivos: IMPLURB e SEMPAB

Os órgãos executivos diretamente responsáveis pelo ordenamento do espaço público e organização do comércio formal são IMPLURB – Instituto Municipal de Planejamento Urbano e SEMPAB – Secretaria Municipal de Produção e

Abastecimento. De acordo com o organograma e a própria política de governabilidade do município ambos os órgãos estão atrelados ao Gabinete Civil e Secretaria de Planejamento, devido à contingência de recursos.

2.5.1 IMPLURB – Instituto Municipal de Planejamento Urbano

O Instituto Municipal de Planejamento Urbano – IMPLURB Integrando a Administração Indireta da Prefeitura de Manaus, nos termos da Lei n.º 1.314, de 04 de março de 2009, *a natureza jurídica de Autarquia, com personalidade jurídica de direito público, autonomia administrativa, patrimonial e financeira, sede e foro no Município de Manaus, atuação em todo o território da Capital do Estado.* (Art. 1.º, Anexo I Regimento Interno. IN: Decreto n.º 0100, de 06 de maio de 2009).

Sua criação foi possível devido à necessidade de dar continuidade às atribuições e competências da antiga Empresa Municipal de Urbanização a extinta URBAN, extinta pelo Decreto nº. 6.744, de 14 de abril de 2003. No duto da Lei n.º 687, de 13 de dezembro de 2002, e reestruturado pelas Leis n.º 941, de 20 de janeiro de 2006, e n.º 1.318, de 16 de abril de 2009. *A referida pasta tem por finalidade, a gestão do Sistema Municipal de Planejamento Urbano e a definição de políticas de controle do desenvolvimento urbano e fundiário do Município, ou seja, suplanta a processo de planejamento na esfera municipal. (grifo pessoal do autor)*

Com base nas diretrizes do Plano Diretor Urbano Ambiental de Manaus, constituindo-se como seu órgão executivo, no âmbito do Município de Manaus, especialmente para o exercício do poder de polícia administrativa nos setores que lhe são afetos. (Art. 1.º, Anexo I Regimento Interno. IN: Decreto n.º 0100, de 06 de maio de 2009).

A perceptividade do planejamento urbano é a essência do órgão, uma vez que fica sob sua incumbência a projeção do plano diretor municipal, que desde 2006 não há estudos atualizados. Neste íterim o município cresceu vertiginosamente em sentido horizontal, com constantes invasões de terras, por movimentos que lutam por reformas em políticas de habitação e, paralelamente, o aumento da informalidade nos principais aglomerados populacionais do município. No sítio do órgão tem-se a seguinte questão:

O que é Planejamento Urbano?

Planejamento. Essa é uma das soluções encontradas pela Prefeitura de Manaus para solucionar os problemas urbanos mais visíveis da capital amazonense. E o trunfo para a execução desse planejamento começou com a elaboração do Plano Diretor Urbano e Ambiental (PDM), uma iniciativa exclusiva do executivo municipal e que chegou ao ápice com a criação do Instituto Municipal de Planejamento Urbano (IMPLURB). (<http://implurb.manaus.am.gov.br/estrutura-organizacional/>)

O Plano Diretor referente na citação trata-se de texto base de 2001, passando a vigorar em 2002, tendo sua última atualização em 2006, e entrando em vigor em 2008. Como frisado não houve preocupação no crescimento horizontal do município, entretanto preocupou-se perspicazmente com a verticalidade das construções, em detrimento ao meio ambiente.

O principal projeto em desenvolvimento pelo Instituto Municipal de Planejamento Urbano chama-se *Pensando Manaus para o futuro: Projeto Reconstruindo o Centro de Manaus [PROMANAUS]*, segundo órgão esta iniciativa propõe a *solução dos problemas urbanísticos, ambientais e sociais do Centro Histórico da Cidade de Manaus como forma de contribuir para a melhoria contínua da qualidade de vida da população*. (<http://www.manaus.am.gov.br/implurb/>), conforme o Plano Diretor.

A intenção será o deslocamento para outro local de todos os ambulantes e camelôs “empreendedores” ali fixados, viabilizando a área central ao turismo. Trabalhando em conjunto, esta medida terá parcerias da Câmara Lojista – CDL-MAMANAUS, Serviço de Microempresa – SEBRAE e da SEMPAB, propondo deslocar essas pessoas do quadrante ora citado impróprio para o comércio, propondo ingresso imediato à formalidade.

O programa será desenvolvido por uma Unidade Gestora (UG) que ficará vinculada ao Instituto Municipal de Planejamento Urbano (IMPLURB).

Dentre as intervenções do PROMANAUS a serem realizadas estão à readequação dos camelôs com a construção de três Centros Populares de Compra (CPC) nas proximidades do Porto de Manaus e do Mercado Municipal Adolpho Lisboa; a implantação de estacionamentos rotativos nas principais ruas e avenidas do Centro; edificações de prédios; readequação das feiras Manaus Moderna e da Banana que contará com praça de alimentação, estacionamento para 750 vagas e área para carga e descarga; revitalização das praças a exemplo do que já vem ocorrendo com a Praça da Saudade, da Matriz e Paço Municipal; reordenamento das calçadas entre outras ações. (<http://www.manaus.am.gov.br/implurb/>).

Uma das prioridades seria a construção de um espaço exclusivo para aquele formato comercial: um camelódromo. No entanto, não foi possível a concretização da obra, o Ministério Público do Estado solicitou o embargo, alegando que o local era particular, uma que o Porto de Manaus está sob a responsabilidade de Empresa privada para administração de carga e descarga pelo modal hidroviário.

2.5.2 SEMPAB – Secretaria Municipal de Produção e Abastecimento

A Secretaria Municipal de Produção e Abastecimento – SEMPAB constitui pasta da Administração Direta da Prefeitura de Manaus, *como órgão de execução de políticas e serviços públicos* (art. 1º, Regimento Interno), e possui as seguintes finalidades prioritárias e inerentes ao comércio forma/informal.

[...]

XIV – supervisão, coordenação e fiscalização da utilização das vias e demais logradouros públicos afetas ao comércio informal;

XV – estabelecimento de programas de expansão da rede de mercados, feiras municipais e comunitárias e comércio informal. (DECRETO N.º 0607, DE 22 DE JULHO DE 2010, PUBLICADO NO DOM N.º 2490, DE 22/07/2010.).

A área de abrangência técnica configura planejamento, organização, fiscalização e gerenciamento dos setores do comércio informal e de mercados e feiras de Manaus. O órgão está responsável pelo cadastramento das pessoas que ainda permanecem na informalidade comercial, como: *o comércio de pequenos objetos, alimentos preparados em carros-lanche, mesas de café da manhã e outros gêneros, em logradouros públicos, praças de alimentação e outras vias*. Para melhor acompanhamento dessa atividade possui um setor exclusivo para o setor da informalidade. (<http://sempab.manaus.am.gov.br/plano-de-metas/>).

O Departamento do Comércio Informal – DECIN tem o papel de gerenciar o cadastramento das unidades de comércio informal. Assim como, a formulação de medidas para discipliná-las, o referido setor também organiza o fluxo de expedição de documento de arrecadação de impostos do comércio informal. Regulariza a unidades informais delimitando local e horário de funcionamento, realiza estatísticas da atividade e autoriza a emissão de alvará. (art. 4º, inciso X, alíneas a a f).

Em suma, o órgão tem como finalidades essenciais emitir alvará de permissão e expedir documentação de arrecadação de impostos e ainda regularizar a informalidade, no que tange demonstra a ineficácia, deixando a entender que permite a ilegalidade, uma vez que o quadrante vetado pela LOMAN, não é respeitado.

Ambulantes da área da Manaus Moderna ‘driblam’ ação da SEMPAB e fogem pelo rio.

Equipes da Secretaria Municipal de Produção e Abastecimento (Sempab) foram surpreendidas, durante fiscalização, com vendedores fugindo em canoas com mercadorias. Vendedores ambulantes da área próxima à feira da Manaus Moderna, no Centro, resistem e “driblam” a fiscalização da Secretaria Municipal de Produção e Abastecimento (Sempab). Manaus, 08 de Junho de 2011. TAYANA MARTINS.

(http://acritica.uol.com.br/manaus/Ambulantes-Manaus-Moderna-driblam-Sempab_0_495550445.html).

A Divisão de comércio informal compõe um subdepartamento, setor técnico, onde auxilia o Departamento de comércio informal, tem as mesmas atividades, contudo limitadas ao auxílio. Uma diferença um quanto mais perceptível é o suporte as equipes de fiscalização: *apoio às unidades de fiscalização no controle e fiscalização do comércio informal*. (art. 4º, inciso XI, alínea b, do Regimento interno).

As ações desta SEMPAB são constantes e estão diretamente ligadas ao comércio da *pirataria* e alimentos sem procedência. Mas, essas ações são ineficazes, porque o órgão, de acordo com seu sítio, não possui um estudo e/ou plano estratégico, priorizando o problema, sua insistência em fiscalizar, multar e confiscar o bem particular (chamados “rapas”) é uma de suas estratégias de ações. Em observância, as metas do órgão estão, em sua maioria, direcionadas a agropecuária e pisciculturas. E, boa parte se limita a fiscalização como frisa circunstancialmente seu Regimento Interno:

Manter as ações voltadas à organização das grandes avenidas da cidade, incluindo aquelas de grandes densidades populacionais da periferia;

Manter a fiscalização e a organização contínua e dos ambulantes em eventos do Município, do Estado e de particulares;

Manter a fiscalização contínua no Parque Cultural Jefferson Peres (Igarapé de Manaus), Largo do Mestre Chico localizado no Aterro do Quarenta, Avenida Eduardo Ribeiro (Feira de Artesanato – Sebrae), Terminais, Praça da Glória, Parque dos Bilhares, Avenida Djalma Batista, Avenida Noel Nutles, Ponta Negra e Centro;

Manter a fiscalização das atividades proibidas pela Lei Orgânica do Município de Manaus e pela lei Municipal 674, de 04 de novembro de 2002, coibindo a venda de produtos CDs e DVDs piratas, bebidas alcoólicas e outros. (DECRETO N.º 0607, DE 22 DE JULHO DE 2010, PUBLICADO NO DOM N.º 2490, DE 22/07/2010.).

Com referência, programas e projetos voltados à regularidade do comércio no Centro de Manaus, realizados de maneira consistente pela SEMPAB, juntamente com o IMPLURB, pasta de planejamento urbano, tentam a utopia (no atual contexto) do *camelódromo*, que foi iniciado em parceria entre o Governo (local e estadual), representantes do setor e iniciativa privada, mas que devido irregularidades foi condicionada ao embargo.

Portanto, os principais órgãos executivos, seja o de jurisdição indireta, sejam de administração direta, apresentam a mesma proposta para o problema da informalidade. Todavia, são ações públicas que demonstram solucionar o problema dos camelôs e ambulantes e não da informalidade, afinal o problema da informalidade se constitui um problema maior e não vai ser superado somente numa transferência de lugar. Enquanto, o Governo local não se sensibilizar do problema e a representatividade do setor acreditar que em ambiente próprio e formalizado será uma tendência mais viável, a vida marginal de ambulante – como classifica os órgãos competentes – continuará essa promiscuidade funcional. Toda troca de administração municipal será sempre esse disparate contraditório de defesa particular de cada um, já que a mobilização resvala em interesses menores.

2.6 O atual quadro e o choque de ordem implantado pela Prefeitura para a realização de evento esportivo

Após o anúncio do município para uma das sedes da Copa do Mundo de Futebol, as atenções se voltaram para o embelezamento de Manaus: mobilidade urbana, aeroportos, *internet*, centro histórico e turístico, quatro mazelas pertinentes ao subdesenvolvimento local, entretanto são pré-requisitos para concretização da sede e receber as seleções. No entanto, um estudo socioeconômico realizado antes do início das obras para o evento esportivo pelas instituições SEBRAE/AM e a Secretaria Municipal de Finanças – SEMEF, com cópia entregue a CDL-MANAUS, em junho de 2005, apontava a seguinte estatística e particularidades da amostragem pesquisada.

Segundo dados, 53,91% dos ambulantes estão concentrados no centro da cidade. Deste total, 60,97% comercializa miudezas e produtos piratas.

A pesquisa abordou 1.996 comerciantes informais. A maioria é amazonense, casado, com baixa escolaridade, tem faturamento mensal de até 1 mil reais e não deseja mudar de profissão, tampouco mudar de local de trabalho. Boa parte dos camelôs se concentra na Praça da Matriz, na Avenida Eduardo Ribeiro e nas ruas Marquês de Santa Cruz, Marcílio Dias, Henrique Martins e Guilherme Moreira.

Conforme a pesquisa, o principal motivo dos ambulantes permanecerem em atividade é o fluxo de compradores no centro de Manaus. O terminal de ônibus registra, mensalmente, o fluxo de seis milhões de pessoas. Outra constatação interessante é que os comerciantes informais compram as mercadorias em distribuidoras, pagando à vista pelos produtos. Tais empresas estão localizadas no próprio Centro, o que facilita a compra, diminuindo a despesa com o frete.

(<http://www.cdlmanaus.com.br/noticias.php?idN=274>)

De acordo com população amostral de 1.996 pesquisados, 665 trabalham na informalidade no Centro do Município, e 406 tem como produto o comércio de miudezas e cópias *piratas*. E, novamente, os principais locais utilizados para prática estão inseridos no quadrante vetado pela Lei Orgânica do Município de Manaus. Mesmo tendo, normas institucionalizadas que vedam a utilização desses locais à prática é uma constante.

Num levantamento recente da SEMPAB por intermédio do Departamento de Comércio Informal – DECIN, confirmada em dados em seu sítio comprovam a existência de 8.232 ambulantes, distribuídos da seguinte maneira, no Centro são 2.429, os ambulantes apresentam 261 informais, os fixos com local próprio somam 2.168.

O restante fica nos bairros: 5.803, assim destacados: locados em pontos fixos: 2.561, os ambulantes são: 1.265; eventos: 1.213; terminal: 549 ambulantes; e na Praia Ponta Negra com 215. Contudo, ressaltam-se as particularidades, dos terminais e Praia da Ponta Negra. No primeiro, apresentam pontos fixos e móveis (alimentos, jornais, revistas, piratas), na Praia da ponta Negra geralmente a incidência é em eventos e finais de semana. (DECIN: Departamento de Comércio Informal. <http://sempab.manaus.am.gov.br/comercio-informal/>).

Geralmente, para efeito de explicitar a percentagem estatística apresenta efeito mais maciço, então os dados absolutos ficam assim sistematizados. Dos 8.232 informais, o Bairro Centro de Manaus comporta 31,1%, da amostra, os ambulantes equivalem 10,75% e os com ponto fixo representam 89,25%, o negócio

(lanches, carros móveis, vendas simples) representa uma diversidade dinâmica que depende diretamente do local: Café da manhã, água, bombom e refrigerante, merenda, confecções, variedades, comidas típicas, miudezas, conserto de relógio e sapatos, venda de pipoca, produtos falsificados, informática, entre outras. Alguns desses produtos e serviços são proibidos pela LOMAN como facas e canivetes.

É importante que ressaltar que as autorizações de barracas serão dadas para ambulantes devidamente cadastrados e, segundo a Lei 674/2002, deverão:

I- Quando localizadas nos passeios, não prejudicar o trânsito de pedestres e acessibilidade;

II- Manter distância mínima de 200m (duzentos metros) de templos, hospitais, casas de saúde, escolas e cinemas, com exceção feita às festas beneficentes e serviços de utilidade pública.

Lugares proibidos

Não poderão ter atividades do comércio informal nas avenidas principais de Manaus

Avenidas: Djalma Batista, Constantino Nery, Grande Circular, Noel Nutles, Max Teixeira, André Araújo, Boulevard Álvaro Maia, Recife, Jornalista Humberto Calderaro (Paraíba), Av. Nilton Lins, Próximo a Shoppings, Supermercados, Praças, Agências Bancárias, Hospitais, PACS, Pontos de ônibus, Escolas e Passarelas.

No momento, de acordo com a portaria nº 050/2010 – GS/SEMPAB, este departamento não está emitindo renovações e nem autorizações.

Departamento responsável pela supervisão, organização e controle do comércio informal. Concede autorizações, uma vez que qualquer atividade econômica nos logradouros de Manaus só poderá ser exercida mediante autorização da Prefeitura; e também realiza vistorias. (DECIN: Departamento de Comércio Informal. <http://sempab.manaus.am.gov.br/comercio-informal/>).

A construção do camelódromo seria uma proposta viável a revitalização do Centro Histórico de Manaus – local onde se encontra um comércio ambulante – e tiraria da marginalidade o comércio (in)formal do município. A proposta tinha o aval da Prefeitura, mas quem iria viabilizar seria uma empresa privada, de fora do estado. Entretanto, após constantes liminares entre Agência de Transportes Aquaviários – ANTAQ e a empresa responsável pelo empreendimento, os empresários desistiram de fazer o *Camelódromo de Manaus* – no qual ficaria conhecido como *Shopping Popular* –, deixando uma armação metálica avaliada em R\$ 80 milhões de reais, que

serão desmontadas no futuro. Em pouco mais de um ano os *empreendedores informais* viram suas esperanças esmaecerem.

Recentemente, o Prefeito sinalizou com a desapropriação de uma área ainda em estudo, na verdade a gestão pública do município não tem projetos concretos que possa sinalizar para superar o problema.

24/03/2011. Prefeitura sem plano “B” para camelódromo. Secretário Manoel Ribeiro, Implurb. A Prefeitura de Manaus recebeu com preocupação o anúncio dos empresários responsáveis pela construção do Shopping Popular Provisório em desistir da batalha judicial envolvendo o empreendimento. O presidente do Instituto Municipal de Ordem Social e Planejamento Urbano (Implurb), Manoel Ribeiro, afirmou que não há solução imediata prevista pela Prefeitura para resolver o problema dos camelôs do centro da cidade. (<http://www.manaus.am.gov.br/prefeitura-sem-plano-%E2%80%9Cb%E2%80%9D-para-camelodromo/>).

Enquanto isso a proliferação da informalidade no Centro de Manaus aumenta, e cada dia o espaço urbano diminui para público que visita ou vai até aquele local, a inexistência de ordenamento do espaço, sem uma contraproposta ao deslocamento para desobstruir aquele local, o município não tendencia somente perder a sede para o evento esportivo como os poucos turistas que ainda vem. Passa da hora de repensarmos uma nova gestão pública para o município, onde não impere mais a política paternalista e populista, a qual já perdura três décadas.

O *Shopping Popular* ou *Camelódromo* demonstra quanto à política local precisa de mais coerência, competência administrativa e menos contingenciamento dos recursos públicos, centralizado a uma ou três secretárias, que resolvem autoritariamente, em detrimento de uma centralização mais eficiente. O Plano Diretor está sendo revisado neste ano de 2011, contudo as audiências serão realizadas em horário comercial, poucas serão desenvolvidas no período noturno. Os seminários são pagos, e os gratuitos são poucos divulgados. A minuta do plano diretor fala em participação e democracia, onde a população seja chamada a participar das decisões, principalmente, sobre o ordenamento do solo como expresso no art. 25, incisos I, II, Plano Diretor do Município de Manaus.

3 MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA

3.1 Metodologia

O estudo investigativo em Pesquisa Social sempre terá um caráter complexo na sua praticidade, entretanto cabe ao investigador direcionar o caminho que será percorrido pelo trabalho de investigação. Na concepção de Zanella (2006), essa etapa do trabalho *refere-se aos procedimentos metodológicos, que decorrem do problema de pesquisa, dos objetivos do trabalho e da teoria fundamentada*. Então, desde a escolha do problema o investigador já deve desenvolver cognitivamente os direcionamentos técnicos metodológicos que tornem viável a pesquisa.

Os métodos e técnicas de pesquisa consistem no processo metodológico de manipulação dos instrumentos teóricos de coletar dados e transformar em informações, também pode ser compreendido como sendo a operacionalização da investigação: **o Como fazer metódico-instrumental**. Na concepção de Matias-Pereira (s/d, 28), assim afirma:

Metodologia é a lógica do procedimento científico e tem caráter normativo [...].
[...] é o conjunto dos métodos que cada ciências particular põe em ação. A colaboração entre demonstração lógica e experimental, a interação entre ciência pura e tecnologia, é uma característica do espírito científico contemporâneo.

Então, visualizar o método a ser utilizado direciona a instrumentalização dessa prática. Em síntese, o método constitui-se em etapas do processo de investigação que serão vivenciadas pelo investigador, contudo por se tratar de estudo científico há necessidade de assimilação de dados – interpretação fenomênica sem contextualização – para isso a construção de instrumentos técnicos de pesquisa é fundamental. Seguir o direcionamento metodológico possibilita ao investigador melhor clareza a estrutura textual do trabalho.

é fundamental conhecer os procedimentos metodológicos para ordenar seus conhecimentos e observações dos fatos, relatando as descobertas da pesquisa de forma que haja começo, meio e fim, isto é, seguindo etapas de forma lógica que leva à compreensão do trabalho escrito. (ROVER, 2006, p. 76).

Contudo, partindo da premissa que a metodologia descreve como será desenvolvida a investigação o passo seguinte caracterizar o campo de pesquisa, adequando ao método às necessidades investigativas, a(s) técnica(s) de coletas ao problema observado.

3.1 Caracterização da organização

O Instituto Municipal de Planejamento Urbano – IMPLURB integrando a Administração Indireta da Prefeitura de Manaus, nos termos da Lei n.º 1.314, de 04 de março de 2009, de *natureza jurídica de Autarquia, com personalidade jurídica de direito público, autonomia administrativa, patrimonial e financeira, sede e foro no Município de Manaus, atuação em todo o território da Capital do Estado.* (Art. 1.º, Anexo I Regimento Interno. IN: Decreto n.º 0100, de 06 de maio de 2009).

Sua criação foi possível devido à necessidade de dar continuidade às atribuições e competências da antiga Empresa Municipal de Urbanização – URBAM, extinta pelo Decreto nº. 6.744, de 14 de abril de 2003. No douto da Lei n.º 687, de 13 de dezembro de 2002, e reestruturado pelas Leis n.º 941, de 20 de janeiro de 2006, e n.º 1.318, de 16 de abril de 2009. *A referida pasta tem por finalidade, a gestão do Sistema Municipal de Planejamento Urbano e a definição de políticas de controle do desenvolvimento urbano e fundiário do Município,* ou seja, procura suplantiar o processo de planejamento, gestão e administração do espaço urbano na esfera municipal. **(grifo pessoal do autor)**

Com base nas diretrizes do Plano Diretor Urbano Ambiental de Manaus, constituindo-se como seu órgão executivo, no âmbito do Município de Manaus, especialmente para o exercício do poder de polícia administrativa nos setores que lhe são afetos. (Art. 1.º, Anexo I Regimento Interno. IN: Decreto n.º 0100, de 06 de maio de 2009).

A perceptividade do planejamento urbano é a essência do órgão, uma vez que fica sob sua incumbência a projeção do plano diretor municipal, que desde 2006 não há estudos atualizados. Neste íterim o município cresceu vertiginosamente em sentido horizontal, com constantes invasões de terras, por movimentos que lutam por reformas em políticas de habitação e, paralelamente, o aumento da

informalidade nos principais aglomerados populacionais do município. No sítio do órgão tem-se a seguinte questão sobre Planejamento Urbano:

O que é Planejamento Urbano?

Planejamento. Essa é uma das soluções encontradas pela Prefeitura de Manaus para solucionar os problemas urbanos mais visíveis da capital amazonense. É o trunfo para a execução desse planejamento começou com a elaboração do Plano Diretor Urbano e Ambiental (PDM), uma iniciativa exclusiva do executivo municipal e que chegou ao ápice com a criação do Instituto Municipal de Planejamento Urbano (IMPLURB). (<http://implurb.manaus.am.gov.br/estrutura-organizacional/>)

O Plano Diretor referente na citação trata-se de texto base de 2001, passando a vigorar em 2002, tendo sua última atualização em 2006, e entrando em vigor em 2008. Como frisado não houve preocupação no crescimento horizontal do município, entretanto preocupou-se perspicazmente com a verticalidade das construções, em detrimento ao desflorestamento ou problemas de impacto ambiental.

O principal projeto em desenvolvimento pelo Instituto Municipal de Planejamento Urbano chama-se *Pensando Manaus para o futuro: Projeto Reconstruindo o Centro de Manaus [PROMANAUS]*, segundo órgão esta iniciativa propõe a *solução dos problemas urbanísticos, ambientais e sociais do Centro Histórico da Cidade de Manaus como forma de contribuir para a melhoria contínua da qualidade de vida da população*. (<http://www.manaus.am.gov.br/implurb/>), conforme o Plano Diretor.

A intenção será o deslocamento para outro local de todos os comerciantes ali fixados, viabilizando a área central ao turismo. Trabalhando em conjunto, esta medida promove parcerias da Câmara Lojista local – CDL-MAMANAUS, Serviço de Microempresa – SEBRAE e da SEMPAB, propondo deslocar essas pessoas do quadrante ora citado impróprio para o comércio, propondo ingresso imediato à formalidade.

O programa será desenvolvido por uma Unidade Gestora (UG) que ficará vinculada ao Instituto Municipal de Planejamento Urbano (IMPLURB).

Dentre as intervenções do PROMANAUS a serem realizadas estão à readequação dos camelôs com a construção de três Centros Populares de Compra (CPC) nas proximidades do Porto de Manaus e do Mercado Municipal Adolpho Lisboa; a implantação de estacionamentos rotativos nas principais ruas e avenidas do Centro; edificações de prédios; readequação

das feiras Manaus Moderna e da Banana que contará com praça de alimentação, estacionamento para 750 vagas e área para carga e descarga; revitalização das praças a exemplo do que já vem ocorrendo com a Praça da Saudade, da Matriz e Paço Municipal; reordenamento das calçadas entre outras ações. (<http://www.manaus.am.gov.br/implurb/>).

Uma das prioridades seria a construção de um espaço exclusivo para aquele formato comercial: um camelódromo. No entanto, não foi possível a concretização da obra, o Ministério Público do Estado solicitou o embargo do empreendimento, alegando que o local era particular, uma vez que o Porto de Manaus está sob a responsabilidade jurídica de cunho privada para administração de carga e descarga pelo modal hidroviário.

3.2 População e amostra da pesquisa

Este item esteve organizado com participantes do órgão representativo responsável pelo ordenamento do problema, como sistematicamente se propôs a realização da pesquisa de campo ocorreu a partir do problema de investigação, estabelecendo um formato de enfrentamento analítico do problema.

I – População

Órgãos do Poder Executivo Municipal: do Instituto Municipal de Ordem Social e Planejamento Urbano – IMPLURB, que conta hoje com um efetivo de 118 servidores públicos.

II – Amostra

Órgãos do Poder Executivo Municipal: 20 pessoas.

O espaço amostral tem sua fundamentação na concepção de Kalhil (2008, 42) a qual o limite de confiabilidade do espaço amostral descreve o seguinte:

Estatisticamente, estabelecem-se limites percentuais na proporção que deve guardar a **amostra** em relação com o tamanho da população; em termos gerais, considera-se que o limite mínimo de **confiabilidade** se situa nos 10% da população. Abaixo deste valor, considera-se que a **amostra** não é representativa, ainda que se selecione com técnicas probabilísticas. Acima dos 10%, a **confiabilidade** aumenta, ainda que nunca será realmente alta quando se trabalha com **amostras** não probabilísticas.

Nesta amostragem a possibilidade de encontrar uma diversidade de informações na tabulação é bastante grande, contudo o limite do espaço amostral

em no mínimo de 10% da população, se aproximando do ideal, isto procura demonstrar à intencionalidade na segurabilidade do trabalho, e também, coerência numa possível tomada de decisão controlada, evitando disparates dispersos, propensos a ineficiência de governabilidade.

3.3 Caracterização dos instrumentos de pesquisa

I – Observação

Para Lakatos e Marconi (1996, p. 79) *a observação é uma técnica de coleta de dados para conseguir informações e utiliza os sentidos na obtenção de determinados aspectos da realidade.*

II – Entrevista

A entrevista consiste numa técnica de conversação direta, dirigida por uma das partes, de maneira metódica, objetivando a compreensão de uma situação, requerendo do pesquisador uma ideia clara da informação que necessita. Exige também algumas medidas, tais como: planejamento da entrevista, conhecimento prévio do entrevistado, local, hora e organização do roteiro ou formulário de acompanhamento da mesma. Antecipadamente, será necessário aplicar pré-teste da entrevista.

III – Fontes bibliográficas

É toda literatura utilizada diretamente ou indiretamente na estrutura teórica do assunto. Por causa de seu devir processual, as propostas de investigação tendenciam a constante revisão literária, principalmente, hoje pela dinâmica factual surgida com o advento da microinformática e a mundialização da informação. Na concepção de Santos (2004, p. 27-28) a bibliografia é importante por que: *Constitui-se numa preciosa fonte de informações, com dados já organizados e analisados como informações e ideias prontas. Na atualidade, praticamente qualquer necessidade humana, conhecida ou pressentida, tem algo escrito a seu respeito.*

Os instrumentos de investigações em pesquisa social compõem as ferramentas necessárias à leitura da realidade, os dados coletados são na análise

transformados em informações fundamentais a construção de conhecimento científico. Contudo, a escolha por um procedimento A ou B, ou uma ou outra técnica de pesquisa não ocorre em escolhê-la aleatoriamente, devendo-se ter a compreensão total da pesquisa, evitando modismo e *achismos*.

3.4 Método de Pesquisa, Procedimentos e análise de dados

A metodologia retoma a lógica científica supõe a compreensão da investigação em sua totalidade, articulando uma diversidade de fatores que compõe o objeto investigado, e dá sentido único: neste caso específico a informalidade no Município de Manaus. O método, os procedimentos de coleta e a análise dos dados coletados constituem a coerência do investigador, ora ratificam a concepção prévia do objeto, ora refutam-na e admitem novas interpretações de possibilidades.

Contudo, a lógica aqui extrínseca diz respeito aos processos internos de racionalização do fenômeno pesquisado, o direcionamento epistemológico que norteará o trabalho investigativo. Assim, *A recuperação da lógica interna da pesquisa supõe a reconstituição entre diversos fatores que interagem os processos da produção do conhecimento.* (SÁNCHEZ GAMBOA, 2007, p. 53). Por se tratar de pesquisa social voltada a gestão organizacional, sua construção deve estar articulada a realidade estudada, ou seja, a realidade empírica onde ocorre a mutação do objeto.

3.4.1 Método de Pesquisa

Para efeito deste trabalho a preocupação em constituir um método que fosse relevante em desvelar o real problema, remeteu ao suporte do método indutivo por ser um procedimento de raciocínio empiricista. Historicamente, esta alternativa fora introduzida por Bacon, Hobbes, Locke e Hume, sua habilidade provê uma análise de dados particulares, a qual encaminha para generalizações. Na concepção de Matias-Pereira (s/d, 60):

É aquele em que o conhecimento é fundamentado na experiência, não levando em conta princípios preestabelecido. No raciocínio indutivo, a generalização deriva de observações de casos da realidade concreta. As constatações particulares levam à elaboração de generalizações.

Assim, o método supracitado foi proposto neste estudo pelo fato de o objeto investigado ter sua generalização construída a partir da particularidade de programas ineficientes do governo que propiciam a proliferação do comércio informal. Desta forma, a construção empírica do problema será de suma importância na constituição de elementos subjetivos e intersubjetivos, por isso a essência da formação do conhecimento exige a elaboração de técnicas de pesquisas interpretativas da realidade histórico-dialética do objeto.

3.4.2 Procedimentos e análise de dados

A utilização do Método Indutivo foi necessária porque possibilita o confronto real entre a base teórica e a praticidade. O procedimento e a análise desenvolvida neste item descrevem os aspectos mais relevantes ao estudo proposto nesses últimos onze meses, enfatizando como se encontra as políticas inerentes à superação da informalidade, destacando a base teórica e o objeto de investigação, e a coleta de dados levantados na pesquisa de campo. O procedimento para coletar os dados encontrou na pesquisa de campo um suporte importante ao êxito deste trabalho, a qual teve como segmento a dinâmica seguinte:

I – Fontes bibliográficas

As fontes bibliográficas são toda literatura utilizada diretamente ou indiretamente na estrutura teórica da pesquisa. No trato do tema da pesquisa a literatura é quase inexistente, as fontes demonstravam, em sua maioria, estudos estatísticos tratando o problema em seu comportamento quantitativo. No aspecto conjuntural qualitativo (político-econômico-social) existe uma maior diversidade de trabalhos que contribuem para aquisição de informações. Dentre as fontes levantadas artigos, dissertações, sítios eletrônicos e, principalmente, os jornais

locais foram os mais utilizados. Os jornais locais tiveram papel fundamental na compreensão da relação entre governo e o comércio informal daquele local.

Os artigos, dissertações e sítios eletrônicos foram necessários na fundamentação do trabalho, dando sustentabilidade ao escopo teórico, porque esses trabalhos trouxeram estudos de outras realidades que passam ou passaram pelo mesmo problema da informalidade.

II – Observação

A observação constitui um instrumento essencial em qualquer pesquisa, não tem como escapar a sua importância, porque trata da percepção trabalho (da abstração), por isso ela permeou toda a dimensão desse trabalho, e requereu um constante reforço de seu entendimento funcional.

A observação esteve direcionada a dinâmica da organização, ela consistia num processo de entendimento da interação do órgão pesquisado e a dimensão prática das políticas públicas. Fazer esse paralelo foi importante porque somente no contexto real é possível verificar alguns fenômenos que não ficam evidentes no campo teórico, contudo seguiram-se categorias pré-determinadas no objetivo da observação: o objeto pesquisado, os sujeitos e o confronto teórico.

III – Aplicação de Entrevista

A entrevista consiste numa técnica de conversação direta bastante utilizada na pesquisa de campo, seu planejamento esteve formulado numa guia com seis questões, focando perguntas flexíveis (entrevista semiestruturada), que apresentavam inquirições relevantes aos problemas seguintes: função do governo local frente ao problema, o papel do servidor no problema; dificuldades na implantação de programas de controle da informalidade; causas do crescimento do comércio informal; relação governo local e comércio informal; efetividade na implantação de programa(s).

As entrevistas foram aplicadas no período de 19 a 29 de setembro de 2011 com funcionários públicos do órgão público municipal, onde primeiramente foram realizadas entrevistas pré-testes – 05 no total (Ver Apêndice A) – com a intenção de verificar a qualidade da estruturação do instrumento e produção de Relatório Final. (Ver Apêndice B). Após correções e reelaboração de itens da guia principal, as entrevistas foram reaplicadas a população amostral. (Ver Apêndice C).

3.4.3 Análise de dados

A análise dos dados foi constituída a partir da transcrição das entrevistas logo após sua aplicabilidade, confrontando a pesquisa documental e observação realizada no órgão municipal. A aplicação das entrevistas ocorreu na segunda quinzena de setembro, sendo entrevistados 20 funcionários do IMPLURB, referente a aproximadamente 10% dos servidores estatutários do órgão. Cada guia de entrevista continha seis questões abertas sendo possível um mínimo de 120 respostas, podendo ser simplificadas em cinco categorias: (1) função do governo local frente ao problema; (2) dificuldades na implantação de programas de controle à informalidade; (3) causas do crescimento do comércio informal; (4) relação governo local e comércio informal e (5) efetividade na implantação de programa(s).

Por se tratar de uma pesquisa social a técnica usada para interpretar os dados coletados foi a Análise do Discurso, que segundo afirma Zanella (2008) esta técnica tem seu foco no formato da linguagem dos discursos escritos e falados, podendo ser utilizado em análises de informações documentais, observações e entrevistas.

Essa técnica segue os seguintes passos: identificação do repertório que envolve a transcrição das entrevistas, o isolamento das similaridades ou diferenças nas respostas e a classificação das abordagens por títulos. O passo seguinte é a análise e o exame dos repertórios, isto é, o texto e o contexto. (ZANELLA, 2008, p. 62).

Desta forma, a transcrição da entrevista foi sistematizada numa tabela ficando demonstradas as entrevistas realizadas no período (excetua-se a verificação de pré-testes), ou seja, por meio de tabela a similaridade das congruências se torna mais evidentes, possibilitando interpretar as abordagens discursivas por meio de sinopses, apresentada no próximo item.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O método indutivo envolve a visão empiricista da pesquisa, propõe realização de atividade prática na coleta de dados. A pesquisa de campo realizada com mais intensidade nos meses de agosto a outubro de 2011, neste período as observações também aconteceram. Nos dias referentes de 18 de agosto a 29 de setembro de 2011 foram aplicados o pré-testes da entrevista e a entrevista propriamente dita, ambas efetivada pelo próprio pesquisador. É importante ressaltar para efeito de esclarecimento, no trato da pesquisa de campo, que as entrevistas aconteceram no Instituto Municipal de Planejamento Urbano – IMPLURB/PMM, e as observações foram realizadas no órgão e no comércio informal, Bairro Centro de Manaus.

Também é importante ressaltar que, a intervenção observacional precedeu as entrevistas numa iniciativa de abordar o problema em seu aspecto natural. Desta forma, possibilitou na estruturação de pré-teste e da própria entrevista fossem sistematizados itens evidenciando questões que ficaram imprecisas na observação. Esse procedimento racionalizou o método da pesquisa, porque a investigação ganhou sentido positivo, possível de ser tateada não apenas numericamente, mas também concretamente.

No trabalho observacional a relação governo e informalidade apresentam um abismo bastante íngreme, a falta de diálogo coerente vem dificultando possíveis decisões que possam resolver a crise de ocupação do solo (espaço urbano) existente no local, e principalmente a informalidade: objeto desse estudo.

No Município de Manaus a releitura de espacialidade/ocupacional do solo tinha uma releitura limitada na capacidade individual de posse. Então, primeiramente o indivíduo se apossava do local urbano e, somente, após essa pseudo-legitimação o governo intervia, entretanto uma intervenção causuística institucional, legalizando o ocorrido. Atentando a isso, pessoas em estado de subemprego (margem da sociedade) encontram nesta prerrogativa uma alternativa ao problema, chegando num determinado momento (período de 1990 a 2000) ocorrer inchaço populacional e aumento do desemprego, e questões de sobrevivência respaldavam e respaldam aumento do comércio (informal) naquele local, conforme a transcrição abaixo:

Transferência de ambulantes não resolve desordem no Centro de Manaus

Vendedores que atuavam no entorno da Biblioteca Municipal foram deslocados para área da Praça da Matriz contribuindo ainda mais para a falta de organização da área central da cidade. Manaus, 13 de Julho de 2011. (http://acritica.uol.com.br/manaus/Amazonas-Manaus-Amazonia-Transferencia-ambulantes-desordem-Centro-Manaus_0_516548520.html).

Essa notícia extraída de um jornal local demonstra a forma de diálogo entre os comerciantes (ambulantes e camelôs) e o governo local, mesmo um vendedor ambulante, comerciante referente a esta categoria de negócio, tem normatizado sua função em lei, conforme atualização no Plano Diretor de 2008. Nesta mesma norma existe um quadrante onde é terminantemente proibido o comércio ambulante. Entretanto, neste caso em especial demonstra a dinâmica do espaço urbano de agentes causadores (des)ordem, porque existe uma facilidade permanente em se apropriar de determinados lugares onde há aglomerado de pessoas.

As formas e funções do espaço urbano são resultados das relações sociais que nele são desenvolvidas. Assim, a cidade constitui o palco de reprodução dessas relações, que seguem as estratégias dos agentes transformadores do espaço urbano, e, interação e produzem múltiplos espaços desiguais. Neste sentido, a cidade e seus espaços mostram-se em constante dinâmica de acordo com os propósitos dos agentes sociais [...]. (ALVES E RIBEIRO FILHO, s/d, p. 3).

Por conseguinte, a entrevista (Ver Apêndice D) foi aplicada ao Instituto Municipal de Planejamento Urbano – IMPLURB/PMM, órgão municipal de administração indireta, aquela composta por uma guia semiestruturada de seis perguntas, que apresentavam inquirições relevantes ao problema: função do governo local frente ao problema, dificuldades na implantação de programas de controle da informalidade; causas do crescimento do comércio informal; relação governo local e comércio informal; efetividade na implantação de programa(s).

Assim, os resultados foram sistematizados a partir dos dados em disposição a seguir, destacando a simplificação das categorias: (1) função do governo local frente ao problema, nesta categoria a intenção foi perceber as ações públicas realizadas pelo governo; (2) dificuldades na implantação de programas de controle à informalidade, inquirir os entrevistados quanto aos problemas administrativos e de gestão na reversão do problema; (3) causas do crescimento do comércio informal, nesta categoria verificar a real motivação causadora da informalidade percebida pelo órgão que trata do planejamento urbano.

Os duas últimas categorias revelam a (4)relação governo local e comércio (comerciante) informal, principalmente após a implantação do “choque ordem” que prevê a retirada dos comerciantes dos locais que prejudicam a passagem de pedestres, e (5)efetividade na implantação de programa(s), nesta a intenção foi revelar como está a preparação do município para ser uma das cidade-sedes que receberá uma das etapas de copa de futebol em 2014.

A sistematização em tabela vem ser essencial porque proporciona realizar uma leitura significativa das respostas dos entrevistados, por se tratar de um órgão da administração indireta, o órgão municipal tem sua estrutura voltada ao assessoramento do poder executivo referente às seguintes funções: Administração(2), Informática(3), Assessoria(1), Auxiliar Administrativo(5), Contabilidade(1), Engenharia(1), Assistente administrativo(5), Fiscalização(2).

Todos participaram de acordo com as possibilidades legais, de livre e espontânea vontade, respeitando a identificação e os relatos na íntegra dos entrevistados. (Ver Apêndice nº)

As entrevistas (e sua sistematização acima) demonstram particularidades importantes no entendimento da informalidade naquela localidade, partindo dos cinco tópicos suprimidos para uma melhor descrição dos fatos, pode-se compreender haver realmente um disparate entre comerciantes informais e o governo municipal, a situação encontra-se sem uma definição evidente, há sempre dificuldades de consenso, porque há muitos interesses em julgo que formam uma tríade político-econômico-privada, descompromissada em chegar a uma solução. Desta forma, as duas dimensões tornam-se refém do problema, um põe o problema para o outro e vice-versa. O governo agindo de acordo com a lei, impõe a formalidade o fato é legal, e os comerciantes demonstram que a informalidade deve compensar na falta de consenso (verifica-se nas respostas).

Entretanto, a informalidade se configura uma atividade compensatória, uma vez que oportuniza ao desempregado uma estratégia de sobrevivência, além de impulsionar o próprio mercado local contribuindo para a dinâmica mercadológica.

Segundo estimativa da Federação das Associações de Micro e Pequenas Empresas do Estado do Amazonas (Fampeam), cerca de 80% dos pequenos negócios que integram o universo empresarial do Estado, funcionam na informalidade. Mesmo sem gozar da condição de “empresa registrada”, esses pequenos negócios e seus comandantes, conseguem ter um papel importante na engrenagem que faz girar a economia,

respondendo, ainda que de forma meio improvisada, pela geração de ocupação e renda. (<http://negocios.amazonia.org.br/?fuseaction=noticialmprimir&id=61676>).

Observa-se essa dinâmica nas seguintes inquirições:

1º Como você compreende o papel do governo local no problema do reordenamento do espaço público no Centro de Manaus? No que se trata ao comércio de ambulantes e camelôs, que tem sido um problema antigo?

Nosso papel é dar condições para aquelas pessoas que usam o comércio como meio de sobrevivência, mas também não desrespeitar o espaço público, afinal os pedestres também têm direito de ir e vir, assim como os comerciantes.

Os problemas estão voltados em que os camelôs (comerciantes), não querem ir para outro local, eles acham que não vai dar certo, que não vão vender. E, acaba se transformando numa questão política. (Resposta do Entrevistado 01).

1º Como você compreende o papel do governo local no problema do reordenamento do espaço público no Centro de Manaus? No que se trata ao comércio de ambulantes e camelôs, que tem sido um problema antigo?

É importante, porque é muito difícil *ir no* Centro de Manaus, principalmente no fim de ano, a insegurança é muito grande. Assim, os camelôs tomaram conta do Centro, que a gente não tem nem como andar.

Mas como fica o papel do governo municipal?

Eu trabalho com o governo municipal, o governo faz o que pode. Eu faço o que for possível para melhorar aquilo, mas as vezes eu penso que a maioria da sociedade não quer, os ambulantes não querem, parece que aquela desorganização é melhor. (Resposta do Entrevistado 03).

1º Como você compreende o papel do governo local no problema do reordenamento do espaço público no Centro de Manaus? No que se trata ao comércio de ambulantes e camelôs, que tem sido um problema antigo?

O governo, ou melhor, os governos do Amazonas e mais diretamente os prefeitos de Manaus fizeram pouca ação de melhoria para o município, faltou olhar de futuro, e posso até falar com certeza visão de presente. A informalidade era uma realidade já vivenciada na década 1970, mas todo mundo dobrou a costa. A falta de planejamento parece ser uma das explicações hoje. (Resposta do Entrevistado 12).

1º Como você compreende o papel do governo local no problema do reordenamento do espaço público no Centro de Manaus? No que se trata ao comércio de ambulantes e camelôs, que tem sido um problema antigo?

O governo age de acordo com a lei. A informalidade está a margem dela, contudo, quando a lei se volta a pessoas que se atribuem da ilegalidade para sobreviver a subjetividade da lei é ainda maior. Aquele problema no centro é antigo não se acaba de uma hora para outra, e o governo deixou avançar muito, as circunstâncias mudam, até o de 1990 era uma

peculiaridade, que chegava a normalidade, “toda cidade tem”, agora temos que eliminar. (Resposta do Entrevistado 19).

Devido à situação prover a necessidade do trabalho e conseqüentemente emprego e renda, o maior problema encontrado pela instituição de planejamento diz respeito aos comerciantes aceitaram a decisão de sair daquele local. É uma decisão tomada e agora o passo seguinte será encontrar uma forma em que ninguém fique prejudicado. Os camelôs demonstram que a informalidade dá segurança a eles de sobrevivência, afinal constituíram família, saúde e educação, entretanto são serviços de baixa qualidade.

2º Quais as principais dificuldades encontradas pelo IMPLUB na construção de políticas e/ou programas de controle da proliferação do comércio informal no Centro de Manaus?

Eu digo a principal, os camelôs não querem sair, como eu disse: eles estão acostumados muitos, já constituíram família, tem filhos. Segundo, eles e informações de colegas em relatórios eles tem medo de não dar certo em outro local.

Mas não tem como a PMM dar um assessoramento e/ou acompanhamento empreendedor?

Você é servidor público sabe como funciona, e também, só está tendo essa conversa toda por causa da copa, se não fosse nós nem estaríamos nos questionando. (Resposta do Entrevistado 01).

2º Quais as principais dificuldades encontradas pelo IMPLUB na construção de políticas e/ou programas de controle da proliferação do comércio informal no Centro de Manaus?

Eu vejo que falta a sociedade participar mais. Em audiências que nós fizemos a sociedade era bem pouco, tanto que eu estou lembrado de ti lá, você viu. Não é que proliferem. As pessoas encontram uma forma de sobrevivência. A fome cara é difícil.

Mas não é ilegal?

Se nós formos com essa concepção, você sabe o que vai acontecer. Vai ser um caos total. Quem cuida da fiscalização é o SEMPAB, acredito que essa resposta pertença a eles. (Resposta do Entrevistado 03).

Por conseguinte, o governo municipal deve também dá garantias a estas pessoas em programas de geração de renda e emprego. Quando inquiridos a essa questão, os entrevistados descreveram que a situação constitui um processo de décadas de descaso, onde as administrações deixaram a mercê do mercado as pessoas que trabalhavam principalmente em indústrias e fábricas no pólo industrial local. Contudo, com as constantes crises financeiras, alguns desses

empreendimentos fabris e empresariais fecharam as portas e as pessoas sem remuneração tiveram que procurar outro meio de sobrevivência.

A maioria das pessoas sem conseguir inserção rápida no mercado de trabalho fica a beira da própria sorte em subempregos, que tomam boa parte de seu tempo impossibilitando continuar seus estudos, por conseguinte uma parcela dessas pessoas é analfabeta ou possuem escolaridade mínima e deficiente. Mesmo assim, a motivação empreendedora não se abala, pois a tendência em capitalizar seus produtos vem sempre em primeiro plano.

4º No seu entendimento o que faz crescer o comércio informal naquele local e porque o Governo Municipal apresenta políticas, apenas, paliativas ao invés de realmente estruturar um local onde se resolva o problema?

Como já disse boa parte da população parou no tempo, falta às pessoas despertarem para os estudos, mas não é mais só o estudo normal, tem que ser profissionalizante, sem uma profissão fica difícil ficar empregado. (Resposta do Entrevistado 06).

1.1 Mas não têm uma forma de conciliar um interesse mútuo governo e o comerciante informal, uma vez que ambos ganharão?

Particpei de algumas diligências para ver de perto o problema, muitos dessas pessoas tem baixa escolaridade então fica difícil de conversar, porque acredito que eles pensam que vão sempre ficar prejudicados. Eles só pensam em vender e ganhar dinheiro. Entretanto, muitos ainda vivem de aluguel ou em condições precárias como invasões ou habitações de terceiros. (Resposta do Entrevistado 17).

As consequências do constante descaso configuram a realidade de hoje, um inchaço populacional com políticas de concentração de renda, adotada pelo capital a partir de 1990, sem o devido provimento de urbanismo, escolarização e justiça social. E, a proximidade do torneio de futebol de 2014, procura-se novamente por meio de políticas paliativas encontrar-se-á uma solução para o problema, só o governo atual vem acreditando que as estratégias de imposições comumente realizada ao longo desses anos fossem funcionar. Por causa dessa estratégia ditatorial (o governo) vem encontrando grandes dificuldades chegando a entrar no mérito do judiciário, evocado pelos comerciantes contra a prefeitura.

Ao serem inquiridos com relação a esse tema os entrevistados demonstraram, de certa forma cautelosa, que o governo local tem sua pauta de responsabilidade e, constantemente, estruturam políticas que provém à informalidade, contudo esse provimento tem sua efetividade devida, ainda, a visão

patrimonialista de fazer política, onde o corporativismo impregna as decisões administrativas. É uma consequência da estratégia de gerenciamento público, onde o ambiente externo influencia diretamente o ambiente interno da organização pública, conforme se observa nas respostas seguintes:

3º O Problema da informalidade cresceu bastante nos últimos vinte anos e aumentou ainda mais nesses últimos anos. O IMPLURB tem um plano imediato para atender as exigências para o evento de 2014? E, qual seu papel nesse processo?

O que acontece em Manaus é um inchaço populacional, aliada a falta de políticas públicas, então somente ter um plano emergencial não resolve o problema, a facilidade encontrada pelas pessoas que não consegue um trabalho em por uma banquinha de venda é muito grande. Para 2014 vai ser um problema, se não encontrar logo uma forma de retirar aquelas pessoas daquela local. (Resposta do Entrevistado 17).

2º Quais as principais dificuldades encontradas pelo IMPLUB na construção de políticas e/ou programas de controle da proliferação do comércio informal no Centro de Manaus?

O IMPLURB faz projetos, mas quem implanta ou aplica é o poder público, temos no SEMPAB um setor que cuida somente da informalidade, mas ela cuida da regularização, ou seja, a pessoa está irregular ela vai lá e deixa a pessoa legal.

Quais critérios?

Eu não sei, mas acontece algumas situação que precisavam ser melhor estudadas, antes de autorizar. A necessidade todos temos, mas não podemos vem a necessidade de apenas um indivíduo, e sim de uma sociedade. (Resposta do Entrevistado 20).

2º Quais as principais dificuldades encontradas pelo IMPLUB na construção de políticas e/ou programas de controle da proliferação do comércio informal no Centro de Manaus?

Toda gestão deve passar por administração e planejamento, os órgãos públicos praticamente não tem, estes começam o planejamento somente quando motivados, acaba saindo de qualquer jeito.

3º O Problema da informalidade cresceu bastante nos últimos vinte anos e aumentou ainda mais nesses últimos anos. O IMPLURB tem um plano imediato para atender as exigências para o evento de 2014? E, qual seu papel nesse processo?

O que acontece em Manaus é um inchaço populacional, aliada a falta de políticas públicas, então somente ter um plano emergencial não resolve o problema, a facilidade encontrada pelas pessoas que não consegue um trabalho em por uma *banquinha* de venda é muito grande. Para 2014 vai ser um problema, se não encontrar logo uma forma de retirar aquelas pessoas daquela local. (Resposta do Entrevistado 20).

A investida em direcionar a pesquisa ao órgão responsável pelo planejamento urbano do município foi proposta intencionalmente a fim de tornar o

trabalho mais seguro, no sentido de responder questionamentos históricos. Então, as abordagens contidas neste trabalho, procuraram desvelar algumas incoerências que permeiam a relação do comerciante informal e o governo. O foco da crise entre governo, judiciário e os comerciantes permitem reler o cenário descontínuo criado por décadas de políticas ou programas perenes, onde a imposição e a desmobilização popular contribuía para um desfecho corporativista.

Contudo, a base das informações em possíveis soluções demonstra que as décadas omissas pelos governos contribuíram eficazmente para ao atual quadro, porque o problema era averiguado como promoção eletiva. Entretanto, devido os embates ocorridos desfocado do problema ocorre agora sendo de cunho político-partidário. Seguinte a perspectiva de melhoria ao serem inquiridos, os entrevistados externaram a possibilidade de o governo investir em emprego e renda, fiscalização e políticas sociais. E, também, mais autonomia no órgão responsável pelo planejamento urbano.

4º No seu entendimento o que faz crescer o comércio informal naquele local e porque o Governo Municipal apresenta políticas, apenas, paliativas ao invés de realmente estruturar um local onde se resolva o problema?

Falta de emprego e política de produção. Os amazonenses estão muito retraídos em pequenas ocupação, deixando ao estrangeiro ocupações que pagam melhores por exemplo. Assim, quando a pessoa chega ao comércio informal e ganha vultos que até nem chegava próximo, ele prefere ficar na informalidade, ganha muito sem fazer muito esforço.

5º Qual a avaliação do atual quadro para o órgão, sabendo da crise existente entre governo e camelôs devido o fracasso da licitação da administração do “camelódromo”?

Falta demonstrar a essas pessoas que legalizar é muito melhor do que ficar a margem da lei, porque quem só tem a perder é o próprio ambulante. O governo tem que respeitar o ocupante, deixar para os outros resolverem novamente cai no erro de que a passividade resolve tudo. (Resposta do Entrevistado 10).

4º No seu entendimento o que faz crescer o comércio informal naquele local e porque o Governo Municipal apresenta políticas, apenas, paliativas ao invés de realmente estruturar um local onde se resolva o problema?

Falta de investimento em cursos profissionalizantes, e não deixar o comerciante se alocar no local. São anos e mais anos de políticas do coitadinho. Só que hoje as pessoas entenderam que se agirem desta forma se dará bem mais adiante.

5º Qual a avaliação do atual quadro para o órgão, sabendo da crise existente entre governo e camelôs devido o fracasso da licitação da administração do “camelódromo”?

O IMPLURB faz o que pode, não existe crise o jornal inventa ai tem algumas pessoas que são movidas por desgraças ou a corda, que falam qualquer coisa. Nós aqui temos ciências do que podemos fazer, não vamos fazer tudo, mas se planejarmos nos deu condições financeiras, orçamentárias e autonomia, somos muito atrelados a outros órgãos, isso dificulta. (Resposta do Entrevistado 11).

2º Quais as principais dificuldades encontradas pelo IMPLUB na construção de políticas e/ou programas de controle da proliferação do comércio informal no Centro de Manaus?

Primeiro, o IMPLURB tem o papel de projetar as ações voltadas ao planejamento, não tem o papel de fiscalizar as ações para que ocorra satisfatoriamente. Então um projeto, o implurb, mas é outro órgão que fiscaliza para avaliar se o planejado é útil ou não.

3º O Problema da informalidade cresceu bastante nos últimos vinte anos e aumentou ainda mais nesses últimos anos. O IMPLURB tem um plano imediato para atender as exigências para o evento de 2014? E, qual seu papel nesse processo?

As pessoas viram que aqui em Manaus não tem controle no centro, então que não conseguiu vagas de trabalho nas empresas do distrito ou no comércio, foram trabalhar na informalidade, então a facilidade encontrada até hoje. O IMPLURB junto com a SEMPAB e CASA CIVIL têm a tarefa de colocar em prática o camelódromo.

4º No seu entendimento o que faz crescer o comércio informal naquele local e porque o Governo Municipal apresenta políticas, apenas, paliativas ao invés de realmente estruturar um local onde se resolva o problema?

A ausência de políticas públicas para o desenvolvimento de mão-de-obra, e programas de qualificação dos que já estavam no mercado. (Resposta do Entrevistado 11).

Os aspectos relevantes quando perguntado da existência dum plano alternativo se, em contrário, não for implantado o empreendimento por nome “*shopping popular ou camelódromo*” os entrevistados foram unânimes em afirmar que esse empreendimento tem que sair, porque o governo local não sinalizava com nenhum projeto alternativo. Fato que, ao ser embargado pela justiça, à primeira obra localizada no porto de Manaus, causou desconforto entre prefeitura e judiciário, seguiu-se uma sequência de liminares. Sem ter como resolver o governo procurou outro lugar para desapropriação, e continuar o *choque de ordem*. Para efeito de confirmação citam-se algumas inquirições:

6º Atualmente, qual o programa alternativo a ser implantado? Com ele implantado o problema será resolvido?

Não tem outra possibilidade se não for tirar aquelas pessoas do centro, realmente uma estrutura muito ruim a que se encontra no centro, mas o problema é a informalidade discutida aqui, e isso só acaba se o prefeito, governo quiser se não quiserem não acaba, pode construir camelódromo, *shopping*, *shopping popular*, que não resolve. (Resposta Entrevistado do 09).

6º Atualmente, qual o programa alternativo a ser implantado? Com ele implantado o problema será resolvido?

Não tem, a prioridade é o camelódromo. Se vai resolver só o tempo dirá. Tenho dúvidas até se vai sair do papel.

E, a você está lá?

Sim, mas sou coerente do que vejo, não sei mentir, posso muito bem dizer que está tudo bem e não está, mas não sou assim. (Resposta do Entrevistado 10).

6º Atualmente, qual o programa alternativo a ser implantado? Com ele implantado o problema será resolvido?

É só o camelódromo, e para mim isso não resolve se não tiver pulso firme e investir em investigação, mas investigação feita de forma neutra, com a participação dos próprios camelôs para que não surjam mais pessoas a beira da informalidade, se não até eu vou querer ser informal. (Resposta do Entrevistado 11).

6º Atualmente, qual o programa alternativo a ser implantado? Com ele implantado o problema será resolvido?

Não tem, toda as cartas estão a construção do shopping.

6.1 E, por acaso não se concretizar?

Nós estamos num esforço contínuo já tem o terreno, agora é só construir. Fazer o Planejamento, cadastrar os comerciantes. (Resposta do Entrevistado 15).

6º Atualmente, qual o programa alternativo a ser implantado? Com ele implantado o problema será resolvido?

[...]

Há com relação ao camelódromo. Não esse ai vai ter que funcionar. O terreno já foi adquirido, está em processo final de legalização. (e isso nem podia falar).

(Resposta do Entrevistado 01).

6º Atualmente, qual o programa alternativo a ser implantado? Com ele implantado o problema será resolvido?

É só shopping como eu já falei. Olha! Eu acredito que sim. Não sei se tudo, mas boa parte daquele problema. Mas a informalidade não! Porque é uma

questão de política pública, se governo quiser ele faz, se não o que podemos fazer. (Resposta do Entrevistado 02).

6º Atualmente, qual o programa alternativo a ser implantado? Com ele implantado o problema será resolvido?

Só o camelódromo, que não é o alternativo. Ele é o plano A, B. não tem outro. Já se cogitou até em tenda, aquela saída paliativa como você falou. (Resposta do Entrevistado 04).

6º Atualmente, qual o programa alternativo a ser implantado? Com ele implantado o problema será resolvido?

Alternativo, não.

É um fracasso iminente do IMPLURB, por falta de um programa?

Como eu disse o fracasso não pode acontecer. O IMPLURB tem um programa a ser implantado e passa pela a implantação de um *shopping* para aqueles comerciantes. Se, o problema chegou a essa situação, não é somente o IMPLURB que vai fazer com que melhore. (Resposta do Entrevistado 05).

6º Atualmente, qual o programa alternativo a ser implantado? Com ele implantado o problema será resolvido?

Não tem, é somente o shopping, na prefeitura há um plano, caso não saia do papel o município perde uma boa oportunidade para alavancar uma possibilidade de melhoria para a classe social. (Resposta do Entrevistado 07).

5 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

O problema da informalidade no Bairro Centro do Município de Manaus configura o resultado de décadas de discrepâncias entre a política de governo aplicada e a verdadeira necessidade da população. O descaso afirmadamente descrito em observações e inquirido nas entrevistas comprova a indiferença existente, contudo as ações ali empregadas demonstram uma prática comum no cenário brasileiro de formatos de governanças municipais que, subjungando as massas nada fazem para que essas necessidades nunca se esgotem. Por conseguinte, essas mazelas se tornam cabedal para constantes reeleições de grupos políticos e/ou corporativas.

As pessoas locadas no Centro de Manaus, subempregadas no comércio informal, se atribuem da prerrogativa de que muitas delas esgotaram qualquer viabilidade insertiva por vias legais ao mercado competitivo. Seguindo dados da Câmara Lojista local são pessoas na faixa etária de 40 a 65 anos, onde não são

mais aproveitados nos setores produtivos, os demais classificados como subescolarizados: tem pouca formação, formação inciente ou incipiente.

Com o torneio de futebol em 2014, o governo encontrou condicionantes suficientes para suprimir a prática informal daquele local, pois uma das exigências pela entidade mantenedora dos direitos do torneio perpassa pela comodidade dos centros históricos das *idades-sedes* de jogos – entre ela Manaus – para viabilizar o turismo de estrangeiros que visitarão o país no período do torneio.

Preocupado com uma possível negatividade da organização do torneio o Governo Municipal desenvolveu *Choque de Ordem* – política pública para coibir e encontrar uma solução para o problema do comércio não formal em Manaus, neste caso incluem-se os ambulantes, camelôs, formais e informais. Este ato administrativo vem permitir aplicação de “choque” no ordenamento do espaço público, cumprindo exigências do Plano Diretor e Lei Orgânica do Município, os quais em suas diretrizes e normatizações impedem a comercialização de produtos por comerciantes não-fixos num quadrante determinado em lei. Nesse perímetro está todo centro do Município de Manaus.

O ambiente inconstante entre governo e comerciantes – neste caso tanto o formal com informal – demonstrada na pesquisa, apresenta uma atividade insalubre aquém da perspectiva de zona de livre comércio. A pessoa que opta pela atividade faz porque lhe falta oportunidade no mercado, em contrapartida o mercado atual cobra desse indivíduo outros perfis profissionais a qual não está acostumado.

Doutra forma, mesmo depois do aquecimento na construção civil e do próprio comércio e uma aceleração por mão-de-obra, há uma tendência no crescimento do comércio informal. Essa tendência possui uma complementar informação, onde mesmo havendo procura por profissionais a informalidade cresce vertiginosamente, um fenômeno interessante, mas possível de ser explicado: o potencial desempregado ou sem emprego, aquele o qual se veste ou traveste com produtos, fica taxiando em pontos de aglomeração populacional. Seu faturamento é bem maior do que se estivesse na formalidade ou trabalhando com carteira assinada, escapando da burocracia e dos impostos e indexações das taxas.

Isso ocorre também, por causa da negligência fiscal, uma vez identificado o ente informal o órgão responsável institui sua (in)formalidade, ou seja, não cumpre

seu papel de praxe, mas sim, aproveitando da situação para troca de favores, institui aquele indivíduo a ente de utilidade pública (informal). Reverter esse entendimento e fazer com que essa parcela da população refaça o caminho, seguindo o rumo da produção, perfaz um caminho no mínimo em médio prazo, entretanto a política a ser desenvolvida deve transcender a pura e ultrapassada ações de governo, inconstante quando na troca eletiva do poder executivo. Resgatar a dignidade dessas pessoas por meio de programas, ações e iniciativas de Estado e Sociedade Civil deverá ser o caminho mais seguro a ser seguido.

Enquanto o governo local ainda pensar que a única saída ainda seja a força, não existirá consenso entre as partes e nem a preterida organização do solo urbano. É fato que hoje, a sociedade mobilizada demonstra ter mais iniciativa e autonomia nas decisões governamentais, rompendo com o ideal da decisão exclusivamente centralizada. O debate deve possuir a conotação aberta, descentralizadora e democraticamente investida a todos os partícipes da sociedade, fundamentado juridicamente para evitar qualquer manobra política.

E, também ter a consciência do real problema, almejando discussões potencializadas pela participação democrática, conclamando o indivíduo a responsabilidade. Os entes orgânicos no processo (Governo e Poder Público) não podem ficar alheio ao fenômeno, como também não podem negar informações super-burocratizando dados e documentos, impossibilitando que as verdades possam ser reveladas.

A recomendação provém da realização de um trabalho árduo e gratificante, em processo contínuo, inconcluso, onde propõe aos cientistas – neste caso enfatizo os cientistas locais – investirem conhecimento na solução (ou uma possível) do problema, tema essencial a melhoria de qualidade da sociedade local, o qual pode ser tratado com o olhar da cientificidade, filosófica, sociológica, antropológica, econômica, gerenciamento e gestacional, somente para citar.

A negatividade da pesquisa se configura na dificuldade que temos que conseguir realizar esses formatos de trabalhos no âmbito dos órgãos públicos, a burocracia ainda é bastante grande, o receio de desvelamento da verdadeira realidade do problema permite ao responsável da pasta emitir parecer contrária a publicidade da investigação. Mas, volto a frisar que, a deficiência de trabalhos na área e, principalmente, a carência ou inexistência de estudos sociais ou

organizacionais envolvendo o problema permite esses tipos de ações, onde imperam a demonstração de poder.

Este trabalho em seu bojo se propôs em aproximar realidade e objetividade envolvendo o comércio informal na área central de Manaus e as ações do governo municipal, porém pontos não foram esclarecidos como deveriam, possibilitando projetar novas lacunas podendo ser contempladas e expandidas em abordagens futuras. Contudo, a positividade está na produção final do trabalho, que demonstra que dificuldades inerentes a modalidade de ensino utilizada não se configuram possibilidades fracasso, com certeza que se trata dum trabalho inconcluso, mas constitui um resultado possível de ser apresentado.

REFERÊNCIAS

Anais do V Congresso Brasileiro de Direito Urbanístico – Manaus – 2008. **O Direito Urbanístico nos 20 anos da Constituição Brasileira de 1988 – Balanço e Perspectivas**. Nelson Saule Júnior (org.). Porto Alegre: Magister, 2009.

BEZERRA, Douglas Moraes. **Descentralização do poder público: gerencialismo x gestão participativa**. http://www.uespi.br/revista/pdf/v1n2/artigo_08_v1_n2_2009.pdf. Acesso em 02 de dezembro de 2011.

BRANDIÃO, Hugo Junior, PALASSI, Marcia Prezotti e FERREIRA, Dirce Nazaré de Andrade. Administração Pública. ADM/EAD/CEAD/UNB, s/ed, s/d. p.p 52-73.

BRASIL. **Lei nº. 10.257**, de 10 de julho de 2001. In: Coletânea de legislação de Direito Ambiental. 3. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: RT, 2004. p. 487-498.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos, 1996. **Administração Pública Gerencial: estratégia e estrutura para um Novo Estado**. Texto para Discussão ENAP nº 9. Brasília: ENAP.

_____, 1997. **A Reforma do Estado nos Anos 90: Lógica e Mecanismos de Controle**. Cadernos MARE nº 1. Brasília: Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado.

_____. **Uma nova gestão para um novo estado: liberal, social e republicado**. IN: Revista do Serviço Público. 52(1), janeiro 2001: 5-17. *The 2001, John L. Manion Lecture, Ottawa*.

CARVALHO, André Borges de. **As Vicissitudes da Reforma Gerencial no Brasil: uma abordagem analítica**. <http://empreende.org.br/pdf/Estado/As%20Vicissitudes%20da%20Reforma%20Gerencial%20no%20Brasil.pdf>. Acesso em 02 de dezembro de 2011.

CDL-MANAUS. Sítio eletrônico. **Estudo socioeconômico**. Edição cadastrada em 20 de 06 de 2005. <http://www.cdlmanaus.com.br/noticias.php?idN=274>.

CEPIK, Marco e CANABARRO, Diego Rafael. **Governança de TI: transformando a Administração Pública no Brasil**. Porto Alegre: WS Editor, 2010. 206 p.

COSTA, Cristina. **Sociologia: introdução à ciência da sociedade**. 3. ed. (ver. e ampl.) São Paulo: Moderna, 2005.

DE PAULA, Ana Paula Paes. **Entre o gerencialismo e a gestão social: em busca de um novo modelo para a administração pública brasileira**.

http://cegov.ufrgs.br/files/documento_247.pdf. Acesso em 02 de dezembro de 2011.
Acesso em 02 de dezembro de 2011.

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE MANAUS – DOM. **Decreto n.º 0607**, de 22 de julho de 2010, publicado no DOM nº 2490, de 22/07/2010. ALTERA E CONSOLIDA o Regimento Interno da SECRETARIA MUNICIPAL DE PRODUÇÃO E ABASTECIMENTO – SEMPAB.

GRISCHKE, Paulo Eduardo e HYPOLITO, Álvaro Moreira. **entre a gestão burocrática e o novo gerencialismo**: a organização do trabalho docente na educação profissional. UFPEL. http://www.portal.fae.ufmg.br/simposionete_old2/sites/default/files/GRISCHKE,Paulo.pdf. Acesso em 02 de dezembro de 2011.

<http://www.manaus.am.gov.br/prefeitura-sem-plano-%E2%80%9Cb%E2%80%9D-para-camelodromo/>. Datado de 24/03/2011. **Prefeitura sem plano “B” para camelódromo**. Acesso em 18 de abril de 2011.

II Congresso de Pesquisa e Inovação da Rede Norte Nordeste de Educação Tecnológica. II CONNEPI 2007. **Condições higiênico-sanitárias dos alimentos no comércio ambulante em Manaus**. João Pessoa-PB, 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO A COMPETITIVIDADE. **Pirataria impera no comércio de Manaus**. Notícia: quinta-feira, 22 de fevereiro de 2007. <http://www.institutobrasillegal.org.br/noticias.asp?id=422>. Acesso em 17 abril de 2011.

JORNAL A CRITICA. **Ambulantes da área da Manaus Moderna ‘driblam’ ação da SEMPAB e fogem pelo rio**. Manaus, 08 de Junho de 2011. TAYANA MARTINS. (http://acritica.uol.com.br/manaus/Ambulantes-Manaus-Moderna-driblam-Sempab_0_495550445.html).

JORNAL DO COMMERCIO. **Pirataria impera no comércio de Manaus**. (<http://www.ins-titutobrasillegal.org.br/noticias.asp?id=422>). Acesso em 17 abril de 2011.

KITAMURA, Camila Kazumi. **O comércio e serviços ambulantes**: uma discussão. CAMINHOS DE GEOGRAFIA - revista on line: <http://www.ig.ufu.br/revista/caminhos.html>. ISSN 1678-6343. Uberlândia v. 8, n. 23. Ano 2009. Edição Especial.

LAKATOS, Eva Marina; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do Trabalho Científico**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1987. 198 p.

LEAL, Rogério. **Estado, Administração Pública e Sociedade**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2006.

LIPPI, Valéria Maria Martins. **Amazonas**: Estudos Sociais. São Paulo: FTD, 1996.

MARTINS, Humberto Falcão. **Burocracia e a revolução gerencial** — a persistência da dicotomia entre política e administração. RSP. Revista do Serviço Público. Ano 48. Número 1. Jan-Abr/1997.

MATIAS-PEREIRA, José. **Metodologia científica**: manual de pesquisa científica. FACE/UnB, s/d.

Ministério Público do Amazonas participa de audiência pública na Câmara Municipal de Manaus que discute diretrizes. **Plano Diretor de Manaus**. <http://www.jusbrasil.com.br/noticias/162123/plano-diretor-de-manaus>. Acesso em 1º de jun. 2011.

OLIVEIRA, Isabel Cristina Eiras de. **Estatuto da cidade**: para compreender... Rio de Janeiro: IBAM/DUMA, 2001. 64p.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANAUS. IN: Decreto n.º 0100, de 06 de maio de 2009. <http://implurb.manaus.am.gov.br/estrutura-organizacional/>. Acesso em 17 de abril de 2011.

_____. **Lei nº 671, de 04 de novembro de 2002**, Publicado no DOM de abril de 2008. Institui o Plano Diretor do Município de Manaus. [Em observações as atualizações: 2006 e 2008.].

_____. **Lei Orgânica do Município de Manaus - LOMAN**, de 06 de maio de 1990.

_____. SEMPAB. Secretaria Municipal de Produção e Abastecimento. **DECIN: Departamento de Comércio Informal**. Comércio Informal. <http://sempab.manaus.am.gov.br/comercio-informal/>. Acesso em 18 de maio de 2011.

_____. IMPLURB – Instituto Municipal de Planejamento Urbano. (<http://implurb.ma-naus.am.gov.br/estrutura-organizacional/>). Acesso em 18 de maio de 2011.

Pequenos negócios na informalidade. [<http://www.acritica.com.br/>. Edição de 16/03/2003] <http://negocios.amazonia.org.br/?fuseaction=noticiaImprimir&id=61676>. Acesso em 16 de maio de 2011.

PINTO, Anna Florência de Carvalho Martins. **Metodologia do trabalho científico**: planejamento, estrutura e apresentação de trabalhos acadêmicos, segundo as normas da ABNT. Belo Horizonte. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Instituto de Ciências Econômicas e Gerenciais/Curso de Administração, 2010.

RAMOS, L. **A evolução da informalidade no Brasil metropolitano**: 1991-2001. IPEA, 2002 (Texto para Discussão, 914). http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_0914.pdf. Acesso em 13 de abril de 2011.

ROVER, Ardinete. (coord.). **Metodologia científica**: educação à distância. Joaçaba: UNOESC, 2006.

SÁNCHEZ GAMBOA, Silvio. **Pesquisa em Educação**: métodos e epistemologia. Rio Grande do Sul: Argos, Editora Universidade, 2007.

SANSON, João Rogério. Unidade 1 e 2. IN: **Finanças Públicas**. Sistema Universidade Aberta do Brasil, 2009.

SANTOS, Antonio Raimundo dos. **Metodologia científica**. A construção do conhecimento. 6. ed. (ver. conf. NBR 14724:2002). Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

NEWCOMER, Kathryn E.. **A preparação dos gerentes públicos para o século XXI**. Revista do Serviço Público/Fundação Escola Nacional de Administração Pública. v.1, n.1 (nov. 1937) — Ano 50, n.2 (Abr-Jun/1999). Brasília: ENAP, 2000.

ZANELLA, Liane Carly Hermes. **Metodologia da Pesquisa**. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA (SEAD/UFSC), Florianópolis: SEAD/UFSC, 2006.

APÊNDICES

Apêndice A – Entrevista nº 01 (Pré-teste)

Entrevista nº 01 (Pré-teste) – aplicada aos agentes do IMPLURB/PMM

Entrevista aplicada a entes participantes da amostragem – Instituto Municipal de Planejamento Urbano – IMPLURB/PMM, relevante a coleta de dados do Trabalho de Conclusão de Curso – Monografia: COMÉRCIO INFORMAL NA ÁREA CENTRAL DE MANAUS: de ambulantes a camelôs, de camelôs a empreendedores autônomos, da Universidade de Brasília – UNB, acadêmico José Farias Bernardes. Todas as referências e informações aqui coletadas, no que diz respeito à gestão estão dirigidas ao Órgão Público supracitado e terão finalidades apenas acadêmicas.

Nome (optativo):

1º Como você compreende o papel do governo local no problema do reordenamento do espaço no Centro de Manaus?

2º Quais as principais dificuldades encontradas pelo IMPLUB na construção de políticas e/ou programas de controle da proliferação do comércio informal no Centro de Manaus?

3º O Problema da informalidade cresceu bastante nos últimos vinte anos e aumentou ainda mais nesses últimos anos. O IMPLURB tem um plano imediato para atender as exigências para o evento de 2014? E, qual seu papel nesse processo?

4º Na seu entendimento o que faz crescer o comércio informal naquele local e porque o Governo Municipal apresenta políticas, apenas, paliativas ao invés de realmente estruturar um local onde se resolva o problema?

5º Qual a avaliação do atual quadro para o órgão, sabendo da crise existente entre governo e camelôs devido o fracasso da licitação da administração do “camelódromo”?

6º Atualmente, qual o programa alternativo a ser implantado? Com ele implantado o problema será resolvido?

Apêndice B – Relatório de pré-teste de entrevista

A entrevista foi aplicada no mês de julho e agosto, a partir de conversa informal com imediatos de setores do órgão IMPLURB, este foi o primeiro para iniciar as entrevista e realização de pré-teste porque após rever a necessidade do trabalho e mudar o rumo da investigação do campo do problema real para o governamental, seria importante começar pelo órgão que planeja as ações do governo. Os entrevistados têm em média cinco anos de efetivação, foram todos indicados, e não houve formalização de documento autorizado via formalização de processo, houve apenas uma conversa entre as partes, a única exigência era a disponibilidade de horário e a vontade do servidor público. Contudo, informei também que se tratava de um pré-teste da investigação e, que seria necessário retorno.

Na maioria das respostas houve a necessidade intervir nas respostas porque estas ficaram bastante invasivas, mesmo instigando posicionamento, mesmo assim tendo o questionamento do problema sobre o papel do governo na resolução informalidade, pude extrair algumas certezas que faltavam confirmá-las, para não sofrerem influências por parte de quem investiga.

Todos foram unânimes em afirmar que existe uma proposta de governo em resolver o problema e que há quatro anos aproximadamente vem se desenvolvendo no órgão estudos que viabilizassem a modernização do espaço naquele local, contudo o IMLURB também encontra dificuldade de implantação devido a um conjunto de interesses ora por parte do governo, ora por parte dos próprios comerciantes informais, não tem como encontrar até o momento um meio termo, onde as partes estejam em sintonia. Entretanto a dissintonia existente fica evidente quando questionado sobre um plano alternativo, se falhar a “estruturação de uma feira livre” ficando evidente não haver.

Muitos evidenciaram as dificuldades encontradas além das indiferenças de interesses, o sindicato intervém juridicamente no sentido de que o governo sempre quer prejudicar o comerciante informal, demonstrando ao agente público que eles não querem melhorar as condições de trabalho, ou seja, ao entrevistado o problema não está no governo, apesar de admitir não ter um plano alternativo.

Geralmente, os informais são pessoas de aspecto socioeconômico baixo, que vive de cedência, de aluguel, ou em invasões, apropriações habitacionais ilegais. Pessoas que vieram de outros locais (interior estado, nordeste, estados da região norte) e, também provenientes da falta de empregos, que devido a escolaridade não conseguiram ingressar novamente ao mercado formal produtivo. Os entrevistados também creditaram ao desenvolvimento de novas tecnologias e o enxugamento da força motriz das fábricas do distrito industrial, e por ser uma atividade não exigente de qualificação, o comerciante informal não procura continuar sua escolarização, basta saber ler (o suficiente) e conversar bem para induzir a venda, e o elementar da matemática para “passar um troco ou fazer uma continha”.

As questões jurídicas tornaram-se frequentes a partir da retomada do reordenamento do espaço público, que a culpa do problema não é de agora, já vem de muito tempo por isso não é possível culpabilizar o governo atual, porque o governo atual já vem a três anos tentando construir camelódromo, feira livre, *shopping* popular, etc.

Na atualidade o governo foca todo seu interesse na construção de uma área estruturada onde possa alocar todos os informais, porque é uma exigência do evento esportivo que acontecerá em 2014. E, um dos critérios é a revitalização do centro do município.

Portanto, acredito que precisa ser melhorado alguns detalhes, como reestruturar as perguntas com as intervenções, para efetivar de fato uma entrevista semiestruturada, contudo com menos intervenções, e sim somente o necessário, demonstrando segurança coerente, e não perguntas incompletas.

Apêndice C – Guia de entrevistas

Entrevista nº 01 – aplicada aos agentes do IMPLURB/PMM

Entrevista aplicada a entes participantes da amostragem – Instituto Municipal de Planejamento Urbano – **IMPLURB/PMM**, relevante a coleta de dados do Trabalho de Conclusão de Curso – Monografia: **COMÉRCIO INFORMAL NA ÁREA CENTRAL DE MANAUS: de ambulantes a camelôs, de camelôs a empreendedores autônomos**, da Universidade de Brasília – UNB, acadêmico José Farias Bernardes. Todas as referências e informações aqui coletadas, no que diz respeito à gestão estão dirigidas ao Órgão Público supracitado e terão finalidades apenas acadêmicas.

Nome (optativo): trabalha na função de administrador_____

1º Como você compreende o papel do governo local no problema do reordenamento do espaço público no Centro de Manaus? No que se trata ao comércio de ambulantes e camelôs, que tem sido um problema antigo?

2º Quais as principais dificuldades encontradas pelo IMPLUB na construção de políticas e/ou programas de controle da proliferação do comércio informal no Centro de Manaus?

3º O Problema da informalidade cresceu bastante nos últimos vinte anos e aumentou ainda mais nesses últimos anos. O IMPLURB tem um plano imediato para atender as exigências para o evento de 2014? E, qual seu papel nesse processo?

4º No seu entendimento o que faz crescer o comércio informal naquele local e porque o Governo Municipal apresenta políticas, apenas, paliativas ao invés de realmente estruturar um local onde se resolva o problema?

5º Qual a avaliação do atual quadro para o órgão, sabendo da crise existente entre governo e camelôs devido o fracasso da licitação da administração do “camelódromo”?

6º Atualmente, qual o programa alternativo a ser implantado? Com ele implantado o problema será resolvido?

Apêndice D – Descrição das entrevistas

Entrevista nº 01 – aplicada aos agentes do IMPLURB/PMM

Entrevistado 1

Entrevista aplicada a entes participantes da amostragem – Instituto Municipal de Planejamento Urbano – **IMPLURB/PMM**, relevante a coleta de dados do Trabalho de Conclusão de Curso – Monografia: **COMÉRCIO INFORMAL NA ÁREA CENTRAL DE MANAUS: de ambulantes a camelôs, de camelôs a empreendedores autônomos**, da Universidade de Brasília – UNB, acadêmico José Farias Bernardes. Todas as referências e informações aqui coletadas, no que diz respeito à gestão estão dirigidas ao Órgão Público supracitado e terão finalidades apenas acadêmicas.

Nome (optativo): trabalha na função de administrador_____

1º Como você compreende o papel do governo local no problema do reordenamento do espaço público no Centro de Manaus? No que se trata ao comércio de ambulantes e camelôs, que tem sido um problema antigo?

Nosso papel é dar condições para aquelas pessoas que usam o comércio como meio de sobrevivência, mas também não desrespeitar o espaço público, afinal os pedestres também têm direito de ir e vir, assim como os comerciantes.

Os problemas estão voltados em que os camelôs (comerciantes), não querem ir para outro local, eles acham que não vai dar certo, que não vão vender. E, acaba se transformando numa questão política.

2º Quais as principais dificuldades encontradas pelo IMPLUB na construção de políticas e/ou programas de controle da proliferação do comércio informal no Centro de Manaus?

Eu digo a principal, os camelôs não querem sair, como eu disse: eles estão acostumados muitos, já constituíram família, tem filhos. Segundo, eles e informações de colegas em relatórios eles tem medo de não dar certo em outro local.

Mas não tem como a PMM dar um assessoramento e/ou acompanhamento empreendedor?

Você é servidor público sabe como funciona, e também, só está tendo essa conversa toda por causa da copa, se não fosse nós nem estaríamos nos questionando.

3º O Problema da informalidade cresceu bastante nos últimos vinte anos e aumentou ainda mais nesses últimos anos. O IMPLURB tem um plano imediato para atender as exigências para o evento de 2014? E, qual seu papel nesse processo?

O problema da informalidade cresceu porque aquilo se tornou um espaço político de interesse, todo mundo, candidato, quer dar um pulinho lá para pegar um voto. E, é um espaço público, ou o senhor não que eles também defendem políticos, muitos até que contribuem para que eles permaneçam lá.

Olha o único plano para ser implantado é criar o camelódromo, não tem outro plano não. Se não der certo, e como falam que o remanejamento for um critério da copa, não se vamos ser uma dos locais de jogos.

4º No seu entendimento o que faz crescer o comércio informal naquele local e porque o Governo Municipal apresenta políticas, apenas, paliativas ao invés de realmente estruturar um local onde se resolva o problema?

Rapaz o comércio informal tem em todo lugar, aqui não seria diferente. O que informal? É algo que não é legal, é fato no direito administrativo. Por que não se remove dali? Alguma coisa tem. Depois que começou a perenização da Suframa a insegurança ficou muito grande em estabelecer fábricas em Manaus. As empresas que vêm não querem investir no social, só querem sugar o estado. O governo diz que não tem dinheiro para investir em infraestrutura, a fiscalização é fraca.

E, ainda tem a corrupção.

É, ainda tem alguns atos não de acordo com a lei. Assim, todas as iniciativas serão paliativas como na pergunta.

5º Qual a avaliação do atual quadro para o órgão, sabendo da crise existente entre governo e camelôs devido o fracasso da licitação da administração do “camelódromo”?

Na verdade até bom porque nós ainda não percebemos que mesmo informais e fora da legalidade, eles sabem dos direitos deles. Eu sou contra em privatizar desta forma, uma empresa somente fazendo a administração.

Há faça uma ressalva. Informais mesmo, a maioria é ambulante, sem local fixa, carrinhos, na mão, pequenos estandes. Tem muito formal. Mas mesmo assim vai precisar sair.

6º Atualmente, qual o programa alternativo a ser implantado? Com ele implantado o problema será resolvido?

O problema da informalidade é uma parceria entre governos federais, estaduais e municipais, como órgãos como sefaz, SEBRAE, apeam, fapeam, se não estiver enganado, para beneficiar principalmente os informais e trazê-los a formalidade, porque vai ser melhor pra eles.

Há como relação ao camelódromo? Não esse ai vai ter que funcionar. O terreno já foi adquirido, está em processo final de legalização. (e isso nem podia falar).

Entrevista nº 01 – aplicada aos agentes do IMPLURB/PMM

Entrevistado 2

Entrevista aplicada a entes participantes da amostragem – Instituto Municipal de Planejamento Urbano – **IMPLURB/PMM**, relevante a coleta de dados do Trabalho de Conclusão de Curso – Monografia: **COMÉRCIO INFORMAL NA ÁREA CENTRAL DE MANAUS: de ambulantes a camelôs, de camelôs a empreendedores autônomos**, da Universidade de Brasília – UNB, acadêmico José Farias Bernardes. Todas as referências e informações aqui coletadas, no que diz respeito à gestão estão dirigidas ao Órgão Público supracitado e terão finalidades apenas acadêmicas.

Nome (optativo): trabalha no setor de informatização _____

1º Como você compreende o papel do governo local no problema do reordenamento do espaço público no Centro de Manaus? No que se trata ao comércio de ambulantes e camelôs, que tem sido um problema antigo?

Eu acho bom, o comercio ilegal em Manaus é muito grande. Com ele surge, por exemplo, a pirataria, é o que mais tem lá no Centro. Isso é mais velho que eu. O governo tem feito seu papel, mas falta sentar para conversar e acertar o que é melhor para todos.

Mas não era ZONA FRANCA?

Eu não sei, sei que me contavam que aquele comércio no Centro já existe na década de 60, 70. Eu acho difícil aquilo ali melhorar.

2º Quais as principais dificuldades encontradas pelo IMPLUB na construção de políticas e/ou programas de controle da proliferação do comércio informal no Centro de Manaus?

Os camelôs aceitarem que eles vão ter que sair dali, vão ter que sair das ruas, é muito difícil andar no Centro.

3º O Problema da informalidade cresceu bastante nos últimos vinte anos e aumentou ainda mais nesses últimos anos. O IMPLURB tem um plano imediato para atender as exigências para o evento de 2014? E, qual seu papel nesse processo?

Só a construção do “Shopping popular”, onde possa por todos comerciantes, organizando um lugar para todos eles. Eu sou do setor de informática, não cabe a eu decidir.

4º No seu entendimento o que faz crescer o comércio informal naquele local e porque o Governo Municipal apresenta políticas, apenas, paliativas ao invés de realmente estruturar um local onde se resolva o problema?

A facilidade de ficar. Colocar uma mesinha vai ficando, ficando, depois de um tempo vai ao SEMPAB, se registra e pronto.

Sim, mas é a informalidade?

É a mesma coisa, sem fiscalização e propostas de melhorias não vai dar certo.

5º Qual a avaliação do atual quadro para o órgão, sabendo da crise existente entre governo e camelôs devido o fracasso da licitação da administração do “camelódromo”?

Nós aqui temos que fazer com que a informalidade diminua, que ambulantes ou camelôs se regularizem, para poder ter direito. E, isso tem que ser feito rápido, para sociedade que estamos fazendo alguma coisa.

Quem é essa sociedade? Os que pertencem à informalidade.

A sociedade num modo geral, que vai até ao Centro. A informalidade é só uma classificação, para demonstrar que aquelas pessoas não pagam sua permanência para explorar o comércio no Centro.

6º Atualmente, qual o programa alternativo a ser implantado? Com ele implantado o problema será resolvido?

É só shopping como eu já falei. Olha! Eu acredito que sim. Não sei se tudo, mas boa parte daquele problema. Mas a informalidade não! Porque é uma questão de política pública, se governo quiser ele faz, se não o que podemos fazer.

Entrevista nº 01 – aplicada aos agentes do IMPLURB/PMM

Entrevistado 3

Entrevista aplicada a entes participantes da amostragem – Instituto Municipal de Planejamento Urbano – **IMPLURB/PMM**, relevante a coleta de dados do Trabalho de Conclusão de Curso – Monografia: **COMÉRCIO INFORMAL NA ÁREA CENTRAL DE MANAUS: de ambulantes a camelôs, de camelôs a empreendedores autônomos**, da Universidade de Brasília – UNB, acadêmico José Farias Bernardes. Todas as referências e informações aqui coletadas, no que diz respeito à gestão estão dirigidas ao Órgão Público supracitado e terão finalidades apenas acadêmicas.

Nome (optativo): assessor_____

1º Como você compreende o papel do governo local no problema do reordenamento do espaço público no Centro de Manaus? No que se trata ao comércio de ambulantes e camelôs, que tem sido um problema antigo?

É importante, porque é muito difícil ir ao Centro de Manaus, principalmente no fim de ano, a insegurança é muito grande. Assim, os camelôs tomaram conta do Centro, que a gente não tem nem como andar.

Mas como fica o papel do governo municipal?

Eu trabalho com o governo municipal, o governo faz o que pode. Eu faço o que for possível para melhorar aquilo, mas às vezes eu penso que a maioria da sociedade não quer, os ambulantes não querem, parece que aquela desorganização é melhor.

2º Quais as principais dificuldades encontradas pelo IMPLUB na construção de políticas e/ou programas de controle da proliferação do comércio informal no Centro de Manaus?

Eu vejo que falta a sociedade participar mais. Em audiências que nós fizemos a sociedade era bem pouco, tanto que eu estou lembrado de ti lá, você viu. Não é que proliferem. As pessoas encontram uma forma de sobrevivência. A fome cara, é difícil.

Mas não é ilegal?

Se nós formos com essa concepção, você sabe o que vai acontecer. Vai ser um caos total. Quem cuida da fiscalização é o SEMPAB, acredito que essa resposta pertença a eles.

3º O Problema da informalidade cresceu bastante nos últimos vinte anos e aumentou ainda mais nesses últimos anos. O IMPLURB tem um plano imediato para atender as exigências para o evento de 2014? E, qual seu papel nesse processo?

No próprio desordenamento da cidade vieram muitas pessoas para cá. A cidade inchou e parou de se investir em infraestrutura.

É uma questão política?

Eu não digo política, é visão de futuro. Como eu não posso prever que Manaus não se tornaria atrativa. Então, planejar somente não vai adiantar. O camelódromo vai ser construído, vai resolver a informalidade? Vai resolver que estão agora. E dos que vão chegar? Ninguém sabe, vão para matriz. É Fato. Então, porque não planejar empregos?

4º No seu entendimento o que faz crescer o comércio informal naquele local e porque o Governo Municipal apresenta políticas, apenas, paliativas ao invés de realmente estruturar um local onde se resolva o problema?

O Trânsito de pessoas, a fluidez de mercadoria sem o rigor legal. A facilidade de adquirir um “localzinho” pra trabalhar. São paliativas porque politicamente é assim. Por que fazer? Se eu resolver quem votará em mim. Então é paliativo, e ratifico, se não der emprego (a vara) esse novo prédio é outra ação paliativa.

5º Qual a avaliação do atual quadro para o órgão, sabendo da crise existente entre governo e camelôs devido o fracasso da licitação da administração do “camelódromo”?

Não existe crise é um jogo de poder. Só que a prefeitura achava que não iria ser assim, achava que os camelôs e ambulantes iam se calar e aceitar, mas deu nisso, eles se negaram a se calar, e resolveram falar.

A licitação é outra questão política, assim como o porto e outras coisas que não vem ao caso.

6º Atualmente, qual o programa alternativo a ser implantado? Com ele implantado o problema será resolvido?

Não, se não investir nessas pessoas, sem instrução, educação e perspectiva de vida.

Entrevista nº 01 – aplicada aos agentes do IMPLURB/PMM

Entrevistado 4

Entrevista aplicada a entes participantes da amostragem – Instituto Municipal de Planejamento Urbano – **IMPLURB/PMM**, relevante a coleta de dados do Trabalho de Conclusão de Curso – Monografia: **COMÉRCIO INFORMAL NA ÁREA CENTRAL DE MANAUS: de ambulantes a camelôs, de camelôs a empreendedores autônomos**, da Universidade de Brasília – UNB, acadêmico José Farias Bernardes. Todas as referências e informações aqui coletadas, no que diz respeito à gestão estão dirigidas ao Órgão Público supracitado e terão finalidades apenas acadêmicas.

Nome (optativo): trabalha na função auxiliar administrativo _____

1º Como você compreende o papel do governo local no problema do reordenamento do espaço público no Centro de Manaus? No que se trata ao comércio de ambulantes e camelôs, que tem sido um problema antigo?

O prefeito tem feito o que pode, mas não cabe somente a ele. Todos devem querer melhorar, não basta somente ao prefeito.

Mas o que o IMPLURB tem feito?... Cabe a quem?

Nós temos a função de fazer projetos, a implantação não cabe a nós, cabe ao prefeito. Os projetos são estruturados, mas precisa ser orçado, ter verba. Não é assim como muitos pensam.

2º Quais as principais dificuldades encontradas pelo IMPLURB na construção de políticas e/ou programas de controle da proliferação do comércio informal no Centro de Manaus?

Se entender com os próprios camelôs. Muitos deles querem mudar de local e ficar fixo, mas a maioria quer ficar daquela forma meio bagunçada.

Mas o motivo não é evidente? Uma vez que os impostos são mínimos?

Vamos pensar... Será que ficar sem um espaço seu, e prejudicar a locomoção do outro, quem vence? Claramente que o cidadão. Isso ainda não entrou na cabeça da maioria.

3º O Problema da informalidade cresceu bastante nos últimos vinte anos e aumentou ainda mais nesses últimos anos. O IMPLURB tem um plano imediato para atender as exigências para o evento de 2014? E, qual seu papel nesse processo?

Aumentou mais nós regularizamos. Claro que todo dia tem gente que vai para aquele como para outros tomarem posse de uma coisa que não é sua. Eu sou do setor, ou melhor, do Departamento de Informalidade, não sei prevê quantos informais ainda existem mas, é bem menos que a mídia diz.

Não, o camelódromo não é a solução, é uma saída, e neste momento é o que a secretaria tem, e prefeito e o secretário vão fincar o pé para construir.

4º No seu entendimento o que faz crescer o comércio informal naquele local e porque o Governo Municipal apresenta políticas, apenas, paliativas ao invés de realmente estruturar um local onde se resolva o problema?

São muitos: desemprego, nível escolar, muita gente vindo pra cá atrás de trabalho, acomodação.

5º Qual a avaliação do atual quadro para o órgão, sabendo da crise existente entre governo e camelôs devido o fracasso da licitação da administração do “camelódromo”?

Chega a ser crítica, temos muita dificuldade, porque não é só o problema do centro, mas a estruturação de infraestrutura em toda cidade.

6º Atualmente, qual o programa alternativo a ser implantado? Com ele implantado o problema será resolvido?

Só o camelódromo, que não é o alternativo. Ele é o plano A, B. não tem outro. Já se cogitou até em tenda, aquela saída paliativa como você falou.

Entrevista nº 01 – aplicada aos agentes do IMPLURB/PMM

Entrevistado 5

Entrevista aplicada a entes participantes da amostragem – Instituto Municipal de Planejamento Urbano – **IMPLURB/PMM**, relevante a coleta de dados do Trabalho de Conclusão de Curso – Monografia: **COMÉRCIO INFORMAL NA ÁREA CENTRAL DE MANAUS: de ambulantes a camelôs, de camelôs a empreendedores autônomos**, da Universidade de Brasília – UNB, acadêmico José Farias Bernardes. Todas as referências e informações aqui coletadas, no que diz respeito à gestão estão dirigidas ao Órgão Público supracitado e terão finalidades apenas acadêmicas.

Nome (optativo): trabalha na função de auxiliar administrativo_____

1º Como você compreende o papel do governo local no problema do reordenamento do espaço público no Centro de Manaus? No que se trata ao comércio de ambulantes e camelôs, que tem sido um problema antigo?

Infelizmente, o governo acredita que pode impor hoje seu poder sem conversar com todos. Hoje, os sindicatos estão à frente das negociações, então fica mais difícil encontrar uma forma de convencer a todos que dará certo.

Isso não é uma forma da sociedade participar? E se o governo local viesse fazendo políticas para a sociedade os comerciantes pensariam antagonicamente?

De certa forma é, mas até agora não se chegou a um meio termo. O governo deve pensar no coletivo e não no individualismo.

2º Quais as principais dificuldades encontradas pelo IMPLUB na construção de políticas e/ou programas de controle da proliferação do comércio informal no Centro de Manaus?

Tudo gira em torno de questões políticas. O problema não está no IMPLURB, mas como governo vê a situação, porque um joga para o outro a responsabilidade. Ora os camelôs não aceitam a solução, ora o governo diz que não pode cumprir o que os camelôs querem.

Mas política partidária?

Como queiram classificar. Porque se eu quero o melhor para o povo e o outro quer o melhor para si, como não se chega a uma solução, uma definição. Se fosse para ser resolvido já estaria resolvido.

3º O Problema da informalidade cresceu bastante nos últimos vinte anos e aumentou ainda mais nesses últimos anos. O IMPLURB tem um plano imediato para atender as exigências para o evento de 2014? E, qual seu papel nesse processo?

Não é que ela tenha aumentado, foi uma saída da sociedade para o problema do emprego. Ao invés de passarem fome resolveram encontrar uma forma de sobreviveram.

O atual prefeito não tem culpa disso?... E a verdade como fica?

Você tem certeza disso. Eu não posso afirmar, sou governo. Onde fica minha ética. É o meu ponto de vista.

O único projeto é fazer o *shopping popular*, e só.

4º No seu entendimento o que faz crescer o comércio informal naquele local e porque o Governo Municipal apresenta políticas, apenas, paliativas ao invés de realmente estruturar um local onde se resolva o problema?

Faltas de políticas de emprego e renda nas últimas três décadas. Se, achou que a ZF era a saída para tudo.

O governo atual tem culpa nessa derrocada do município?

As situações eram outras, hoje os setores estão mais atentos. Se, nós formos culpar somente um, vamos esquecer-nos dos demais, que também não fizeram.

5º Qual a avaliação do atual quadro para o órgão, sabendo da crise existente entre governo e camelôs devido o fracasso da licitação da administração do “camelódromo”?

O fracasso que você diz é o que já afirmei sobre questões políticas. É um momento difícil porque nenhum lado chega a uma certeza.

6º Atualmente, qual o programa alternativo a ser implantado? Com ele implantado o problema será resolvido?

Alternativo, não.

É um fracasso iminente do IMPLURB, por falta de um programa?

Como eu disse o fracasso não pode acontecer. O IMPLURB tem um programa a ser implantado e passa pela a implantação de um *shopping* para aqueles comerciantes. Se, o problema chegou a essa situação, não é somente o IMPLURB que vai fazer com que melhore.

Entrevista nº 01 – aplicada aos agentes do IMPLURB/PMM

Entrevistado 6

Entrevista aplicada a entes participantes da amostragem – Instituto Municipal de Planejamento Urbano – **IMPLURB/PMM**, relevante a coleta de dados do Trabalho de Conclusão de Curso – Monografia: **COMÉRCIO INFORMAL NA ÁREA CENTRAL DE MANAUS: de ambulantes a camelôs, de camelôs a empreendedores autônomos**, da Universidade de Brasília – UNB, acadêmico José Farias Bernardes. Todas as referências e informações aqui coletadas, no que diz respeito à gestão estão dirigidas ao Órgão Público supracitado e terão finalidades apenas acadêmicas.

Nome (optativo): técnico de contabilidade_____

1º Como você compreende o papel do governo local no problema do reordenamento do espaço público no Centro de Manaus? No que se trata ao comércio de ambulantes e camelôs, que tem sido um problema antigo?

Isso é um problema antigo principalmente ali no Centro, quem sempre se prejudica são os pedestres. Não posso fazer muita coisa sou apenas um contabilista, lido com as projeções contábeis do órgão. Quem trabalha diretamente com a informalidade é o setor de informalidade na SEMPAB.

2º Quais as principais dificuldades encontradas pelo IMPLUB na construção de políticas e/ou programas de controle da proliferação do comércio informal no Centro de Manaus?

Falando pelo setor é o investimento, os orçamentos daqui não suprem as dificuldades do próprio órgão. Tanto que o camelódromo será feito somente por meio de parcerias.

Que parcerias

Entre prefeitura e estado, prefeitura e empresa privada, quem quiser participar. Não tem como sair com verba só de um lado. A não ser que empreste.

3º O Problema da informalidade cresceu bastante nos últimos vinte anos e aumentou ainda mais nesses últimos anos. O IMPLURB tem um plano imediato para atender as exigências para o evento de 2014? E, qual seu papel nesse processo?

As pessoas precisam estudar mais, estão muito com aquele pensamento que o DI pega gente pela rua.

Como assim...

Na década de 70 era assim, as empresas selecionavam na rua quem queria trabalhar. Tanto que hoje não tem trabalhador para as obras da copa, estamos importando. É só o camelódromo, não tem outra saída.

4º No seu entendimento o que faz crescer o comércio informal naquele local e porque o Governo Municipal apresenta políticas, apenas, paliativas ao invés de realmente estruturar um local onde se resolva o problema?

Como já disse boa parte da população parou no tempo, falta às pessoas despertarem para os estudos, mas não é mais só o estudo normal, tem que ser profissionalizante, sem uma profissão fica difícil ficar empregado.

5º Qual a avaliação do atual quadro para o órgão, sabendo da crise existente entre governo e camelôs devido o fracasso da licitação da administração do “camelódromo”?

O camelódromo vai sair faltam detalhes, isso está acontecendo porque os sindicatos têm interesse próprio.

6º Atualmente, qual o programa alternativo a ser implantado? Com ele implantado o problema será resolvido?

Não tem, é só o camelódromo.

Entrevista nº 01 – aplicada aos agentes do IMPLURB/PMM

Entrevistado 7

Entrevista aplicada a entes participantes da amostragem – Instituto Municipal de Planejamento Urbano – **IMPLURB/PMM**, relevante a coleta de dados do Trabalho de Conclusão de Curso – Monografia: **COMÉRCIO INFORMAL NA ÁREA CENTRAL DE MANAUS: de ambulantes a camelôs, de camelôs a empreendedores autônomos**, da Universidade de Brasília – UNB, acadêmico José Farias Bernardes. Todas as referências e informações aqui coletadas, no que diz respeito à gestão estão dirigidas ao Órgão Público supracitado e terão finalidades apenas acadêmicas.

Nome (optativo): Assistente de serviços gerais (administração)_____

1º Como você compreende o papel do governo local no problema do reordenamento do espaço público no Centro de Manaus, no que se trata ao comércio de ambulantes e camelôs, que tem sido um problema antigo?

Os ambulantes são **muito difíceis** de lhe dar, pois eles não querem aceitar o que o prefeito oferece pra eles, esse pensamento de que só o mal acaba prejudicando qualquer acordo.

2º Quais as principais dificuldades encontradas pelo IMPLUB na construção de políticas e/ou programas de controle da proliferação do comércio informal no Centro de Manaus?

Chegar a único pensamento, melhorar aquele local. A gente nem pode andar direito porque as calçadas estão cheias de objetos, e se agente bater e cair eles ainda ficam bravo. O governo tinha que realmente encontrar um local para eles, e tirá-los de lá, eu entendo assim.

3º O Problema da informalidade cresceu bastante nos últimos vinte anos e aumentou ainda mais nesses últimos anos. O IMPLURB tem um plano imediato para atender as exigências para o evento de 2014? E, qual seu papel nesse processo?

O Plano que eu saiba é da prefeitura, ela que está na frente. O IMPLURB apenas executa, põe para frente à obra no caso.

Não tem plano?

Tem, mas é prefeitura que estrutura o deve ser feito.

4º No seu entendimento o que faz crescer o comércio informal naquele local e porque o Governo Municipal apresenta políticas, apenas, paliativas ao invés de realmente estruturar um local onde se resolva o problema?

Esse tipo de comércio é um problema, desde que eu entendo sempre teve isso no Centro. Eu vejo que o problema esta na falta de oportunidade para as pessoas.

5º Qual a avaliação do atual quadro para o órgão, sabendo da crise existente entre governo e camelôs devido o fracasso da licitação da administração do “camelódromo”?

Os camelôs querem que o prefeito deixe nas mãos deles a administração do *shopping*, mas os prefeitos querem licitar uma empresa para administrar, se responsabilizando pela manutenção

predial. Esse fato é que vem emperrando as negociações, porque eles têm medo de que a empresa transforme aquele local num espaço de coação.

6º Atualmente, qual o programa alternativo a ser implantado? Com ele implantado o problema será resolvido?

Não tem, é somente o shopping, na prefeitura há um plano, caso não saia do papel o município perde uma boa oportunidade para alavancar uma possibilidade de melhoria para a classe social.

Entrevista nº 01 – aplicada aos agentes do IMPLURB/PMM

Entrevistado 8

Entrevista aplicada a entes participantes da amostragem – Instituto Municipal de Planejamento Urbano – **IMPLURB/PMM**, relevante a coleta de dados do Trabalho de Conclusão de Curso – Monografia: **COMÉRCIO INFORMAL NA ÁREA CENTRAL DE MANAUS: de ambulantes a camelôs, de camelôs a empreendedores autônomos**, da Universidade de Brasília – UNB, acadêmico José Farias Bernardes. Todas as referências e informações aqui coletadas, no que diz respeito à gestão estão dirigidas ao Órgão Público supracitado e terão finalidades apenas acadêmicas.

Nome (optativo): trabalha na função de auxiliar administrativo _____

1º Como você compreende o papel do governo local no problema do reordenamento do espaço público no Centro de Manaus? No que se trata ao comércio de ambulantes e camelôs, que tem sido um problema antigo?

A informalidade é uma forma que as pessoas encontraram para a falta de emprego, contudo essas mesmas pessoas estão fora do mercado porque não tem instrução suficiente para serem inseridas. Sim, é um problema antigo que só foi ser mais evidente por causa da copa, se não fosse acontecer estaria à mesma coisa. A informalidade se for realmente fazer uma pesquisa muitas pessoas concordam, então não é unicamente um mal, uma praga.

2º Quais as principais dificuldades encontradas pelo IMPLUB na construção de políticas e/ou programas de controle da proliferação do comércio informal no Centro de Manaus?

Primeiro, o IMPLURB tem o papel de projetar as ações voltadas ao planejamento, não tem o papel de fiscalizar as ações para que ocorra satisfatoriamente. Então um projeto, o implurb, mas é outro órgão que fiscaliza para avaliar se o planejado é útil ou não.

3º O Problema da informalidade cresceu bastante nos últimos vinte anos e aumentou ainda mais nesses últimos anos. O IMPLURB tem um plano imediato para atender as exigências para o evento de 2014? E, qual seu papel nesse processo?

As pessoas viram que aqui em Manaus não tem controle no centro, então que não conseguiu vagas de trabalho nas empresas do distrito ou no comércio, foram trabalhar na informalidade, então a facilidade encontrada até hoje. O IMPLURB junto com a SEMPAB e CASA CIVIL têm a tarefa de colocar em prática o camelódromo.

4º No seu entendimento o que faz crescer o comércio informal naquele local e porque o Governo Municipal apresenta políticas, apenas, paliativas ao invés de realmente estruturar um local onde se resolva o problema?

A ausência de políticas públicas para o desenvolvimento de mão-de-obra, e programas de qualificação dos que já estavam no mercado.

5º Qual a avaliação do atual quadro para o órgão, sabendo da crise existente entre governo e camelôs devido o fracasso da licitação da administração do “camelódromo”?

Quem vê crise acha que nós não estamos fazendo nada para melhorar esse aspecto, a crise existe, mas é uma circunstância que no momento que prefeitura e camelôs chegarem a uma posição que atenda os dois lados.

6º Atualmente, qual o programa alternativo a ser implantado? Com ele implantado o problema será resolvido?

É fazer o camelódromo, tem que sair se não vamos ter fazer cabanas e alocar essas pessoas, a informalidade está lá, mas também não cabe unicamente tirar dali porque são pessoas com necessidade de sobrevivência.

Entrevista nº 01 – aplicada aos agentes do IMPLURB/PMM

Entrevistado 9

Entrevista aplicada a entes participantes da amostragem – Instituto Municipal de Planejamento Urbano – **IMPLURB/PMM**, relevante a coleta de dados do Trabalho de Conclusão de Curso – Monografia: **COMÉRCIO INFORMAL NA ÁREA CENTRAL DE MANAUS: de ambulantes a camelôs, de camelôs a empreendedores autônomos**, da Universidade de Brasília – UNB, acadêmico José Farias Bernardes. Todas as referências e informações aqui coletadas, no que diz respeito à gestão estão dirigidas ao Órgão Público supracitado e terão finalidades apenas acadêmicas.

Nome (optativo): trabalha na função de auxiliar administrativo _____

1º Como você compreende o papel do governo local no problema do reordenamento do espaço público no Centro de Manaus? No que se trata ao comércio de ambulantes e camelôs, que tem sido um problema antigo?

O governo do município tem intervir já que não fez anteriormente, contudo tem que por em pauta o problema da informalidade se não o camelódromo será uma promoção para a irregularidade, todos vão passar a agir desta forma, com a previsão que vai se dá bem.

2º Quais as principais dificuldades encontradas pelo IMPLUB na construção de políticas e/ou programas de controle da proliferação do comércio informal no Centro de Manaus?

Falta de direcionamento para o desenvolvimento de projetos e programas que realmente beneficie a população. A informalidade não é apenas um problema do IMPLURB, mas de uma proposta de governo.

3º O Problema da informalidade cresceu bastante nos últimos vinte anos e aumentou ainda mais nesses últimos anos. O IMPLURB tem um plano imediato para atender as exigências para o evento de 2014? E, qual seu papel nesse processo?

Não tem, somente agora com as exigências e pré-requisito da copa do mundo que a prefeitura cobrou do órgão uma proposta para desalojar as pessoas que se encontram na área do centro onde não tem lugar se quer para se locomover.

4º No seu entendimento o que faz crescer o comércio informal naquele local e porque o Governo Municipal apresenta políticas, apenas, paliativas ao invés de realmente estruturar um local onde se resolva o problema?

Devido distrito industrial e o crescimento com a vinda de muitas empresas e indústrias as pessoas acharam que poderiam vir para cá de qualquer jeito, entretanto sem espaço para expandir outros problemas surgiram quando as empresas começaram a falir na década de 1990. Com isso surge o desemprego e a falta de seguranças nos bairro que também se formavam irregularmente com as invasões.

5º Qual a avaliação do atual quadro para o órgão, sabendo da crise existente entre governo e camelôs devido o fracasso da licitação da administração do “camelódromo”?

Os camelôs querem controlar a administração do camelódromo, mas a prefeitura quer deixar nas mãos de uma empresa para que a conservação do local seja mantida sempre com qualidade. Mas o camelô tem a preocupação dos empresários cobrarem muito cara pela permanência dos vendedores.

6º Atualmente, qual o programa alternativo a ser implantado? Com ele implantado o problema será resolvido?

Não tem outra possibilidade se não for tirar aquelas pessoas do centro, realmente uma estrutura muito ruim a que se encontra no centro, mas o problema é a informalidade discutida aqui, e isso só acaba se o prefeito, governo quiser se não quiserem não acaba, pode construir camelódromo, *shopping*, *shopping popular*, que não resolve.

Entrevista nº 01 – aplicada aos agentes do IMPLURB/PMM

Entrevistado 10

Entrevista aplicada a entes participantes da amostragem – Instituto Municipal de Planejamento Urbano – **IMPLURB/PMM**, relevante a coleta de dados do Trabalho de Conclusão de Curso – Monografia: **COMÉRCIO INFORMAL NA ÁREA CENTRAL DE MANAUS: de ambulantes a camelôs, de camelôs a empreendedores autônomos**, da Universidade de Brasília – UNB, acadêmico José Farias Bernardes. Todas as referências e informações aqui coletadas, no que diz respeito à gestão estão dirigidas ao Órgão Público supracitado e terão finalidades apenas acadêmicas.

Nome (optativo): trabalha na função de auxiliar administrativo _____

1º Como você compreende o papel do governo local no problema do reordenamento do espaço público no Centro de Manaus? No que se trata ao comércio de ambulantes e camelôs, que tem sido um problema antigo?

O centro de Manaus é um local propício a informalidade por ser um local muito grande e faltar agentes fiscalizadores.

Então o papel do governo é fiscalizar?

Não somente, mas como está indo tem-se que investir em fiscalização. O comércio informal é uma atividade natural ali, tanto que aqueles que chegam à informalidade dependendo da fiscalização logo ele é legalizado, fato este que também acontece com as bordas das vias de Manaus uma proliferação desenfreada.

2º Quais as principais dificuldades encontradas pelo IMPLUB na construção de políticas e/ou programas de controle da proliferação do comércio informal no Centro de Manaus?

Falta de autonomia e recursos, o planejamento é importante, mas sem dinheiro e autonomia, fica muito difícil trabalhar, trabalho na administração e não podemos fazer nada porque não tem dinheiro.

O IMPLURB não constrói políticas ele é um órgão da administração indireta, seu trabalho é ajudar os da administração direta no planejamento, execução, implantação e aplicabilidade destas, então são pensar erroneamente que ele resolverá tudo.

Então se é para ajudar, se eximir não vai ajudar? E como fica planejamento urbano em sua estrutura descritiva?

Como eu falei pode estar na estrutura, mas e não estiver no seu estatuto.

3º O Problema da informalidade cresceu bastante nos últimos vinte anos e aumentou ainda mais nesses últimos anos. O IMPLURB tem um plano imediato para atender as exigências para o evento de 2014? E, qual seu papel nesse processo?

A informalidade tem que ter consciência, não vai diminuir unicamente com o camelódromo, se não investir nas pessoas que também que também podem se transformar em ambulantes informais. Para a copa 2014 foram abertos muitos cursos profissionalizantes, contudo outro problema acontece à experiência e, geralmente, estas pessoas não têm. O Plano Diretor em processo prevê esse problema, mas só vai estar pronto em 2012 e atuação em 2013, sem tempo.

4º No seu entendimento o que faz crescer o comércio informal naquele local e porque o Governo Municipal apresenta políticas, apenas, paliativas ao invés de realmente estruturar um local onde se resolva o problema?

Falta de emprego e política de produção. Os amazonenses estão muito retraídos em pequenas ocupações, deixando aos estrangeiros as ocupações que pagam melhores por exemplo. Assim, quando a pessoa chega ao comércio informal e ganha vultos que até nem chegava próximo, ele prefere ficar na informalidade, ganha muito sem fazer muito esforço.

5º Qual a avaliação do atual quadro para o órgão, sabendo da crise existente entre governo e camelôs devido o fracasso da licitação da administração do “camelódromo”?

Falta demonstrar a essas pessoas que legalizar é muito melhor do que ficar a margem da lei, porque quem só tem a perder é o próprio ambulante. O governo tem que respeitar o ocupante, deixar para os outros resolverem novamente cai no erro de que a passividade resolve tudo.

6º Atualmente, qual o programa alternativo a ser implantado? Com ele implantado o problema será resolvido?

Não tem, a prioridade é o camelódromo. Se, vai resolver só o tempo dirá. Tenho dúvidas até se vai sair do papel.

E, a você está lá?

Sim, mas sou coerente do que vejo, não sei mentir, posso muito bem dizer que está tudo bem e não está, mas não sou assim.

Entrevista nº 01 – aplicada aos agentes do IMPLURB/PMM

Entrevistado 11

Entrevista aplicada a entes participantes da amostragem – Instituto Municipal de Planejamento Urbano – **IMPLURB/PMM**, relevante a coleta de dados do Trabalho de Conclusão de Curso – Monografia: **COMÉRCIO INFORMAL NA ÁREA CENTRAL DE MANAUS: de ambulantes a camelôs, de camelôs a empreendedores autônomos**, da Universidade de Brasília – UNB, acadêmico José Farias Bernardes. Todas as referências e informações aqui coletadas, no que diz respeito à gestão estão dirigidas ao Órgão Público supracitado e terão finalidades apenas acadêmicas.

Nome (optativo): trabalha na área de informática _____

1º Como você compreende o papel do governo local no problema do reordenamento do espaço público no Centro de Manaus? No que se trata ao comércio de ambulantes e camelôs, que tem sido um problema antigo?

O prefeito por meio de iniciativas privadas ou públicas mesma procura ocupar estrategicamente o centro de Manaus.

Como assim?

Disponibilizando áreas onde possa ser trabalhadas atividades como turismo, visitas, excursões.

Com o aumento da informalidade sem ordenamento essa prática fica sem poder ser oferecida, os comerciantes informais não tem um espaço, eles acham que qualquer espaço eles podem exercer seu trabalho.

2º Quais as principais dificuldades encontradas pelo IMPLUB na construção de políticas e/ou programas de controle da proliferação do comércio informal no Centro de Manaus?

A dificuldade não está no órgão, faz na falta de entendimento entre prefeitura e comerciantes, todos sabem que a prática da informalidade é ilegal, mas hoje o pensamento está voltado me retirar os camelôs das calçadas para deixar os pedestres andarem e exercerem o direito de ir e vir com segurança.

A dificuldade está em o camelô entender isso?

Sim, aquele espaço ocupado por ele não é dele, o solo ocupado é urbano, é do Estado, e também o irregular está indo na onda das discussões, ele não tem nada a perder, tanto que o SEMPAB regulariza todas essas pessoas, mas eles não procuram o órgão responsável por isso, preferem ficar de escondendo, e prejudicando toda a sociedade.

3º O Problema da informalidade cresceu bastante nos últimos vinte anos e aumentou ainda mais nesses últimos anos. O IMPLURB tem um plano imediato para atender as exigências para o evento de 2014? E, qual seu papel nesse processo?

A maioria dessas pessoas não tem emprego, mas eles ganhavam pouco e mesmo conseguindo outro emprego, o que eles ganham naquela salubridade é muito melhor que ganhar um salário de fome. E, com a copa todos vêm uma forma de se dar bem, e se colar eles vão levando suas vidas, e quando ocorrem desavenças isso só contribui em dar ainda mais tempo e força a

classe deles, e o governo ainda não percebeu isso, continua pensando que é política. Eles também sabem armar estratégias. O plano de imediato que o IMPLURB tem é somente o camelódromo, que deverá sair em parceria entre prefeitura e empresa privada, o Estado [Governo do Estado] nunca tem dinheiro para isso.

4º No seu entendimento o que faz crescer o comércio informal naquele local e porque o Governo Municipal apresenta políticas, apenas, paliativas ao invés de realmente estruturar um local onde se resolva o problema?

Falta de investimento em cursos profissionalizantes, e não deixar o comerciante se alocar no local. São anos e mais anos de políticas do coitadinho. Só que hoje as pessoas entenderam que se agirem desta forma se dará bem mais adiante.

5º Qual a avaliação do atual quadro para o órgão, sabendo da crise existente entre governo e camelôs devido o fracasso da licitação da administração do “camelódromo”?

O IMPLURB faz o que pode, não existe crise o jornal inventa ai tem algumas pessoas que são movidas por desgraças ou a corda, que falam qualquer coisa. Nós aqui temos ciências do que podemos fazer, não vamos fazer tudo, mas se planejarmos nos deu condições financeiras, orçamentárias e autonomia, somos muito atrelados a outros órgãos, isso dificulta.

6º Atualmente, qual o programa alternativo a ser implantado? Com ele implantado o problema será resolvido?

É só o camelódromo, e para mim isso não resolve se não tiver pulso firme e investir em investigação, mas investigação feita de forma neutra, com a participação dos próprios camelôs para que não surjam mais pessoas a beira da informalidade, se não até eu vou querer ser informal.

Entrevista nº 01 – aplicada aos agentes do IMPLURB/PMM

Entrevistado 12

Entrevista aplicada a entes participantes da amostragem – Instituto Municipal de Planejamento Urbano – **IMPLURB/PMM**, relevante a coleta de dados do Trabalho de Conclusão de Curso – Monografia: **COMÉRCIO INFORMAL NA ÁREA CENTRAL DE MANAUS: de ambulantes a camelôs, de camelôs a empreendedores autônomos**, da Universidade de Brasília – UNB, acadêmico José Farias Bernardes. Todas as referências e informações aqui coletadas, no que diz respeito à gestão estão dirigidas ao Órgão Público supracitado e terão finalidades apenas acadêmicas.

Nome (optativo): trabalha na área informática _____

1º Como você compreende o papel do governo local no problema do reordenamento do espaço público no Centro de Manaus? No que se trata ao comércio de ambulantes e camelôs, que tem sido um problema antigo?

O governo, ou melhor, os governos do Amazonas e mais diretamente os prefeitos de Manaus fizeram pouca ação de melhoria para o município, faltou olhar de futuro, e posso até falar com certeza visão de presente. A informalidade era uma realidade já vivenciada na década 1970, mas todo mundo dobrou a costa. A falta de planejamento parece ser uma das explicações hoje.

2º Quais as principais dificuldades encontradas pelo IMPLUB na construção de políticas e/ou programas de controle da proliferação do comércio informal no Centro de Manaus?

Por parte do IMPLURB não tem um problema, o órgão é da administração indireta tem sua função resumida em dar suporte à administração direta. Não trata unicamente ao comércio informal.

3º O Problema da informalidade cresceu bastante nos últimos vinte anos e aumentou ainda mais nesses últimos anos. O IMPLURB tem um plano imediato para atender as exigências para o evento de 2014? E, qual seu papel nesse processo?

O descaso do governo municipal nesse período foi bastante assíduo, Manaus só aumentou a população e o processo de urbanização e planejamento foi esquecido.

Por isso a pergunta sobre o IMPLURB nesse problema?

Sim, mas nós não cuidamos somente da informalidade. Eu trabalho na informática, cuido da digitação de documentos e projeto, mas nenhum ainda passou por mim voltado ao comércio no centro de Manaus.

4º No seu entendimento o que faz crescer o comércio informal naquele local e porque o Governo Municipal apresenta políticas, apenas, paliativas ao invés de realmente estruturar um local onde se resolva o problema?

Sem dúvida falta de trabalho para as pessoas que para vieram com aquela ideia que aqui era a bola da vez do emprego.

5º Qual a avaliação do atual quadro para o órgão, sabendo da crise existente entre governo e camelôs devido o fracasso da licitação da administração do “camelódromo”?

Não estou muito atento a isso, mas acredito que o governo e os comerciantes saberão como resolver a crise.

6º Atualmente, qual o programa alternativo a ser implantado? Com ele implantado o problema será resolvido?

Eu acredito que seja a maior briga a construção do camelódromo, o projeto é esse, se dará certo dependerá muito de um programa contínuo de anti-informalidade.

Entrevista nº 01 – aplicada aos agentes do IMPLURB/PMM

Entrevistado 13

Entrevista aplicada a entes participantes da amostragem – Instituto Municipal de Planejamento Urbano – **IMPLURB/PMM**, relevante a coleta de dados do Trabalho de Conclusão de Curso – Monografia: **COMÉRCIO INFORMAL NA ÁREA CENTRAL DE MANAUS: de ambulantes a camelôs, de camelôs a empreendedores autônomos**, da Universidade de Brasília – UNB, acadêmico José Farias Bernardes. Todas as referências e informações aqui coletadas, no que diz respeito à gestão estão dirigidas ao Órgão Público supracitado e terão finalidades apenas acadêmicas.

Nome (optativo): trabalha na área de engenharia _____

1º Como você compreende o papel do governo local no problema do reordenamento do espaço público no Centro de Manaus? No que se trata ao comércio de ambulantes e camelôs, que tem sido um problema antigo?

São as melhores, tanto que é prioridade revitalizar o centro, viabilizando organizar o espaço público para uma melhor locomoção dos pedestres.

2º Quais as principais dificuldades encontradas pelo IMPLUB na construção de políticas e/ou programas de controle da proliferação do comércio informal no Centro de Manaus?

Os problemas estão voltados em dar uma cara política ao problema, os camelôs “acham” que é só fazer um camelódromo que o problema estará resolvido. E, sabemos que não é bem assim, deve-se investir bastante dando estrutura e manutenção.

2.1 Mas, por quê? É difícil encontrar um meio termo ou as ações de governo se referem mais a um protecionismo a quem vai explorar os serviços?

O fracasso do camelódromo não pode ser um motivo desmobilizante das ações de governo, porque nós tentamos acertar, mas a justiça entendeu diferente.

3º O Problema da informalidade cresceu bastante nos últimos vinte anos e aumentou ainda mais nesses últimos anos. O IMPLURB tem um plano imediato para atender as exigências para o evento de 2014? E, qual seu papel nesse processo?

Tem o camelódromo, ou melhor, o *shopping popular* que estamos tentando viabilizar ainda para este ano. Então, desde a criação o órgão a preocupação foi procurar um caminho para o problema.

4º No seu entendimento o que faz crescer o comércio informal naquele local e porque o Governo Municipal apresenta políticas, apenas, paliativas ao invés de realmente estruturar um local onde se resolva o problema?

Há vários fatores, desde o inchaço populacional, passando pelo aspecto instrucional. Não são políticas paliativas, já trabalho alguns anos no órgão, é não vejo problemas nas políticas, o problema é que elas não continuam.

4.1 O Senhor Percebe que o comercio informal precisa de políticas de estado, independente do governo que esteja?

Olha, se todos cumprirem com que está escrito não há necessidade de pensar como governo ou estado, as políticas públicas devem servir ao “povo e para o povo”.

5° Qual a avaliação do atual quadro para o órgão, sabendo da crise existente entre governo e camelôs devido o fracasso da licitação da administração do “camelódromo”?

Não pode ser entendida assim, crise é quando não há mais conversa, e nós estamos em contato com eles, tanto que temos reuniões periódicas, então não há crise.

5.1 Então o que falta para ser cumprida o limite como está no Plano Diretor, que não podem ser instalados ambulante e camelôs?

Mas aqui vamos recair na questão de sobrevivência, o órgão não tem competência para autorizar licenças. Assim, não cabe a eu dizer o contrário.

5.2 O que falta para ser resolvido o problema?

Como eu falei não é tão simples encontrar um equilíbrio entre as parte é um problema.

6° Atualmente, qual o programa alternativo a ser implantado? Com ele implantado o problema será resolvido?

É construir um espaço para alocar essas pessoas. A área já foi desapropriada, fica no centro agora estamos indo atrás de parcerias para tocar a obra.

Entrevista nº 01 – aplicada aos agentes do IMPLURB/PMM

Entrevistado 14

Entrevista aplicada a entes participantes da amostragem – Instituto Municipal de Planejamento Urbano – **IMPLURB/PMM**, relevante a coleta de dados do Trabalho de Conclusão de Curso – Monografia: **COMÉRCIO INFORMAL NA ÁREA CENTRAL DE MANAUS: de ambulantes a camelôs, de camelôs a empreendedores autônomos**, da Universidade de Brasília – UNB, acadêmico José Farias Bernardes. Todas as referências e informações aqui coletadas, no que diz respeito à gestão estão dirigidas ao Órgão Público supracitado e terão finalidades apenas acadêmicas.

Nome (optativo): trabalha na função de assistente administrativo _____

1º Como você compreende o papel do governo local no problema do reordenamento do espaço público no Centro de Manaus? No que se trata ao comércio de ambulantes e camelôs, que tem sido um problema antigo?

Nosso papel no governo é apenas realizar estudo para que sejam aplicadas políticas e programas. As políticas que eu falo são ações do prefeito para melhorar aquele lugar, os programas são estudados a partir do problema.

2º Quais as principais dificuldades encontradas pelo IMPLUB na construção de políticas e/ou programas de controle da proliferação do comércio informal no Centro de Manaus?

Não há problema. As pessoas não gostam de ser organizados, como já está há muito tempo assim, acham que se mudarem irão perder as vendas ou dinheiro. No decorrer desses anos eles desenvolveram um pensamento prejudicial à implantação de coisas novas.

2.1 Mas, essa cultura, ou parte dela, não foi desenvolvida pelo atual grupo político?

Não, ocorreu de um processo. Não adianta agora apontar se um ou outro tem culpa, temos que arregañar as mangas e trabalhar.

3º O Problema da informalidade cresceu bastante nos últimos vinte anos e aumentou ainda mais nesses últimos anos. O IMPLURB tem um plano imediato para atender as exigências para o evento de 2014? E, qual seu papel nesse processo?

Mas, há um projeto de locação dessas pessoas, uma espécie de *shopping* para atender a demanda e dá um fim nesse problema.

3.1 Contudo sabemos dos embargos.

Os embargos são apenas uma questão técnica de ajustamento de conduta, se o ordenador da despesa assumir as prerrogativas, logo cessará a ação judicial.

4º No seu entendimento o que faz crescer o comércio informal naquele local e porque o Governo Municipal apresenta políticas, apenas, paliativas ao invés de realmente estruturar um local onde se resolva o problema?

Há uma diversidade de fatores porque não se trata apenas de uma questão social ou econômica, existe também a política – de partidarismo, as duas primeiras têm-se respostas certas, “coerentes”, onde é possível criar programa e ambientes para isso.

5º Qual a avaliação do atual quadro para o órgão, sabendo da crise existente entre governo e camelôs devido o fracasso da licitação da administração do “camelódromo”?

Nós avaliamos periodicamente, nos últimos meses estamos procurando entender melhor como resolver aquele problema, mas estamos mexendo com muita gente.

5.1 Pessoas influentes nas três esferas?

Não posso expor isso, pois não é correto aqui falar.

A licitação não fracassou como já disse foram questões técnicas da prefeitura, e por isso a justiça pediu para que parássemos com as obras.

6º Atualmente, qual o programa alternativo a ser implantado? Com ele implantado o problema será resolvido?

Sim, estamos empenhados para resolver isso, até mesmo não é só tirar os ambulantes do Centro, tão somente isso, o trânsito deve estar bom e a trafegabilidade fluindo, caso contrário não há copa?

Entrevista nº 01 – aplicada aos agentes do IMPLURB/PMM

Entrevistado 15

Entrevista aplicada a entes participantes da amostragem – Instituto Municipal de Planejamento Urbano – **IMPLURB/PMM**, relevante a coleta de dados do Trabalho de Conclusão de Curso – Monografia: **COMÉRCIO INFORMAL NA ÁREA CENTRAL DE MANAUS: de ambulantes a camelôs, de camelôs a empreendedores autônomos**, da Universidade de Brasília – UNB, acadêmico José Farias Bernardes. Todas as referências e informações aqui coletadas, no que diz respeito à gestão estão dirigidas ao Órgão Público supracitado e terão finalidades apenas acadêmicas.

Nome (optativo): trabalha na função de assistente administrativo _____

1º Como você compreende o papel do governo local no problema do reordenamento do espaço público no Centro de Manaus? No que se trata ao comércio de ambulantes e camelôs, que tem sido um problema antigo?

Infelizmente, o governo acredita que pode impor hoje seu poder sem conversar com todos. Hoje, os sindicatos estão à frente das negociações, então fica mais difícil encontrar uma forma de convencer a todos que dará certo.

1.1 Isso não é uma forma da sociedade participar? E se o governo local viesse fazendo políticas para a sociedade os comerciantes pensariam antagonicamente?

De certa forma é, mas até agora não se chegou a um meio termo. O governo deve pensar no coletivo e não no individualismo.

2º Quais as principais dificuldades encontradas pelo IMPLUB na construção de políticas e/ou programas de controle da proliferação do comércio informal no Centro de Manaus?

Sem dúvida a falta de emprego formal e instrução para inserção dessas pessoas.

3º O Problema da informalidade cresceu bastante nos últimos vinte anos e aumentou ainda mais nesses últimos anos. O IMPLURB tem um plano imediato para atender as exigências para o evento de 2014? E, qual seu papel nesse processo?

Sim, construir um camelódromo.

4º No seu entendimento o que faz crescer o comércio informal naquele local e porque o Governo Municipal apresenta políticas, apenas, paliativas ao invés de realmente estruturar um local onde se resolva o problema?

A falta de um mercado onde possam ser inseridas essas pessoas.

4.1 Sua resposta foi quase à mesma da anterior. Se, em curto prazo fossem cumpridas as leis vigentes, estaria o mesmo quadro hoje?

Certamente, que não. Mas, é uma situação que não depende somente do governo em si, mas da sociedade (dos comerciantes), todos os dias tem gente vindo pra cá, e alimentando aquele comércio, o governo dificilmente dirá não, principalmente se estas pessoas afirmam que não tem outra coisa pra fazer, que já foi atrás de emprego e não encontrou.

5º Qual a avaliação do atual quadro para o órgão, sabendo da crise existente entre governo e camelôs devido o fracasso da licitação da administração do “camelódromo”?

Ainda é possível resolver, e melhorar o centro de Manaus, e entregar aos turistas como atualmente querem, mas irá depender de todos e não só de um.

6º Atualmente, qual o programa alternativo a ser implantado? Com ele implantado o problema será resolvido?

Não tem, toda as cartas estão a construção do shopping.

6.1 E, por acaso não se concretizar?

Nós estamos num esforço contínuo já tem o terreno, agora é só construir. Fazer o Planejamento, cadastrar os comerciantes.

Entrevista nº 01 – aplicada aos agentes do IMPLURB/PMM

Entrevistado 16

Entrevista aplicada a entes participantes da amostragem – Instituto Municipal de Planejamento Urbano – **IMPLURB/PMM**, relevante a coleta de dados do Trabalho de Conclusão de Curso – Monografia: **COMÉRCIO INFORMAL NA ÁREA CENTRAL DE MANAUS: de ambulantes a camelôs, de camelôs a empreendedores autônomos**, da Universidade de Brasília – UNB, acadêmico José Farias Bernardes. Todas as referências e informações aqui coletadas, no que diz respeito à gestão estão dirigidas ao Órgão Público supracitado e terão finalidades apenas acadêmicas.

Nome (optativo): trabalha na função de assistente administrativo _____

1º Como você compreende o papel do governo local no problema do reordenamento do espaço público no Centro de Manaus? No que se trata ao comércio de ambulantes e camelôs, que tem sido um problema antigo?

O governo tem que realmente intervir no problema, só que com a participação de todos: sindicato, sociedade civil e governos, a prefeitura diz que não tem recursos, então tem que aliar forças com outros setores do governo e levantar o necessário, não pode ficar como está. Não podemos falar do passado, isso não irá resolver.

Mas, não serve de parâmetro para não errar mais? Ou de politicagem...

Sim, não estou tirando sua importância, mas se pensarmos sempre assim acaba se tornando meramente discursos político... Isso politicagem.

2º Quais as principais dificuldades encontradas pelo IMPLUB na construção de políticas e/ou programas de controle da proliferação do comércio informal no Centro de Manaus?

Os camelôs querem mudar a vida deles para ficar mais organizado aquele local, como está fica muito difícil ser um cartão postal por exemplo.

3º O Problema da informalidade cresceu bastante nos últimos vinte anos e aumentou ainda mais nesses últimos anos. O IMPLURB tem um plano imediato para atender as exigências para o evento de 2014? E, qual seu papel nesse processo?

O implurb em si não tem, mas contribui para que a prefeitura encontre saídas para o problema, como o camelódromo, não é um projeto do implurb, mas parceria entre casa civil, sempab, dvisa [eu acho] e implurb.

4º No seu entendimento o que faz crescer o comércio informal naquele local e porque o Governo Municipal apresenta políticas, apenas, paliativas ao invés de realmente estruturar um local onde se resolva o problema?

Falta de emprego, causado pelo descaso dos prefeitos que passaram que acharam que o distrito industrial absorveria eternamente as pessoas que para viriam.

5º Qual a avaliação do atual quadro para o órgão, sabendo da crise existente entre governo e camelôs devido o fracasso da licitação da administração do “camelódromo”?

Não existe crise falta consenso de escolher a melhor saída para todos.

6º Atualmente, qual o programa alternativo a ser implantado? Com ele implantado o problema será resolvido?

Somente o camelódromo, pouca coisa irá mudar se não for feito mais para prevenir o desemprego e propagar mais a produção no município.

Entrevista nº 01 – aplicada aos agentes do IMPLURB/PMM

Entrevistado 17

Entrevista aplicada a entes participantes da amostragem – Instituto Municipal de Planejamento Urbano – **IMPLURB/PMM**, relevante a coleta de dados do Trabalho de Conclusão de Curso – Monografia: **COMÉRCIO INFORMAL NA ÁREA CENTRAL DE MANAUS: de ambulantes a camelôs, de camelôs a empreendedores autônomos**, da Universidade de Brasília – UNB, acadêmico José Farias Bernardes. Todas as referências e informações aqui coletadas, no que diz respeito à gestão estão dirigidas ao Órgão Público supracitado e terão finalidades apenas acadêmicas.

Nome (optativo): trabalha na função de assistente administrativo _____

1º Como você compreende o papel do governo local no problema do reordenamento do espaço público no Centro de Manaus? No que se trata ao comércio de ambulantes e camelôs, que tem sido um problema antigo?

O Governo não pode fazer mais, devido que é muito difícil lhe dar com as pessoas, por causa do interesse de cada uma.

1.1 Mas não têm uma forma de conciliar um interesse mútuo governo e o comerciante informal, uma vez que ambos ganharão?

Particpei de algumas diligências para ver de perto o problema, muitos dessas pessoas tem baixa escolaridade então fica difícil de conversar, porque acredito que eles pensam que vão sempre ficar prejudicados. Eles só pensam em vender e ganhar dinheiro. Entretanto, muitos ainda vivem de aluguel ou em condições precárias como invasões ou habitações de terceiros.

2º Quais as principais dificuldades encontradas pelo IMPLUB na construção de políticas e/ou programas de controle da proliferação do comércio informal no Centro de Manaus?

A participação dos próprios camelôs. O sindicato sempre cria problemas na resolução do Camelódromo por exemplo. Também, há muitas licenças sendo autorizadas.

2.1 Mais quem autoriza não é a SEMPAB? Existe um quadrante, proibindo permanência de comerciantes e não é respeitado? Por quê? ... Sem padronizamento?

Primeiramente, realmente é o SEMPAB que autoriza, entretanto a secretaria apresenta critérios variáveis. É não é bem sem critério, mas uma forma que ajuda aparecer mais pessoas comercializando lá. Com relação ao local isso acontece muito com o comerciante informal, ele aparece e vai ficando, porque quem tem o direito de ver isso, fiscalizar é a SEMPAB, mas a alegação é que há pouca gente no local, e acontecem muito rápido, essas coisas assim.

3º O Problema da informalidade cresceu bastante nos últimos vinte anos e aumentou ainda mais nesses últimos anos. O IMPLURB tem um plano imediato para atender as exigências para o evento de 2014? E, qual seu papel nesse processo?

Deste de 2007, mais ou menos estamos com projetos para implantar uma feira livre para camelôs onde abranja todos comerciantes, mas como já disse sempre apresenta um problema. Ora falta de estrutura. Ora a justiça é motivada e é preciso parar.

4º No seu entendimento o que faz crescer o comércio informal naquele local e porque o Governo Municipal apresenta políticas, apenas, paliativas ao invés de realmente estruturar um local onde se resolva o problema?

A cidade inchou muito, e falta emprego, pessoas chegam todos os dias, por exemplo, hoje são os haitianos, anteriormente foram os interioranos, nordestinos, da própria região. Como eu falei desde 2007 nós temos projetos. Agora se a licitação não sai, ou a justiça diz que não está correta já não é mais do setor, por que aqui nós só passamos a quantidade de informais.

4.1 Estes se configuram como ações paliativas. Políticas públicas ineficazes por parte do Governo.

Não é totalmente ineficaz, fazemos o que podemos. Quem está de fora sempre pensa que o governo não faz nada. Queremos estruturar um espaço, muitas vezes os próprios camelôs não querem.

5º Qual a avaliação do atual quadro para o órgão, sabendo da crise existente entre governo e camelôs devido o fracasso da licitação da administração do “camelódromo”?

Poderia estar melhor se os outros políticos estivessem também agidos com mais consistências para melhorar aquele local, e não ter deixado ficar assim.

5.1 Quanto tempo você tem de serviço público? Vale ressaltar que o grupo do atual prefeito já esta há (quase) trinta anos. (...) Sim, mas atual prefeito já foi senador, prefeito e governador no AM? E o problema da informalidade tem praticamente esse tempo? Ou melhor, proliferou a partir 1996.

Tenho muito tempo, mas você há de convir que não possa mudar isso de uma hora para outra. Mas, antes de 1980, era outro prefeito. Não esse problema é de bem antes.

6º Atualmente, qual o programa alternativo a ser implantado? Com ele implantado o problema será resolvido?

Nossa proposta é fazer uma feira, isso é o nosso objetivo. Nós não temos uma alternativa, estamos focando numa estrutura onde atenda a todos sem desigualdade.

6.1 A informalidade não é uma desigualdade? Não respondeu...

Entrevista nº 01 – aplicada aos agentes do IMPLURB/PMM

Entrevistado 18

Entrevista aplicada a entes participantes da amostragem – Instituto Municipal de Planejamento Urbano – **IMPLURB/PMM**, relevante a coleta de dados do Trabalho de Conclusão de Curso – Monografia: **COMÉRCIO INFORMAL NA ÁREA CENTRAL DE MANAUS: de ambulantes a camelôs, de camelôs a empreendedores autônomos**, da Universidade de Brasília – UNB, acadêmico José Farias Bernardes. Todas as referências e informações aqui coletadas, no que diz respeito à gestão estão dirigidas ao Órgão Público supracitado e terão finalidades apenas acadêmicas.

Nome (optativo): trabalha na área da fiscalização _____

1º Como você compreende o papel do governo local no problema do reordenamento do espaço público no Centro de Manaus? No que se trata ao comércio de ambulantes e camelôs, que tem sido um problema antigo?

No centro tem espaço que precisa ser melhor estruturado, essa estruturação a prefeitura poderia assumir e utilizar os prédios ali existentes que estão virando ruínas, e poderiam fazer salas comerciais ou boxes.

2º Quais as principais dificuldades encontradas pelo IMPLUB na construção de políticas e/ou programas de controle da proliferação do comércio informal no Centro de Manaus?

Toda gestão deve passar por administração e planejamento, os órgãos públicos praticamente não tem, estes começam o planejamento somente quando motivados, acaba saindo de qualquer jeito.

3º O Problema da informalidade cresceu bastante nos últimos vinte anos e aumentou ainda mais nesses últimos anos. O IMPLURB tem um plano imediato para atender as exigências para o evento de 2014? E, qual seu papel nesse processo?

O que acontece em Manaus é um inchaço populacional, aliada a falta de políticas públicas, então somente ter um plano emergencial não resolve o problema, a facilidade encontrada pelas pessoas que não consegue um trabalho em por uma banquinha de venda é muito grande. Para 2014 vai ser um problema, se não encontrar logo uma forma de retirar aquelas pessoas daquela local.

4º No seu entendimento o que faz crescer o comércio informal naquele local e porque o Governo Municipal apresenta políticas, apenas, paliativas ao invés de realmente estruturar um local onde se resolva o problema?

A facilidade de colocar uma banca, carrinho ou levar os materiais na mão mesmo. É um local desregrado, não existe norma, e parece que não há preocupação com legalidade.

Agora, a causa dessa condição sem dúvida é o desemprego.

5º Qual a avaliação do atual quadro para o órgão, sabendo da crise existente entre governo e camelôs devido o fracasso da licitação da administração do “camelódromo”?

É muito difícil porque toda investida da prefeitura para o camelódromo não sai do papel. E se sair quer deixar a administração para empresa privada e os camelôs não querem, estes preferem ficar com o gerenciamento, surgindo outro problema: o retorno do financiamento do estatal.

6º Atualmente, qual o programa alternativo a ser implantado? Com ele implantado o problema será resolvido?

Não há programa alternativo, construir um local para alocar aquelas pessoas é ainda a única opção, neste caso o camelódromo.

Entrevista nº 01 – aplicada aos agentes do IMPLURB/PMM

Entrevistado 19

Entrevista aplicada a entes participantes da amostragem – Instituto Municipal de Planejamento Urbano – **IMPLURB/PMM**, relevante a coleta de dados do Trabalho de Conclusão de Curso – Monografia: **COMÉRCIO INFORMAL NA ÁREA CENTRAL DE MANAUS: de ambulantes a camelôs, de camelôs a empreendedores autônomos**, da Universidade de Brasília – UNB, acadêmico José Farias Bernardes. Todas as referências e informações aqui coletadas, no que diz respeito à gestão estão dirigidas ao Órgão Público supracitado e terão finalidades apenas acadêmicas.

Nome (optativo): trabalha na função de assistente administrativo _____

1º Como você compreende o papel do governo local no problema do reordenamento do espaço público no Centro de Manaus? No que se trata ao comércio de ambulantes e camelôs, que tem sido um problema antigo?

O governo age de acordo com a lei. A informalidade está à margem dela, contudo, quando a lei se volta a pessoas que se atribuem da ilegalidade para sobreviver à subjetividade da lei é ainda maior. Aquele problema no centro é antigo não se acaba de uma hora para outra, e o governo deixou avançar muito, as circunstâncias mudam, até o de 1990 era uma peculiaridade, que chegava a normalidade, “toda cidade tem”, agora temos que eliminar.

2º Quais as principais dificuldades encontradas pelo IMPLUB na construção de políticas e/ou programas de controle da proliferação do comércio informal no Centro de Manaus?

Muitas, para eliminar a informalidade não temos um programa, temos parcerias com outros órgãos que trabalham com emprego e renda e assim estamos tentando evitar. Porque uma vez a pessoa sendo vendedor naquelas circunstâncias, ela acaba se identificando e não quer mais sair. Tem pessoas que ganham muito mais se daquela forma se estiverem empregados de carteira assinada.

3º O Problema da informalidade cresceu bastante nos últimos vinte anos e aumentou ainda mais nesses últimos anos. O IMPLURB tem um plano imediato para atender as exigências para o evento de 2014? E, qual seu papel nesse processo?

Com relação à copa e voltado à informalidade estamos acreditando que na construção do **shopping popular** seria uma ótima oportunidade para diminuir esse problema no centro. Não cabe unicamente ao órgão sanar essas dificuldades, porque não é somente a informalidade, trabalho diretamente na logística e, por exemplo, nós estamos trabalhando no limite, a copa não sai daqui, mas precisamos melhorar nossas estratégias administrativas.

4º No seu entendimento o que faz crescer o comércio informal naquele local e porque o Governo Municipal apresenta políticas, apenas, paliativas ao invés de realmente estruturar um local onde se resolva o problema?

A falta de emprego, a facilidade de ser comerciante informal e a política de descaso dos governos que antecederam.

Mas o atual governo já esteve em períodos anteriores? E fez a mesma política?

Não estou tirando sua culpa, agora eu vejo que seja a hora de melhorar, ele sabe como fazer, contudo falta mais engajamento da sociedade, a sociedade tem que se mobilizar e discutir o problema.

5º Qual a avaliação do atual quadro para o órgão, sabendo da crise existente entre governo e camelôs devido o fracasso da licitação da administração do “camelódromo”?

Ninguém diz que há crise, contudo não há acordo dos lados, cada um: governo e camelô querem sempre defender unicamente um dos lados.

6º Atualmente, qual o programa alternativo a ser implantado? Com ele implantado o problema será resolvido?

A alternativa é fazer o shopping para resolver, não sei se resolverá a informalidade, porque acredito que todos os dias ou periodicamente tem pessoas de atribuindo da facilidade para se tornar informal, porque é fácil e ganha muito dinheiro.

Entrevista nº 01 – aplicada aos agentes do IMPLURB/PMM

Entrevistado 20

Entrevista aplicada a entes participantes da amostragem – Instituto Municipal de Planejamento Urbano – **IMPLURB/PMM**, relevante a coleta de dados do Trabalho de Conclusão de Curso – Monografia: **COMÉRCIO INFORMAL NA ÁREA CENTRAL DE MANAUS: de ambulantes a camelôs, de camelôs a empreendedores autônomos**, da Universidade de Brasília – UNB, acadêmico José Farias Bernardes. Todas as referências e informações aqui coletadas, no que diz respeito à gestão estão dirigidas ao Órgão Público supracitado e terão finalidades apenas acadêmicas.

Nome (optativo): trabalha na função área de fiscalização _____

1º Como você compreende o papel do governo local no problema do reordenamento do espaço público no Centro de Manaus? No que se trata ao comércio de ambulantes e camelôs, que tem sido um problema antigo?

A questão do Centro ainda esta emperrada, são muitos interesses e apenas um fim. Na verdade retirar os camelôs e ambulantes não acaba com a informalidade, uma visão minha, a informalidade deriva da falta de oportunidade.

Então é um problema de governabilidade?

Não somente, mas e toda uma estrutura de governo, não aqui vivemos isolados, então somente nos últimos anos, isso já neste século que, a informática chegou às escolas, um segundo idioma é importante, ou seja, isso há dez anos, é pouco tempo. E, também existem coisas políticas por traz.

2º Quais as principais dificuldades encontradas pelo IMPLUB na construção de políticas e/ou programas de controle da proliferação do comércio informal no Centro de Manaus?

O IMPLURB faz projetos, mas quem implanta ou aplica é o poder público tem no SEMPAB um setor que cuida somente da informalidade, mas ela cuida da regularização, ou seja, a pessoa está irregular ela vai lá e deixa a pessoa legal.

Quais critérios?

Eu não sei, mas acontecem algumas situações que precisavam ser mais bem estudadas, antes de autorizar. A necessidade todos tem, mas não podemos vem à necessidade de apenas um indivíduo, e sim de uma sociedade.

3º O Problema da informalidade cresceu bastante nos últimos vinte anos e aumentou ainda mais nesses últimos anos. O IMPLURB tem um plano imediato para atender as exigências para o evento de 2014? E, qual seu papel nesse processo?

Como estou te falando a partir do momento que o PIM não absorveu mais as pessoas que para cá vieram, essas pessoas ficaram aqui, sem emprego, casa e perspectiva de vida, a falta de

uma educação profissional também contribuiu para isso, hoje são seus que estão sentindo isso, pela falta de vaga nas escolas e a insegurança.

4º No seu entendimento o que faz crescer o comércio informal naquele local e porque o Governo Municipal apresenta políticas, apenas, paliativas ao invés de realmente estruturar um local onde se resolva o problema?

Ali é o centro do município passa muita e muito vendedor, então a fiscalização é deficiente, o governo não chega, e é uma atividade que dá muito dinheiro, e os impostos são mínimos.

Mas, não é uma falha do governo?

Pode até ser, contudo convenhamos que seja muito difícil combater uma prática rotineira, se não tiver consciência que aquilo é errado, e também sem dá perspectiva de melhoria a pessoa.

5º Qual a avaliação do atual quadro para o órgão, sabendo da crise existente entre governo e camelôs devido o fracasso da licitação da administração do “camelódromo”?

O órgão não faz avaliação desse tipo, se está bom ou ruim, temos que continuar caminhando para melhoria, nossa meta agora é realmente dá condições para as pessoas que ali trabalham, sem menosprezá-los, afinal eles tem informação, conhecem e sabem o que é melhor para eles.

6º Atualmente, qual o programa alternativo a ser implantado? Com ele implantado o problema será resolvido?

Não tem programas alternativos no momento, porque só existirão programas alternativos se tivermos a consciência que o principal não funcione e até o momento nós apostamos no camelódromo.

Apêndice E

Tabela nº 01 – Disposição dos dados coletados em entrevista

Ordem entrevista	Cargo/função	Síntese de Respostas as Inquirições				
		(1)	(2)	(3)	(4)	(5)
Ent(1)	Administração	Problema nos comerciantes	Comerciantes não querem sair	Políticas públicas sociais	Relação frágil falta entendimento	Camelódromo Não resolve
Ent(2)	Informática	Problema nos comerciantes	Comerciantes não querem sair	Facilidade do negócio (fiscalização)	Relação frágil falta entendimento	Camelódromo e resolve
Ent(3)	Assessoria	Problema nos comerciantes	Mais participação e oportunidade	Desordenamento urbano e visão de futuro	Não existe crise é jogo de poder	Camelódromo Não resolve, falta investimento.
Ent(4)	Aux. Administrativo	Problema nos comerciantes	Entendimento com os comerciantes	Facilidade do negócio (fiscalização)	Falta entendimento: é crítica	Camelódromo Não resolve, investimento.
Ent(5)	Aux. Administrativo	Problema no governo	Questão política	Políticas públicas sociais	Relação frágil e falta entendimento	Camelódromo e tem dúvida se resolve.
Ent(6)	Contabilidade	Tem dúvidas onde é o problema	Investimento e orçamento.	Estudo e escolarização	Falta entendimento.	Camelódromo.
Ent(7)	Administração	Problema nos comerciantes	Consenso nas propostas	Falta autonomia	Relação frágil e falta entendimento	<i>Shopping Popular</i> , se implantado resolve.
Ent(8)	Aux. Administrativo	Problema nos comerciantes	Autonomia: planejamento e fiscalização	Políticas de emprego e renda	Relação frágil e falta entendimento	<i>Shopping Popular</i> , se implantado resolve.
Ent(9)	Aux. Administrativo	Problema nos comerciantes	Administração e fiscalização de políticas públicas	Desordenamento urbano e visão de futuro	Relação frágil e falta entendimento .	<i>Shopping Popular</i> , se implantado resolve
Ent(10)	Aux. Administrativo	Problema no governo	Autonomia	Estudo e escolarização	Relação frágil e falta entendimento	Camelódromo e tem dúvida se resolve
Ent(11)	Informática	Problema nos	A necessidade de	Política de emprego	Não existe crise	Camelódromo e

		comerciantes	mudar por parte do comerciante	e renda		com a ajuda de todos resolve
Ent(12)	Informática	Problema no governo (negligência)	Não está no órgão	Política de emprego e renda	Não soube opinar	Camelódromo não soube informar se dará certo
Ent(13)	Engenharia	Não está no governo	Em tornar o problema uma questão política	Investir em política social: emprego, renda, moradia, serviços	Não existe crise	Camelódromo e resolve
Ent(14)	Assist. administrativo	Prefeitura e camelôs	Relação governo e sociedade (as pessoas não querem se organizar)	Questões sociais e econômicas: emprego e renda	A intromissão da justiça em constantes embargos	Camelódromo e resolve
Ent(15)	Assist. administrativo	Problema no governo (ente impositor)	Emprego formal e escolarização	Falta de mercado: absorção da população ativa	Não existe crise	Camelódromo e resolve
Ent(16)	Assist. administrativo	Prefeitura e camelôs	Relação governo e sociedade (as pessoas não querem se organizar)	Investir em política social: emprego, renda, moradia, serviços	Não existe crise	Camelódromo e resolve
Ent(17)	Fiscalização	Problema nos comerciantes	Facilidade em se tornar (in)formal	Política de emprego e renda	Não existe crise	Camelódromo e resolve
Ent(18)	Assist. administrativo	Problema no governo (negligência)	Administração e planejamento	Investir em política social: emprego, renda, moradia, serviços	Não existe crise	Camelódromo não soube informar se dará certo
Ent(19)	Assist. administrativo	Problema nos comerciantes	Autonomia	Política de emprego e renda	Não existe crise	Camelódromo e resolve
Ent(20)	Fiscalização	Prefeitura e camelôs	Autonomia	Administração e fiscalização de políticas públicas	Não existe crise	Camelódromo Não sabe se resolve

